



5ª CÂMARA INFORMA

Nº68

1ª QUINZENA/DEZEMBRO/2006

LEIA O INFORMATIVO: O CONTEÚDO COMPLETO DESTA INFORMATIVO ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo68.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 1ª quinzena de dezembro de 2006, recebeu 4466 e relatou 1408 procedimentos administrativos, conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes	Pedidos de Vista
Dra. Gilda Pereira de Carvalho	1003	711	292	5
Dr. Moacir Guimarães Morais	1142	132	1010	139
Dr. Eduardo Antônio Dantas	487	313	174	1
Dr. Antônio Carlos Fonseca	851	11	840	0
Dr. Paulo da Rocha Campos	983	241	742	0
Total Geral	4466	1408	3058	145

REPRESENTANTES DA 5ª CCR NO ESTADO DE RORAIMA

A Procuradora Ana Karízia Távora Teixeira é a nova representante titular e o Procurador José Milton Nogueira Júnior é o novo representante suplente da 5ª CCR/MPF na Procuradoria da República no Estado de Roraima.

INSTAURAÇÕES DE PA'S

RIO DE JANEIRO

PROJETO DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

PA: 1.30.009.000167/2006-08

Oficiante: Dr. Daniella Dias de Almeida Sueira

Objeto: Visa apurar notícia de irregularidade na gestão e execução do Projeto de Educação Tutorial - FAETEC com recursos financeiros oriundos do FNDE.

Comunicação: Of. 096/2006 – PRM/SPA/SCP

Ata de Reunião 368 da 5ª CCR

PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AMAZONAS – GESTÃO DE CONVÊNIO

COM A SUDAM

Representação: 2002.32.00.000463-9

Oficiante: Dr. Ageu Florêncio da Cunha

Objeto: Ação de Improbidade Administrativa interposta pelo MPF em face de Raimundo Rodrigues do Nascimento por irregularidades cometidas na gestão do convênio nº 1.340/92 – SUDAM, na ocasião em que o requerido era prefeito do Município de Humaitá/AM.

Comunicação: Ofício/GAB/AFC/PR/AM nº 1200/06

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Ata de Reunião 366 da 5ªCCR

RECOMENDAÇÃO

Rio de Janeiro –

Fundo Municipal de Saúde

Recomendação:Ref.: P.A. Nº 1.30.002.000072/2006-46

Oficiante: Dra. Marta Cristina Pires Anciães

Extrato: Recomenda ao Prefeito Municipal de Campos de Goytacazes que atribua a gestão do FMS (Fundo Municipal de Saúde) exclusivamente à Secretaria Municipal de Saúde e ao Secretário de Saúde do Município de Campos dos Goytacazes. Que apresente, trimestralmente: 1) ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara dos Vereadores, todos os documentos de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.689/93 e 2) ao Conselho Municipal de Saúde, a qualquer tempo, todos os documentos que forem necessários ao exercício da função fiscalizatória deste.

Comunicação:OF nº 542/2006-T.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Recomendação:008/2006/PRM/CAMP

Oficiante: Dra. Karina Scutti e Dr. Paulo Roberto Galvão de Carvalho

Extrato: Recomenda ao INCRA, por intermédio do Superintendente Regional da SR-08/SP, do Superintendente Nacional de Desenvolvimento Agrário e do Superintendente Nacional de Gestão Administrativa que suspendam imediatamente o procedimento de compra para fins de reforma agrária da Fazenda São Luiz, em Cajamar/SP entre outras providências cabíveis a serem adotadas.

Comunicação:Ofício nº 2170/2006/PRM/CAMP

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

- Ciência de declínio de atribuição -
Referência: inciso VI, do artigo 4º da Resolução 87/CSMPF

- 1. Comunicação: Ofício nº 4.833/2006/PRDC/NCR**
Procuradoria da República no Estado do Ceará
P.A.: 0.15.000.001844/2006-71
Oficiante: Dra. Nilce Cunha Rodrigues
Objeto: Apurar notícia de eventual ilegalidade no Edital do Concurso Público destinado ao Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no que concerne ao critério de preenchimento das vagas dos portadores de deficiência (item IV,2,2.2)
Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhado à Procuradoria da República no Distrito Federal.
Ata de Reunião 366 da 5ªCCR
- 2. Comunicação: OF./PRM/IOS/BA nº 1657/2006-FA**
Procuradoria da República no Estado da Bahia
P.A.: 1.14.001.000076/2004-16
Oficiante: Dra. Fernanda Alves de Oliveira
Objeto: Apurar supostas irregularidades na aplicação de verbas do SUS, durante o exercício de 2003, no Município de Ilhéus/BA.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhado ao Ministério Público Estadual de Ilhéus/BA.

Ata de Reunião 365 da 5ªCCR

- 3. Comunicação: Ofício nº 1139/2006-MPF/PRPE/SOTC
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco**

P.A.: 1.26.000.002760/2006-93

Oficiante: Dra. Sônia Maria de Assunção Macieira

Objeto: Apurar notícia de diversas irregularidades no âmbito da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Caruaru/PE, supostamente, por meio da interferência direta do atual Superintendente em Pernambuco.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi remetido à Procuradoria da República no Município de Caruaru/PE.

Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

- 4. Comunicação: Ofício nº 01229/2006-MPF/PRPE/SOTC
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco**

P.A.: 1.26.000.002847/2006-61

Oficiante: Dr. Marcelo Mesquita Monte

Objeto: Apurar notícia de que deputado estadual seria o proprietário de laticínio que fornece leite para o Programa do Leite do Estado de Pernambuco e utiliza-se de pessoas “laranjas” para falsificar notas fiscais.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhado ao Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Ata de Reunião 366 da 5ªCCR

- 5. Comunicação: Ofício nº 1197/2006-MPF/PRPE/SOTC
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco**

P.A.: 1.26.000.002419/2006-38

Oficiante: Dra. Sônia Maria de Assunção Macieira

Objeto: Apurar notícia de irregularidades, no âmbito do Estado de Pernambuco, praticadas por agentes públicos, dentre os quais, Deputados Federais e Prefeitos, verificadas por agentes públicos, dentre os quais, Deputados Federais e Prefeitos, verificadas pela Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI das Ambulâncias

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhado ao Departamento de Polícia Federal, para fins de instauração do competente Inquérito Policial, pelo Ofício nº 627/GSMAM/PRPE/2006.

Ata de Reunião 365 da 5ªCCR

6. Comunicação: Ofício nº 1196/2006-MPF/PRPE/SOCT

Procuradoria da República no Estado de Pernambuco

P.A.: 1.26.000.002811/2006-87

Oficiante: Dr. Marcelo Mesquita Monte

Objeto: Apurar notícia de irregularidades, praticadas pelo então Prefeito do Município do Cabo de Santo Agostinho/PE, consistentes em contratação de servidor público, sem o devido concurso.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhada ao Ministério Público Estadual.

Ata de Reunião 366 da 5ªCCR

7. Comunicação: Ofício nº 1211/2006-MPF/PRPE/SOCT

Procuradoria da República no Estado de Pernambuco

P.A.: 1.26.000.002841/2006-93

Oficiante: Dr. Antônio Carlos de V. Barreto Campello

Objeto: Apurar notícia de irregularidades, praticadas pelo então Prefeito de Pombos/PE, em convênio firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados à capacitação dos professores do ensino fundamental e à aquisição de material didático para os alunos da 1º a 4º séries.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhada à Coordenadoria dos Ofícios Criminal desta Procuradoria da República.

Ata de Reunião 366 da 5ªCCR

8. Comunicação: Ofício nº 1.169/2006-MPF/PRPE/SOCT

Procuradoria da República no Estado de Pernambuco

P.A.: 1.26.000.002699/2006-84

Oficiante: Dr. Marcelo Mesquita Monte

Objeto: Apurar notícia de irregularidades, no âmbito do Município de

Camaragibe/PE, na execução de concurso público para preenchimento de 08 (oito) vagas de auxiliar de enfermagem, consistentes em: seleção dos candidatos somente por currículos e entrevistas; não divulgação/liberação do edital; existência de lista de pessoas pré-aprovadas, que não participaram do processo seletivo, muitas das quais que já prestavam serviço terceirizado à Prefeitura e, como tais, não poderiam ter seus contratos renovados; exigência de requisitos estranhos ao edital; entre outras.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhada à Promotoria de Justiça da Comarca do Município de Camaragibe/PE.

Ata de Reunião 366 da 5ªCCR

**- Comunicação de instauração de inquérito civil à 5ª CCR -
Referência: artigo 6º da Resolução 87/CSMPF**

1. **Comunicação: OF/PRDC/PRM-NH Nº 0647/2006**
Procuradoria da República no Município de Novo Hamburgo/RS
Oficiante: Dr. Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior
Objeto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados por funcionário da Caixa Econômica Federal no município de Sapiranga/RS, referentes a financiamentos habitacionais.

2. **Comunicação: Ofício PRM-CG/PB nº1.206/2006**
Procuradoria da República no Município de Campina Grande/PB
I.C.P.: 1.24.001.000150-2005/39
Oficiante: Dr. Victor Carvalho Veggi
Objeto: Visa apurar, em toda a sua plenitude, supostos ilícitos penais e infrações à Lei de Improbidade Administrativa, noticiados a partir de representação apresentada pela Prefeitura da Municipalidade de Patos/PB em desfavor do seu ex-prefeito e outros.
Ata de Reunião 366 da 5ªCCR

3. **Comunicação: Ofício PRM-CG/PB nº 1.190/2006**
Procuradoria da República no Município de Campina Grande/PB
I.C.P.: 1.24.001.000202-2005/77
Oficiante: Dr. Victor Carvalho Veggi
Objeto: Visa apurar, em toda a sua plenitude, supostos ilícitos penais e infrações à Lei de Improbidade Administrativa, noticiados a partir de representação apresentada pela Prefeitura da Municipalidade de Patos/PB em desfavor do seu ex-prefeito e outros.

Ata de Reunião 366 da 5ªCCR

4. **Comunicação: OF nº 592/2006-H**
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
I.C.P.: 1.30.002.000073/2006-91
Oficiante: Dr. Eduardo Santos de Oliveira
Objeto: Verificar se existem Casas de Bingos que operem de forma ilícita nos municípios pertencentes a esta subseção judiciária.

5. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7976**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apurar a informação de possíveis irregularidades relacionadas com a guarda e o uso particular de veículos de luxo apreendidos pela Polícia Federal.

6. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7824**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apurar irregularidades na execução do Lote 1 das obras de construção de trechos rodoviários na BR-470, trecho Barracão-Lagoa Vermelha – Nova Prata.

7. **Comunicação: Ofício nº 26100/2006/MPF/SOTC/PRSP**
Procuradoria da República no Estado de São Paulo
I.C.P.: 1.34.001.003920/2006-30
Oficiante: Dra. Luciana da Costa Pinto
Objeto: Apuração de notícia de possível concessão irregular de canal de televisão. Play TV (antigo canal 21). Gamecorp. Capital estrangeiro superior a 30%, com conseqüente desrespeito a norma constitucional. Parte da sociedade com filho do Presidente Lula.

8. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8576**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apurar irregularidades na área de traumatologia (órteses e próteses) da Irmandade Santa Casa de Misericórdia – Porto Alegre/RS.

9. **Comunicação: Ofício 165/2006/SOTC/PRRO-5ªCCR**
Procuradoria da República no Estado de Rondônia
Portaria: 002/2006
Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade
Objeto: Apurar possíveis irregularidades apontadas em Relatório de Fiscalização da CGU nº 039/2003, onde sugere aplicações indevidas de recursos públicos relativas às seguintes pastas: Ministério da Educação, Ministério do Esporte, Ministério, Ministério da Saúde, Ministério da Assistência Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário.
A íntegra desta portaria pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.
Ata de Reunião 368 da 5ªCCR
10. **Comunicação: Ofício 164/2006/SOTC/PRRO-5ªCCR**
Procuradoria da República no Estado de Rondônia
Portaria: 001/2006
Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade
Objeto: Apurar possível irregularidade praticada pelo Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, que teria utilizado servidores e a estrutura da Corte para conserto de computador particular.
A íntegra desta portaria pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.
Ata de Reunião 368 da 5ªCCR
11. **Comunicação: Ofício 166/2006/SOTC/PRRO-5ªCCR**
Procuradoria da República no Estado de Rondônia
Portaria: 004/2006
Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade
Objeto: Apurar possíveis irregularidades apontadas em Relatório de Fiscalização da CGU nº 680/2005, onde sugere aplicações indevidas de recursos públicos relativas às seguintes pastas: Ministério da Saúde, Ministério do Transporte, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
A íntegra desta portaria pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.
Ata de Reunião 368 da 5ªCCR

12. **Comunicação: Ofício 167/2006/SOTC/PRRO-5ªCCR**

Procuradoria da República no Estado de Rondônia

Portaria: 003/2006

Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade

Objeto: Apurar possíveis irregularidades apontadas em Relatório de Fiscalização da CGU nº 680/2005, onde sugere aplicações indevidas de recursos públicos relativas às seguintes pastas: Ministério da Saúde, Ministério do Transporte, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A íntegra desta portaria pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Ata de Reunião 368 da 5ªCCR

13. **Comunicação: Ofício nº 285/2006/LC/GAB/PRDF**

Procuradoria da República no Distrito Federal

Portaria: 011/2006

Oficiante: Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto

Objeto: Apurar possíveis indícios de prática de improbidade administrativa por auditor fiscal da Receita Federal e outros.

A íntegra desta portaria pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Ata de Reunião 368 da 5ªCCR

**- Publicidade dos atos e das peças de instauração de inquérito civil na página da intranet -
Referência: inciso I, § 1º, do artigo 16 da Resolução 87/CSMPF**

1. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8774**

Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza

Objeto: Apurar verificação do descumprimento reiterado de decisões judiciais pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS, em razão do atraso no repasse dos valores pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8681**

Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no processo de contratação, pelo Exército, de profissionais para atendimento em sua área técnico-jurídica sem a devida publicidade.

3. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8682**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apurar a notícia da ocorrência de contratação, pelo Exército, de profissionais para atendimento em sua área técnica (advocacia, informática, administração...), sem fixação prévia de vagas, ou ampla publicidade dos processos seletivos.

4. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8772**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apurar notícia de possível abandono de imóvel pertencente ao INSS em Porto Alegre.

5. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8778**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apurar supostas irregularidades na aplicação dos recursos repassados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) à Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda. (COOPERAL).

6. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8784**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apurar irregularidades na implementação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Programa MONUMENTA - constatadas em Relatório do Tribunal de Contas da União.

7. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8714**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apurar demissão de servidores admitidos sem concurso público pelos chefes do Poder Executivo Municipal que antecederam o atual prefeito do Município de Triunfo/RS.

8. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8775**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apurar indícios de falta de controle e fiscalização por parte de órgãos públicos federais em atividades de campo, especialmente no que tange à prestação de serviços em hortos florestais e à inexistência de cobertura previdenciária a trabalhadores.

9. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8776**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apuração de supostas irregularidades nas nomeações de servidores da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para a ocupação de Cargos Comissionados Técnicos (CCTs).

10. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8770**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apuração de notícia de possível incompatibilidade entre a atuação como peritos de Cláudio Resin Geyer, Luiz Otávio Campos Álvares, Alexander Granitoff e Sérgio Alexandre Knordorfer e seus respectivos cargos de professores da UFRGS em regime de dedicação exclusiva.

11. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8001**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas em processo de licitação realizado para construção de ginásio de esportes do Município de São Jerônimo/RS.

12. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7960**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apurar o recebimento de representação anônima informando sobre a contratação temporária de servidores da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, em possível desacordo com a norma constitucional da obrigatoriedade de concurso público pra cargos públicos.

13. **Comunicação: Ofício nº 027/2006/NTC/PR-BA/MF**
Oficiante: Dra. Melina Castro Montoya Flores
Objeto: Apurar supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Município de Maetinga/BA.

14. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8808**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possível descumprimento de ordem judicial por parte do Ministério da Saúde nos autos do processo nº 2000.71.00.001372-2.

15. **Comunicação: OFÍCIO PR/RJ/SOTC/CH/Nº 633/2006**
Oficiante: Dra. Marina Filgueira de Carvalho Fernandes
Objeto: Apuração da existência de falhas na segurança do Hospital dos Servidores do Estado no que tange a guarda e manutenção de medicamentos no Setor Almoxarifado do Hospital.
16. **Comunicação: Ofício nº 908/2006-PRM/Paranaguá**
Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin
Objeto: Apuração de ilegalidades verificadas no Instituto Ambiental do Paraná – IAP que dispensou a licitação pública bem como a falta de atribuição do mesmo para promover o licenciamento, no lugar do IBAMA, em razão da magnitude do impacto ambiental e sua localização, além do desrespeito à legislação ambiental.
17. **Comunicação: Ofício nº 1135/2006/PRM/Bauru**
Oficiante: Dr. Fábio Bianconcini de Freitas
Objeto: Apuração da prática de atos de improbidade administrativa, consistentes no desvio, no período de abril de 2003 a janeiro de 2004, de ajuda de custo fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Bauru e Região em favor de pessoa que não integrava o rol de estagiários do Ministério do Trabalho e Emprego, e na emissão irregular de certidões negativas de débitos em favor da empresa Jerônimo Martins Distribuição Ltda. (artigos 9º e 11º da Lei 8.429/92).

***REGISTRO DE ENTRADA DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NA
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO NO ANO DE 2006***

Janeiro	197
Fevereiro	355
Março	391
Abril	255
Mai	357
Junho	249
Julho	296
Agosto	331
Setembro	396
Outubro	542
Novembro	543
Dezembro	169 até o dia 19/12/06

Estatística de e-mails recebidos (Scamara@pgr.mpf.gov.br)

NA 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Dezembro - 1ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraciaba/PR	1
ONG "Sociedade Amigos de Plutão"	1
Concurso aberto no ano passado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)	1
Aumento de salário para Senado e Câmara Federal	1
Instituto Amigos do Rim - Curitiba/PR	1
Irregularidades em trechos da Constituição do Estado de Rondônia	1
Coleta de lixo irregular feita pela Petrobrás/RJ	1
Sub-Total	7
<i>OUTROS</i>	
Pedido de publicação de Portarias de ICP's – Resolução 47 do CSMPF	14
Dúvidas ao acesso à intranet da 5ªCCR	1
Pedido de Renovação de senha no Sistema CPF/CNPJ	1
Comunicação de instauração de ACP	3
Pedido de Renovação de senha SISBACEN	1
Fotos do 8 Encontro enviado pela ESMPU	1
Comunicação de instauração de Recomendação	1
Dúvidas na utilização do convênio com a CEF	1
Empauta e-mail	15
Propaganda de cursos e eventos	19
Spans	108
Sub-Total	165
Total de E-mails:	172

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros, com atuação no tema Patrimônio Público e Social, que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

Informativo

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C
Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305
Brasília/DF
Cep: 70050-900
E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br
Site - intranet: http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp
Site - internet: http://ccr5.pgr.mpf.gov.br
Fone: (61) 3031-6064
Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA – EXTRA

Nº67

DEZEMBRO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

DIA INTERNACIONAL CONTRA À CORRUPÇÃO

O DIA INTERNACIONAL CONTRA À CORRUPÇÃO É CELEBRADO PELO ONU NO DIA 9 DE DEZEMBRO. É UMA REFERÊNCIA À ASSINATURA DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA À CORRUPÇÃO POR MAIS DE 110 PAÍSES, INCLUINDO O BRASIL.

EM ATENÇÃO A ESTA DATA, A 5ª CCR NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006 PROMOVERÁ UMA REUNIÃO NA SEDE DA PGR, NO AUDITÓRIO DO BLOCO “B”, NO 5º ANDAR, DAS 17 ÀS 18:30.

O ENFOQUE DO EVENTO É A ATUAÇÃO DO MPF NO COMBATE À CORRUPÇÃO. HAVERÁ EXPOSIÇÃO DE MATERIAL PRODUZIDO PELA 5ª CCR, PELO PROJETO ESCOLA CIDADÃ E APRESENTAÇÃO DA SERVIDORA DORAELEZA PILLA DECLAMANDO UM POEMA DA LITERATURA DE CORDEL SOBRE A TEMÁTICA. TAMBÉM, ENFOCANDO O COMBATE À CORRUPÇÃO, HAVERÁ LEITURA DRAMATIZADA DE POEMA PELA PROCURADORA REGIONAL DA REPÚBLICA MARIA DO SOCORRO LEITE DE PAIVA E APRESENTAÇÃO MUSICAL POR MÁRCIO BOMFIM, CONCLAMANDO TODOS A UMA MOBILIZAÇÃO CONTRA À CORRUPÇÃO.

CONTAMOS COM O SEU ENGAJAMENTO NESSE COMBATE!

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

TAMBÉM NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2006 SERÁ REALIZADO NO ESTADO DO MATO GROSSO O EVENTO: “DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO: MOBILIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O CONTROLE SOCIAL” , NO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

AS ENTIDADES ORGANIZADORAS SÃO:

- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)***
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO***
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)***
- DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)***
- ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA DROGAS E CRIMES (UNODC)***
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)***

PARTICIPAÇÃO:

- UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNCME)***

APOIO:

- UNIÃO NACIONAL DOS ANALISTAS E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE***

DURANTE O EVENTO SERÃO PROFERIDAS PALESTRAS SOBRE TEMAS LIGADOS AO COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONTROLE SOCIAL, SEGUIDAS DE UMA PLENÁRIA ONDE O PÚBLICO PRESENTE PODERÁ PARTICIPAR E TROCAR CONHECIMENTO SOBRE OS ASSUNTOS APRESENTADOS.

SEGUE ANEXO O FOLDER DA PROGRAMAÇÃO:

DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO

Inscrições gratuitas - Vagas limitadas
Prazo para inscrição: 7 de dezembro de 2006
(Marque com X o evento de seu interesse)

Conselhos Municipais Lideranças Locais

Nome:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entidade e/ou profissão:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Município:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telefone:	(<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E-mail:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Se necessário, indicar condições diferenciadas para participar da sessão de audiovisual

REALIZAÇÃO



- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
- DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)
- ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA DROGAS E CRIMES (UNODC)
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

PARTICIPAÇÃO



- União Nacional dos Cons. Mun. De Educação

VOCÊ SE INTERESSA PELO QUE FAZEM COM A SUA CONTRIBUIÇÃO OU A DAS PESSOAS DE SUA COMUNIDADE? QUAL O CUSTO SOCIAL DA CORRUPÇÃO? A PARTICIPAÇÃO DE TODOS EVITA DESVIOS E MAU USO DO DINHEIRO PÚBLICO.

APOIO



- União Nacional dos Anal. e Tec. Finanças e Controle



Contra a
CORRUPÇÃO



Dia Internacional
Contra a Corrupção

Cuiabá/MT, dia 11 de dezembro de 2006

Como se inscrever:

Preencha a ficha de inscrição e envie por fax, e-mail, via postal ou entregue diretamente no local para inscrição.

LOCAL

Auditório do Ministério da Fazenda em MT
Cuiabá / MT

DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

Mobilização e Qualificação para o Controle Social

APRESENTAÇÃO

O Dia Internacional contra a Corrupção, celebrado em 9 de dezembro, é uma referência à assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ocorrida em 2003. Como parte das atividades que estão sendo programadas para comemorar a data neste ano, a Controladoria-Geral da União, o Departamento de Polícia Federal, o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes, o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, por intermédio dos Ministérios Públicos Estaduais, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União realizarão eventos nas 27 unidades da federação, no intuito de contribuir para o desenvolvimento de atitudes e de habilidades necessárias ao exercício de direitos e de deveres na relação recíproca entre o Cidadão e o Estado.



OBJETIVO

Sensibilizar, mobilizar e qualificar grupos de atores sociais com vistas a uma atuação cidadã em prol do zelo contínuo pela oportuna e correta aplicação dos recursos públicos.



PÚBLICO-ALVO

Membros dos conselhos municipais de controle social; dirigentes de instituições públicas; lideranças locais, tais como: vereadores, educadores, empregadores rurais e urbanos, representantes do comércio e da indústria, das associações de bairros e comunitárias, de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, das igrejas, da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), de associações comerciais e industriais, de cooperativas, de órgãos de comunicação, de entidades estudantis, de entidades ambientalistas, de organizações sociais e de entidades de setores sociais diversos.



CONTEÚDO TEMÁTICO

Ordem de convivência social; contribuições dos órgãos de proteção ao patrimônio público para a promoção da cidadania e para o fortalecimento do controle social; ações de prevenção e o combate à corrupção; transparência na gestão pública e controle social; conselhos municipais: autonomia, articulação de demandas, definição de prioridades e zelo contínuo pela oportuna e correta aplicação dos recursos; instrumentos constitucionais de controle social e popular; custo social e econômico da corrupção; Promotoria de Justiça; Agência de Cidadania.

PROGRAMAÇÃO Cuiabá/MT

Ato Solene

- 11 de dezembro de 2006 - 18h00

Lideranças Locais

- 11 de dezembro de 2006 - 18h às 21h
Local: Auditório do Ministério da Fazenda em Mato Grosso

Conselhos Municipais de Controle Social

- 11 de dezembro de 2006 - 8h às 13h
Local: Auditório do Ministério da Fazenda em Mato Grosso



INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

Controladoria-Regional da União/MT
Fone: (65) 3644-7473 ou Fax: (65) 3644-8761
E-mail: cgumt@cgu.gov.br
Av. Ver. Juliano Costa Marques, n.º99
Jd. Aclimação - Cuiabá/MT



CONVITE

A Controladoria-Geral da União (CGU), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPF/MT), o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU) têm a honra de convidá-lo(a) para participar do Ato Solene em comemoração ao Dia Internacional Contra a Corrupção e da ação de Mobilização e Qualificação de Lideranças para o Controle Social.

Data: 11 de dezembro de 2006 (segunda-feira)

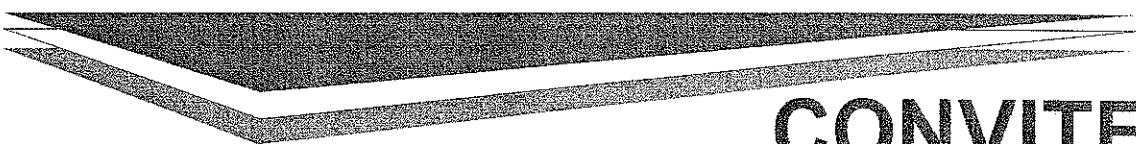
Horário: 18h00

Local: Auditório do Ministério da Fazenda em MT - Cuiabá/MT

Realização



Favor confirmar a presença até 7/dezembro/2006 pelo e.mail: cgumt@cgu.gov.br ou tel.: (65)3644-7473 (falar com Geórgia / Karina) ou via fax (65) 3644-8761



CONVITE

A Controladoria-Geral da União (CGU), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPF/MT), o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU) têm a honra de convidá-lo(a) para participar do Ato Solene em comemoração ao Dia Internacional Contra a Corrupção e da ação de Mobilização e Qualificação de Lideranças para o Controle Social.

Data: 11 de dezembro de 2006 (segunda-feira)

Horário: 18h00

Local: Auditório do Ministério da Fazenda em MT - Cuiabá/MT

Realização



Favor confirmar a presença até 7/dezembro/2006 pelo e.mail: cgumt@cgu.gov.br ou tel.: (65)3644-7473 (falar com Geórgia / Karina) ou via fax (65) 3644-8761



DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO Mobilização e Qualificação para o Controle Social



Lideranças Municipais				
Horário	Duração	Atividade	Observações	Responsável
18:00	30'	Recepção	Credenciamento, entrega da Cartilha Olho Vivo, do folder relativo ao Sortelo dos Municípios e do folder Institucional do programa Olho Vivo	CGU
18:30	30'	Ato Solene	Autoridades serão chamadas a compor a mesa	Cerimonial
19:00	30'	Palestra	CGU e o fomento ao Controle Social	CGU – José Henrique Pantallão Tavares
19:30	30'	Palestra	Custo social da corrupção: Instrumentos de Controle Social	MPE – Carlos Eduardo Silva
20:00	30'	Palestra	A Importância das lideranças locais no apoio ao combate à corrupção	UNCME – Paulo Eduardo dos Santos
20:30	30'	Debates	Mesa composta pelos palestrantes e por um Coordenador da sessão de perguntas	CGU/MPE/UNCME
21:00		Encerramento		



5ª CÂMARA INFORMA

Nº66

2ª QUINZENA/NOVEMBRO/2006

LEIA O INFORMATIVO: O CONTEÚDO COMPLETO DESTA INFORMATIVO ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo66.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 2ª Quinzena de novembro de 2006, recebeu 4268 e relatou 1216 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

<i>Membros Subprocurador(a)-Geral da República</i>	<i>PA's Distribuídos</i>	<i>PA's Relatados</i>	<i>PA's Remanescentes</i>	<i>Pedidos de Vista</i>
<i>Dra. Gilda Pereira de Carvalho</i>	<i>956</i>	<i>670</i>	<i>286</i>	<i>0</i>
<i>Dr. Moacir Guimarães Morais</i>	<i>1095</i>	<i>122</i>	<i>973</i>	<i>113</i>
<i>Dr. Eduardo Antônio Dantas</i>	<i>439</i>	<i>225</i>	<i>214</i>	<i>1</i>
<i>Dr. Antônio Carlos Fonseca</i>	<i>842</i>	<i>11</i>	<i>831</i>	<i>0</i>
<i>Dr. Paulo da Rocha Campos</i>	<i>936</i>	<i>188</i>	<i>748</i>	<i>0</i>
<i>Total Geral</i>	<i>4268</i>	<i>1216</i>	<i>3052</i>	<i>114</i>

REPRESENTANTE DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA NA PRR/3ª REGIÃO

A Procuradora Regional da República, Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini, foi designada como responsável pela administração do Núcleo da Tutela Coletiva, pelo período de 03 (três) meses, de acordo com a Portaria PRR/3ª Região nº 117, de 10 de novembro de 2006.

INSTAURAÇÕES DE PA'S

PARANÁ

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO

PORTO DE PARANAGUÁ

PA: 1.25.000.002284/2006-48

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin

Objeto: Visa apurar atos de improbidade administrativa praticados, em tese, por servidor público federal da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e pelo Presidente do Conselho de Autoridade Portuária - CAP do Porto de Paranaguá.

**Comunicação: Ofício nº 809/2006 – PRM/Paranaguá
Ata de Reunião 364 da 5ª CCR**

DESDOBRAMENTOS DA

OPERAÇÃO SANGUESSUGA

PA: 1.25.000.002402/2006-18

Oficiante: Dra. Danielle Dias Curvelo

Objeto: Levantar possíveis desdobramentos da “Operação Sanguessuga” na área de atribuição desta Procuradoria da República em Campo Mourão/PR. Foi decretada a exceção de sigilo para a tramitação do procedimento administrativo.

**Comunicação: Ofício nº 404/2006 GAB/PRM/CM
Ata de Reunião 366 da 5ª CCR**

PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

RIO DE JANEIRO – VENDA DE AÇÕES

DA EMBRATEL

Representação: 1.34.026.000020/2006-52

Oficiantes: Dr. Daniel Sarmento e Dr. Rogério Nascimento.

Objeto: Ação Civil Pública ajuizada em desfavor da Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL e da Embratel Participações S.A. Privatização. Impugnação do leilão realizado no dia 29 de julho de 1998 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Venda das ações da União que garantiam o controle sobre todas as empresas que compõem o Sistema Telebrás.

**Comunicação: Ofício/PRRJ/GAB/MFCF nº 343/2006
A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.**

Ata de Reunião 364 da 5ª CCR

MARANHÃO – APLICAÇÃO DE

RECURSOS DO SUS

Representação: 1.19.000.000736/2003-10 MPF/PR/MA

Oficiante: Dr. Régis Richael Primo da Silva

Objeto: Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa ajuizada em desfavor de ex-Prefeita, ex-Tesoureiro, ex-Secretário de Saúde do Município de São Mateus/MA, Hospital Geral de São Mateus LTDA e outros. A apuração de diversas irregularidades detectadas em auditoria realizada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, no período de 15 a 26.04.2002.

Comunicação: Ofício nº 61/2006-PRDC/MA

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

RECOMENDAÇÃO

São Paulo – Fundação Zerbini

Recomendação:041- PR/SP

Oficiantes: Dra. Rose Santa Rosa, Dra. Sônia Maria Curvello e Dr. MARLON ALBERTO WEICHERT.

Extrato: Recomenda ao Secretário Executivo do Ministério da Saúde e ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda que se abstenham de determinar ou autorizar o repasse de novos recursos públicos à Fundação Zerbini, direta ou indiretamente, além daqueles já ordinariamente previstos em orçamento ou daqueles que sejam absolutamente indispensáveis para manter a continuidade, em curto prazo, do atendimento aos pacientes do SUS.

Comunicação:E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

- Ciência de declínio de atribuição -
Referência: inciso VI, do artigo 4º da Resolução 87/CSMPF

- 1. Comunicação: Ofício nº 1126/2006-MPF/PRPE/SOTC**
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco
P.A.: 1.26.000.002534/2006-11.
Oficiante: Dr. Antônio Carlos de V. Coelho Barreto Campello
Objeto:Apurar notícia de irregularidade, no âmbito do Município do Cabo de Santo Agostinho/PE, consistente em ex-Prefeito não ter prestado conta dos recursos oriundos do Convênio SEHAC nº 00-4661/89, firmado com a extinta Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária, para aquisição de uma ambulância.
Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi remetido à Secretaria dos Ofícios Criminais desta PRPE.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

- 2. Comunicação: Ofício nº 1081/2006-MPF/PRPE/SOTC**
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco
P.A.: 1.26.000.002701/2006-15.
Oficiante: Dr. Antônio Carlos de V. Coelho Barreto Campello
Objeto: Apurar notícias de irregularidades, praticadas pelo então prefeito do Município de Pombos/PE, na aplicação de verbas públicas federais.
Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi remetido à Secretaria dos Ofícios Criminais desta PRPE.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR
- 3. Comunicação: Comunicação: Ofício nº 1080/2006-MPF/PRPE/SOTC**
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco
P.A.: 1.26.000.002319/2006-10.
Oficiante: Dra. Sônia Maria de Assunção Macieira
Objeto: Apurar notícia de que o Sr. Adelson Nascimento de Lucena estaria recebendo, indevidamente, benefício previdenciário cadastrado no INSS sob o nº 081.998.352-7.
Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi remetido à Secretaria dos Ofícios Criminais desta PRPE.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR
- 4. Comunicação: Ofício nº 1041/2006-MPF/PRPE/SOTC**
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco
P.A.: 1.26.000.001495/2006-26.
Oficiante: Dra. Sônia Maria de Assunção Macieira
Objeto: Apurar notícia de irregularidade, no âmbito do Município de Paratama/PE, consistente em atual prefeito atrasar o pagamento dos salários dos funcionários desde 2005, ou seja, em oito meses.
Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi remetido à Procuradoria da República no Município de Garanhuns/PE
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

5. **Comunicação: OF/PRDC/GO nº 68183/2006**
Procuradoria da República no Estado de Goiás
P.A.: 1.18.000.014867/2006-56
Oficiante: Dr. Marco Túlio de Oliveira e Silva
Objeto: Apuração de irregularidades constatadas pela CGU, no 8º evento do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos de Municípios dos Programas de Governo financiados com recursos federais. Ressalta, ainda que, este procedimento tem o escopo de providenciar as medidas cabíveis quanto às irregularidades apontadas pelo Relatório de Fiscalização nº 014, no qual consta o exame de ações sob responsabilidade do Ministério da Educação no Município de Faina/GO.
Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi remetido à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR
6. **Comunicação: Ofício MPF/PRPE n. 967/2006**
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco
P.A.: 1.26.000.002749/2006-23
Oficiante: Dr. Mabel Seixas Menge
Objeto: Apuração de possível irregularidade no processo de inscrição para ingresso, pelo sistema de cotas, na Universidade de Pernambuco – UPE, fundação pública estadual de ensino superior, de sorte que o presente feito trata de matéria afeta à administração estadual.
Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi remetido, por ofício, ao Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR
7. **Comunicação: Ofício MPF/PRPE n. 986/2006**
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco
P.A.: 1.26.000.002647/2006-16
Oficiante: Dr. Mabel Seixas Menge
Objeto: Apuração de possíveis irregularidades na execução do Convênio 343/99 (MI) celebrado entre o Município de Carnaubeira da Penha/PE e a União, destinado a construção de passagem molhada na localidade de Riacho de São Pedro, município que está compreendido na jurisdição da

20ª Vara Federal localizada em Salgueiro/PE.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhado à Procuradoria da República no Município de Salgueiro/PE, dando-se baixa na distribuição.

Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

8. Comunicação: Ofício nº GABPR40-SMC/SP-000251/2006

Procuradoria da República no Estado de São Paulo

P.A.: 1.34.001.003328/2003095

Oficiante: Dra. Sônia Maria Curvello

Objeto: Apuração de diversas irregularidades que foram imputadas à Direção do Instituto Adolfo Lutz.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

9. Comunicação: OF/PR/MPF/TLS nº 860

Procuradoria da República no Estado de Três Lagoas - MS

P.A.: 1.21.002.000100/2006-34

Oficiante: Dr. Gustavo Moysés da Silveira

Objeto: Verificação de supostos pagamentos indevidos, face à cumulação irregular de cargos públicos por parte de professor, que foram feitos pela Fundação Universidade do Amazonas.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhado à Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

10. Comunicação: Ofício nº 1561/2006/PRM/FI/PR

Procuradoria da República no Município de Foz do Iguaçu/PR.

P.A.: 1.25.003.000050/2003-93

Oficiante: Dr. Vladimir Aras

Objeto: Apuração de supostas irregularidades na concessão de diárias e passagens aéreas a gestores e servidores da ITAIPU BINACIONAL, com possível violação da Constituição Federal e da Lei nº 8.112/90. Natureza jurídica de ITAIPU – Potencial interesse da República do Paraguai –

Competência originária do STF. Declinação de atribuição.

Deliberação: Comunica-se que este P.A. foi encaminhado ao Procurador-Geral da República para ser submetido à apreciação do STF.

Ata de Reunião 360 da 5ªCCR

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

**- Comunicação de instauração de inquérito civil à 5ª CCR -
Referência: artigo 6º da Resolução 87/CSMPF**

1. **Comunicação: Ofício PRM-CG/PB nº1.172/2006**
Procuradoria da República no Município de Campina Grande
I.C.P.: 1.24.001.000208/2006-25
Oficiante: Dra. Acácia Soares Peixoto Suassuna
Objeto:Apurar prática de atos ilícitos cometidos pelo Prefeito Municipal de Picuí/PB.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

2. **Comunicação: Ofício PRM-CG/PB nº1.208/2006**
Procuradoria da República no Município de Campina Grande
I.C.P.: 1.24.001.000148/2005-60
Oficiante: Dr. Victor Carvalho Veggi
Objeto:Apurar prática de supostos ilícitos penais e infrações à Lei de Improbidade Administrativa, noticiados a partir de representação apresentada pela Prefeitura da Municipalidade de Patos/PB, em desfavor do ex-prefeito de Patos/PB e outros.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

3. **Comunicação: Ofício nº 25203/2006/SOTC – 2º Ofício**
I.C.P.: 12/2006 (1.34.001.005306/2000-17)
Oficiante: Dr. Rafael Siqueira de Pretto
Objeto:Apurar eventual prejuízo ao erário em decorrência do acordo firmado entre a Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sucessora da Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA, e uma das empresas do Consórcio Brasileiro Europeu – Consórcio CBE, a SERTEP S/A Engenharia e Montagem.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

**- Publicidade dos atos e das peças de instauração de inquérito civil na página da intranet -
Referência: inciso I, § 1º, do artigo 16 da Resolução 87/CSMPF**

1. **Comunicação: Ofício PRM/CS/Nº 2628/2006**
Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul
Oficiante: Dra. Sônia Cristina Niche
Observação: Não foi descrito no ofício os objetos dos Inquéritos Cíveis Públicos.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

2. **Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 8070**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apurar possíveis irregularidades na prestação de serviços por parte de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/RS deslocados de seus locais de trabalho, com recebimento de diárias, e possível convivência de superiores hierárquicos.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

3. **Comunicação: Ofício nº 25127/2006/SOTC – 2º Ofício**
Procuradoria da República no Estado de São Paulo
I.C.P.: nº 10/2006 (1.34.001.000415/2006-33)
Oficiante: Dr. Rafael Siqueira de Pretto
Objeto: Apurar indevida exploração do Laboratório de Restauro da Cinemateca Brasileira e a ausência de fiscalização e controle pela mesma e pela Sociedade de Amigos da Cinemateca – SAC.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

4. **Comunicação: Ofício nº 00361/2006-PRM/SAM/GAB/APF**
Procuradoria da República no Município de São Mateus/ES
Oficiante: Dr. André Pimentel Filho
Objeto: Comunicação de Instauração de 10 (dez) Inquéritos Cíveis Públicos nessa PRM.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

5. **Comunicação: Ofício nº 020/2006/NTC/PR-BA/MF**
Procuradoria da República no Estado da Bahia
Expediente Protocolado: 2006.8482
Oficiante: Dra. Melina Castro Montoya Flores
Objeto: Apuração de lesão, em tese, a direitos de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida no Município de Maetinga/BA.
Ata de Reunião 364 da 5ªCCR

Estatística de e-mails recebidos (Scamara@pgr.mpf.gov.br)**NA 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS**

Assunto	Novembro - 2ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Fraudes cometidas por Procurador do INSS	1
Secretaria de Educação do Município de Piripiri/PI	1
Lavagem de dinheiro praticada por empresário	1
Neta de Prefeito tem Bolsa Família – Aracajú/SE	1
Pior Índice de Desenvolvimento Humano em Quijingue/BA	1
Sub-Total	5
<i>OUTROS</i>	
Pedidos de publicações de ICP's – Resolução nº 47 do CSMPPF	6
Dúvidas de acesso à intranet da 5ªCCR	1
Pedido de renovação de senha no Sistema CPF/CNPJ	1
Comunicação de instauração de ACP's	2
Informativos diversos	12
Fotos do VIII Encontro enviadas pela ESMPU	1
Dúvidas de acesso ao link do PETSE	1
Dúvidas na utilização da Base de Dados da 5ªCCR	1
Dúvidas sobre o Convênio entre a CEF e a 5ªCCR	1
Empauta e-mail	17
Propaganda de cursos e eventos diversos	11
Spans	41
Sub-Total	95
Total de E-mails:	100

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros, com atuação no tema Patrimônio Público e Social, que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

Informativo

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C
Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305
Brasília/DF
Cep: 70050-900
E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br
Site - intranet: http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp
Site - internet: http://ccr5.pgr.mpf.gov.br
Fone: (61) 3031-6064
Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº65

1ª QUINZENA/NOVEMBRO/2006

LEIA O INFORMATIVO: O CONTEÚDO COMPLETO DESTES INFORMATIVOS ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo65.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 1ª Quinzena de novembro de 2006, recebeu 4.085 e relatou 1.181 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes	Pedidos de Vista
Dra. Gilda Carvalho	910	640	270	0
Dr. Moacir Guimarães	1049	117	932	83
Dr. Eduardo Dantas	393	225	168	1
Dr. Antônio Fonseca	842	11	831	0
Dr. Paulo Campos	891	188	703	0
Total Geral	4085	1181	2904	84

REPRESENTANTE DA 5ª CCR NO ESTADO DO AMAPÁ

O Procurador Fernando José Aguiar de Oliveira é o novo representante da 5ª CCR/MPF na Procuradoria da República no Estado do Amapá.

INSTAURAÇÕES DE PA's

PERNAMBUCO

ACÚMULO DE DOIS CARGOS PÚBLICOS

PA: 1.26.000.0001886/2006-41

Oficiante: Dr. Marcelo Mesquita Monte

Objeto: Visa apurar notícia de irregularidade consistente em acúmulo de dois cargos públicos, com incompatibilidade de horários, por parte de servidora da ANVISA que desempenha a função de enfermeira, na Prefeitura da Cidade do Recife, no Programa de Saúde da Família - PSF

Comunicação: Of. 1047/2006MPF/PRPE/SOTC

R I O D E J A N E I R O

CANCELAMENTO DE VENDA DE IMÓVEL

DA UNIÃO

PA: 1.30.005.000148/2006-11

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas

Objeto: Cancelamento de qualquer venda de imóvel da União. Cessão para o Colégio Pedro II. Expansão das instalações da Descentralizada Niterói. Concretização do direito à educação da população carente da região.

Comunicação: OF./PRM/NITERÓI/WD/Nº371

PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

SÃO PAULO – MUNICÍPIO DE

FLORÍNEA

Representação: 1.34.026.000020/2006-52

Oficiante: Dr. Rodrigo Joaquim Lima

Objeto: Ação Civil Pública em desfavor de ex-prefeito, ex-diretora do Departamento de Administração do Município de Florínea-SP e outros, por atos de improbidade administrativa com o ressarcimento do dano havido ao Erário Federal.

Comunicação: E-mail

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

SÃO PAULO – MINISTÉRIO DA SAÚDE

A.C.P.: 2006.61.00.023560-2

Oficiante: Dr. Marlon Alberto Weichert, Dra. Rose Santa Rosa e Dra. Sônia Maria Curvello

Objeto: Ação Civil Pública em desfavor de ex-secretário executivo, atual secretário de gestão participativa, funcionária do Ministério da Saúde e outros, com pedido de responsabilização por atos de improbidade administrativa com requerimento de liminar para o devido ressarcimento da lesão aos cofres públicos.

Comunicação: E-mail

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

PRORROGAÇÃO DE I.C.P. CIÊNCIA À 5ª CCR.

REFERENTE AO § 1º, DO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 87/CSMPF

- 1. Comunicação: Ofício 380/06 PR/Araraquara/SP**
Oficiante: Dra. Heloísa Helena Machado
Objeto: Apura irregularidades na aplicação de verbas federais para o atendimento médico hospitalar da população de Araraquara e Região.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 2. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7347 – PR/RS**
Oficiante: Dra Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possível descumprimento de ordem judicial por parte da Agência da Previdência Social em Novo Hamburgo.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 3. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7356 – PR/RS**
Oficiante: Dra Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possível irregularidade praticada no âmbito do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 4. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7361 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apuração da contratação dos serviços de vigilância por parte dos Postos do Instituto Nacional do Seguro Social de Gravataí.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 5. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7364 – PR/RS**
Oficiante: Dra Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possível descumprimento de ordem judicial por parte da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 01180-2005-04-01-2
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006

- 6. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7370 – PR/RS**
Oficiante: Dra Suzete Bragagnolo
Objeto: Apuração de irregularidades ocorridas em processo de busca e apreensão de bens da Associação de radiofusão Comunitária do Bairro Teresópolis pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 7. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7372 – PR/RS**
Oficiante: Dra Suzete Bragagnolo
Objeto: Apuração de eventual aplicação indevida dos recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 8. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7373 – PR/RS**
Oficiante: Dra Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possíveis irregularidades em processo de sindicância instaurada em desfavor do aluno Marcos Machado no âmbito da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 9. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7374 – PR/RS**
Oficiante: Dra Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possível irregularidade na contratação de profissionais de advocacia por parte do Conselho Regional de Odontologia – CRO/RS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 10. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7377 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possível descumprimento de ordem judicial por parte da Delegacia Federal da Agricultura e do Abastecimento – DFA/RS nos autos do processo n° 2005.71.00.021801-9
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006

- 11. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7389 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar eventuais irregularidades na intervenção levada a efeito no Conselho Regional dos Representantes Comerciais pelo interventor Benedicto Emmanoel Ferreira, relativamente às admissões e demissões de funcionários.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 12. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7390 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais repassados por força do Convênio n° 5032/95, celebrado entre o FNDES e o município de Charqueadas tendo por finalidade a melhoria da qualidade de ensino municipal com a conclusão de escola técnica industrial de 1° grau.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 13. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7391 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Delegacia Regional do Trabalho quando da emissão de Certidão Negativa de Débito Salarial.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 14. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7432 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apurar possíveis irregularidades administrativas no âmbito da Gerência-Executiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/RS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 15. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7437 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Acompanhar a regularidade do recolhimento dos valores devidos pelo Hospital Geral de Charqueadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde em razão do não-ressarcimento de 26 (vinte e seis) Autorizações de Internação Hospitalar – AIHs.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006

- 16. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7441 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possíveis irregularidades verificadas em relação ao Convênio nº 1986/97, firmado entre o Executivo de Barra do Ribeiro e o Ministério da Saúde, para fins de continuidade das obras e aquisição de equipamentos para o hospital municipal.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 17. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7444 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Acompanhar a regularidade do recolhimento dos valores devidos pelo ex-prefeito do Município de Viamão Pedro Antônio Pereira de Godoy aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 18. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7449 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apurar possível cobrança irregular de valores nos atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, por parte de médicos integrantes do corpo clínico do Hospital de Montenegro/RS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 19. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7462 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apura irregularidades atinentes à contratação da Fundação DATACONTROL de Pesquisa, Desenvolvimento e Ensino Técnico em Informática através dos Contratos nº 23/97 e nº 11A/98, firmados com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS/RS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 20. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7479 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apura o regular gerenciamento e aplicação das verbas originárias do Programa Bolsa-Estíagem no Município de General Câmara.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006

- 21. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7491 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar a regularidade na aplicação de verbas oriundas do Ministério da Educação e Cultura para a execução do projeto denominado “Escola que Protege” através da ONG HATHOR.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 22. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7751 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apuração de supostas irregularidades notadamente quanto ao deferimento de diárias, na administração do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 23. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7747 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apuração de informação noticiando a concessão, por parte da União, de serviço de radiofusão de sons e imagens para fins exclusivamente educativos sem prévio procedimento licitatório.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 24. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7785 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Acompanhar a regularidade do recolhimento dos valores devidos pelo ex-prefeito do Município de Taquari/RS, Renato Baptista dos Santos, por força do Convênio n° 5013/96, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, com o objetivo de contribuir, suplementarmente, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental em escolas públicas.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006

- 25. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7722 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Acompanhar a regularidade da restituição ao erário dos valores devidos por Sérgio Luiz Chiquetto em razão do descumprimento do Termo de compromisso firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo qual lhe foi concedido auxílio financeiro a título de bolsa de estudos no exterior.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 26. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7810 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apuração de possíveis irregularidades na nomeação de vagas ao cargo de analista ambiental do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/RS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 27. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7344 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Averiguar possíveis irregularidades praticadas no âmbito do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/RS, especificamente quanto à existência de empresas-fantasma com registro na Autarquia, descumprimento de regras trabalhistas, pagamentos desproporcionais entre técnicos e fiscais de obra e descumprimento de código de ética por engenheiros registrados.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 28. Comunicação: Ofício n° 511/2006 – MPF/PR/MS/TC/AVP – PR/MS**
Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula
Objeto: Apura supostas irregularidades no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul – CRMV/MS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006

- 29. Comunicação: Ofício nº 512/2006 – MPF/PR/MS/TC/AVP – PR/MS**
Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula
Objeto: Resolve instaurar procedimento administrativo tendente a apurar a prática de improbidade administrativa em desfavor da União, decorrente de possível aplicação irregular dos recursos federais transferidos ao Município de Miranda/MS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 30. Comunicação: Ofício nº 515/2006 – MPF/PR/MS/TC/AVP – PR/MS**
Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula
Objeto: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa em desfavor do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT e da Petrobrás Distribuidora S.A, nos termos das denúncias apresentadas.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 31. Comunicação: Ofício nº 520/2006 – MPF/PR/MS/TC/AVP – PR/MS**
Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula
Objeto: Apuração dos fatos narrados na Nota Técnica nº 476 da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, em especial no que tange ao convênio nº 389177, firmado entre a FUNASA e o Município de Sonora/MS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 32. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7791 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Márcia Noll Barboza
Objeto: Apuração de tratamento supostamente deficiente prestado por servidores do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a advogados.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006
- 33. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS Nº 7738 – PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Apuração de possíveis irregularidades na contratação do serviço de transporte para o Programa “Você na Bienal”, durante a realização da IV Bienal do Mercosul com verbas originárias da PETROBRÁS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei nº 8429/92. Ata de Reunião nº 363/5ªCCR/2006

- 34. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7761 - PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Visa apurar eventual descumprimento de decisão judicial por parte do Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS/RS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006
- 35. Comunicação: OF/NPPS/PR/RS N° 7666 - PR/RS**
Oficiante: Dra. Suzete Bragagnolo
Objeto: Visa apurar eventual descumprimento de ordem judicial por parte do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RS.
Deliberação: Prorrogação da Portaria de ICP com observância do prazo prescricional da Lei n° 8429/92. Ata de Reunião n° 363/5ªCCR/2006

Estatística de e-mails recebidos (Scamara@pgr.mpf.gov.br)**NA 1ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS**

Assunto	Novembro - 1ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Irregularidade em Cargos Comissionados em Agência Reguladora	1
Aproveitamento por Tribunais como TRE-DF, TJDF e STF de candidatos aprovados em concursos realizados por outros tribunais como TRT-10º Região/DF, STM e STJ.	1
BNDES aprova crédito multimilionário a Telemar do Brasil	1
Sub-Total	3
<i>OUTROS</i>	
Pedido de publicação de Portarias de ICP's – Resolução 47 do CSMPE	4
Dúvidas ao acesso à intranet da 5ªCCR	1
Pedido de Criação de Usuário no SISBACEN	1
Comunicação de instauração de ACP	2
Informativos diversos	11
Publicação de Portaria de PA no DJ	1
Empauta e-mail	15
Propaganda de cursos	8
Spams	31
Sub-Total	74
Total de E-mails:	77

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros, com atuação no tema Patrimônio Público e Social, que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

Informativo

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C
Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305
Brasília/DF
Cep: 70050-900
E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br
Site - intranet: http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp
Site - internet: http://ccr5.pgr.mpf.gov.br
Fone: (61) 3031-6064
Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº64

2ª QUINZENA/OUTUBRO/2006

LEIA O INFORMATIVO: O CONTEÚDO COMPLETO DESTE INFORMATIVO ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo64.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 2ª Quinzena de outubro de 2006, recebeu 3392 e relatou 770 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)- Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes	Pedidos de Vista
<i>Dra. Gilda Carvalho*</i>	806	464	342	0
<i>Dr. Moacir Guimarães</i>	856	72	786	46
<i>Dr. Eduardo Dantas</i>	307	161	146	1
<i>Dr. Antônio Fonseca</i>	710	11	699	0
<i>Dr. Paulo Campos</i>	711	62	649	0
Total Geral	3392	770	2622	47

* Período de férias: de 01/10/2006 a 20/10/2006

COMUNICADO DA SESSÃO DO DIA 30/10

Considerando a falta de *quorum* para apreciação de mais de 50 (cinquenta) expedientes administrativos, em cumprimento da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, dentre outros expedientes, e, ainda, para deliberação de 79 (setenta e nove) PA's da relatoria da Coordenadora da 5ª CCR e 33 (trinta e três) PA's relatoria do Dr. Moacir Guimarães Moraes Filho, não foi possível haver seção.

PUBLICAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS - RESOLUÇÃO Nº 87/2006

A Coordenadora da 5ªCCR reitera o disposto no Ofício-Circular nº 007, de 16 de dezembro de 2005, onde reforça a necessidade de alimentação periódica da *Base de Dados de Manifestação de Inteiro Teor*, disponível no site desta Câmara:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

gerando uma rotina no gabinete ou no setor da Procuradoria.

A alimentação desta base visa implementar a possibilidade de consulta por todos os membros das manifestações produzidas na atuação extrajudicial e judicial na defesa do patrimônio público e social, inclusive referente ao artigo 16, § 1º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do MPF.

NOVOS REPRESENTANTES DA 5ªCCR NO ESTADO DO MATO GROSSO

O Procurador da República Gustavo Nogami e a Procuradora Priscila Pinheiro de Carvalho são os novos representantes da 5ªCCR/MPF na Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso.

NOVA REPRESENTANTE DA 5ªCCR NO ESTADO DO MARANHÃO

A Procuradora Carolina da Hora Mesquita é a nova representante da 5ªCCR/MPF na Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

SEMINÁRIO INCRA/MPF: RETOMADA E DESTINAÇÃO DE TERRA PÚBLICA

A Subprocuradora da Procuradoria Federal do INCRA, Gilda Diniz dos Santos, agradece a efetiva participação do Ministério Público Federal no “I Seminário de Procuradores Federais do INCRA e de Procuradores da República da Amazônia Legal”, sob o tema: “Retomada e Destinação de Terra Pública”, realizado em Porto Velho/RO nos dias 23 e 24 de outubro de 2006.

Participaram do seminário o seguintes Procuradores da República:

- **Marco Antônio Delfino de Almeida – PR/Altamira – Pará – Expositor da Palestra – Tema: O papel do MPF na proteção ao patrimônio público.**
- **Felipe Fritz Braga – PR/Santarém – Pará – Expositor da Ação Civil Pública - Tema: População Tradicional de Mangabal e Montanha.**
- **Gustavo Nogami – PR/MT**
- **Mário Lúcio – PR/MT - Expositor de relatório – Tema: Situação atual das retomadas de terras públicas em Rondônia, Roraima e Mato Grosso.**
- **Tiago de Souza Carneiro – PR/AM**
- **Fernando José Aguiar de Oliveira – PR/AP**
- **Fernando Piazensk – PR/AC**
- **Ana Karízia Távora – PR/RR**
- **Heitor Alves Soares – PR/RO**

Os temas debatidos foram:

I Ciclo de Exposições orais e debate – dia 23/10

a) Palestra I – Tema: A questão fundiária na Amazônia.

b) Palestra II – Tema: Ação discriminatória.

c) Palestra III – Tema: Oposição nas ações possessórias.

d) Exposição de relatório – Tema: Situação atual das retomas de terras públicas em Rondônia, Roraima e Mato Grosso.

e) Ação Civil Pública - População Tradicional de Mangabal e Montanha.

II Ciclo de Exposições orais e debate – dia 24/10

a) Desenvolvimento e Ideologia.

b) Palestra I – Tema: O papel do MPF na proteção ao patrimônio público.

c) Palestra II – Tema: Ações de retomada de terras públicas ajuizadas e resultados; a política da Procuradoria do INCRA na retomada de terras

públicas.

INSTAURAÇÕES DE PA'S

P A R A N Á

ATENDIMENTO DO SUS

PA: 1.25.014.000053/2006-41.

Oficiante: Dra. Daniella Dias de Almeida Sueira

Objeto: Visa apurar a regularidade no atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde - SUS nos hospitais no município de Pato Branco.

Comunicação: OFÍCIO nº 418/2006 – PRM/PB

S ã o P A U L O

SINDICATO DOS TRABALHADORES

DE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE

ROUPAS EM GERAL

PA: 1.34.001.005998/2006-99.

Oficiante: Dra. Suzana Fairbanks Lima de Oliveira.

Objeto: Verificar eventuais irregularidades na ausência de prestação de contas por parte do Sindicato dos Trabalhadores de Indústria de Confecções de Roupas em Geral. Bem como, o filho da presidente do sindicato trabalhar na tesouraria.

Comunicação: Ofício nº 23015/2006 MPF/PRSP

PORTO DE SANTOS E CODESP

PA: 1.34.012.000030/2006-47.

Oficiante: Dr. Luiz Antônio Palácio Filho

Objeto: Apuração de eventuais irregularidades envolvendo vereador do Município de Santos e funcionário da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP referente a carregamentos e viagens de material dragado no porto de Santos, assim como ilegalidades com relação ao arquivamento, pela referida empresa, de inquéritos internos sobre contratos de dragagem, que poderiam caracterizar ato de improbidade administrativa.

Comunicação: Ofício/SOTC/LAPF n. 177/2006
A íntegra deste documento encontra-se na base de dados da 5ªCCR.

R I O D E J A N E I R O

HOSPITAL MISSÃO DE SÃO PEDRO

PA: 1.30.009.0000150/2006-42.

Oficiante: Dra. Daniella Dias de Almeida Sueira

Objeto: Apurar possível omissão ou deficiência na prestação de serviços no Hospital Missão de São Pedro no município de São Pedro da Aldeia.

Comunicação: Ofício nº85/2006 PRM/SPA/SCP

R E C O M E N D A Ç Ã O

PARANÁ - INCRA

Recomendação: 002

Oficiante: Dra. Daniela Dias de Almeida Sueira.

Extrato: Recomenda ao INCRA, no prazo de 90 (noventa) dias, que se abstenha de regularizar novas transferências de lotes realizadas mediante contratos de compra e venda celebrados entre particulares; que adote providências no sentido de coibir a permuta de lotes entre os beneficiários feita sem o acompanhamento e anuência expressa desse Órgão; dentre outras recomendações de adoção de providências.

Comunicação: Ofício nº 389/2006 – PRM/PB
A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

T E R M O D E A J U S T A M E N T O D E C O N D U T A

PARANÁ – MUNICÍPIO DE

PRUDENTÓPOLIS

Oficiante: Dr. Osvaldo Soweck Júnior.

Objeto: Celebração de TAC no dia 10 de outubro de 2006 entre o Ministério Público Federal e Município de Prudentópolis – PR para alongar o prazo legal de cinco anos para a confecção do plano diretor, apenas com o fim de evitar

eventuais sanções como o não-repasse de verbas da União – Ministério das Cidades. O TAC foi firmado nos autos do Expediente Administrativo MPF/PRM/Guarapuava nº 1.25.004.000046/2006-68.

Comunicação:Ofício nº 393/2006.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Estadística de e-mails recebidos (5camara@pgr.mpf.gov.br)

NA 2ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Outubro – 2ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Instituição Filantrópica usada com fins particulares em Hospital Público em Itaúna - MG	1
Sonegação fiscal por parte da Empresa Comax Instrumentação Industrial Ltda – SP	1
Posto de Saúde da Vila Jardim Eldorado em situação caótica – Contagem/MG	1
Jornalistas em complô para encobrir falcatuas - SP	1
Conselho Federal de Psicologia - DF	1
Correios – irregularidade em postagem	1
Servidor da Secretaria da Administração da Presidência da República	1
Escritório de cobrança que descumpre CLT - RJ	1
Sub-Total	8
<i>OUTROS</i>	
Pedido de publicação de Portarias de ICP's – Resolução 47 do CSMPPF	43
Solicitação de cópia de ofício à Secretaria da 5ªCCR	1
Solicitação de cadastramento nos sistemas do SERPRO	1
Confirmação de participação em evento em Porto Velho	2
Empauta e-mail	16
Propaganda de cursos, palestras e seminários	16
Spans	79
Sub-Total	158
Total de E-mails:	166

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros, com atuação no tema Patrimônio Público e Social, que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no link no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

Informativo

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C
Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305
Brasília/DF
Cep: 70050-900
E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br
Site - intranet: http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp
Site - internet: http://ccr5.pgr.mpf.gov.br
Fone: (61) 3031-6064
Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº63

1ª QUINZENA/OUTUBRO/2006

LEIA O INFORMATIVO: INFORMAMOS QUE O CONTEÚDO COMPLETO DESTES INFORMATIVOS ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo63.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 1ª Quinzena de outubro de 2006, recebeu 3392 e relatou 770 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)- Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes	Pedidos de Vista
Dra. Gilda Carvalho*	806	464	342	0
Dr. Moacir Guimarães	856	72	786	46
Dr. Eduardo Dantas	307	161	146	1
Dr. Antônio Fonseca	710	11	699	0
Dr. Paulo Campos	711	62	649	0
Total Geral	3392	770	2622	47

* Período de férias: de 01/10/2006 a 20/10/2006

INSTAURAÇÕES DE PA'S

PARANÁ

OBRAS NA BR-158

PA: 1.25.014.000048/2006-38.

Oficiante: Dra. Daniella Dias de Almeida Sueira

Objeto: Visa apurar eventuais irregularidades na contratação/execução de obras nos trevos e intersecções da BR-158 em Pato Branco – Paraná.

Comunicação: OFÍCIO nº 487/2006 – PRM/PB

INADIMPLÊNCIA DE FACULDADE

PARTICULAR

PA: 1.25.014.000055/2006-30.

Oficiante: Dra. Juliana Mendes Daun.

Objeto: Visa apurar situação do ensino na Faculdade Palas Athena, situada no município de Chopinzinho, administrada pela Sociedade de Ensino Superior S. C. Ltda, a qual, está inadimplente com professores e funcionários, indicando possíveis prejuízos aos 420 alunos que lá estudam.

Comunicação: OFÍCIO nº 492/2006 – PRM/PB

USO INDEVIDO DE VEÍCULO

PÚBLICO

PA: 1.25.000.002488/2006-89.

Oficiante: Dr. Osvaldo Soweck Júnior

Objeto: Apuração de denúncia enviada por e-mail, em que se narra ocorrência em tese de irregularidades praticadas pelo atual Prefeito Municipal de Birituna, no uso indevido de veículo público para fins particulares.

Comunicação: Ofício nº 385/2006

SORTEIOS PÚBLICOS NO

MUNICÍPIO DE PALOTINA

PA: 1.25.002.000099/2006-07.

Oficiante: Dr. Fernando Lacerda Dias

Objeto: Procedimento Administrativo instaurado para verificar o contido no Relatório de Fiscalização nº 719/05, da Controladoria Geral da União, referente à 19ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos no Município de Palotina/PR.

Comunicação: Ofício nº 876/06-PRM/CA/DH

**EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DO
GOVERNO FEDERAL**

PA: 1.25.002.001295/2005-20.

Oficiante: Dr. Fernando Lacerda Dias

Objeto:Apuração de irregularidades, em tese, na aplicação de verbas destinadas à execução de programas do governo federal no Município de Corbélia/PR.

Comunicação: Ofício nº877/06-PRM/CA/DH

M A T O G R O S S O D O S U L

UFMS - 1

PA: 1.21.002.000101/2006-89.

Oficiante: Dr. Marcos Salati

Objeto:Verificar eventuais irregularidades na transferência de equipamentos do Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde do Campus Três Lagoas para o Departamento de Tecnologia de Alimentos do Campus Campo Grande. Bem como apurar se houve prestação de contas dos cento e cinquenta e sete mil reais oriundos do FINEP, gastos a título de material de consumo.

Comunicação: OF/PR/MS/TLS/Nº849/06

UFMS - 2

PA: 1.21.002.000100/2006-34.

Oficiante: Dr. Marcos Salati

Objeto:Apurar se houve por parte de professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas, a devolução aos cofres públicos dos valores percebidos em decorrência de acúmulo indevido de cargos públicos.

Comunicação: OF/PR/MS/TLS/Nº849/06

R I O D E J A N E I R O

***RETIRADA DOS APARELHOS DE
TOMÓGRAFOS***

PA: 1.30.005.000271/2002-09.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas

Objeto: Apurar o teor da matéria publicada no jornal “O Globo” noticiando a retirada dos aparelhos de tomógrafos dos hospitais públicos de Araruama, Itaboraí e São Gonçalo. .

Comunicação: Ofício/PRM/Niterói/WD/nº 315

***FECHAMENTO DE 13 POSTOS
MÉDICOS***

PA: 1.30.005.000293/2003-96.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas

Objeto: Apurar o teor da matéria publicada no jornal “O Globo”, de 06/11/03, sobre fechamento de 13 postos médicos, em São Gonçalo. Exoneração de 647 prestadores de serviço, entre médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem e agentes do Programa Saúde de Família.

Comunicação: Ofício/PRM/Niterói/WD/nº 318

***ALUNOS DE MEDICINA VETERINÁRIA
DA UFF***

PA: 1.30.005.000014/2005-10.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas

Objeto: Apuração da notícia da não-inscrição, em tese, dos alunos de Medicina Veterinária no ENADE. Prejudicando na colação de grau e recebimento de diploma pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Comunicação: Ofício/PRM/Niterói/WD/nº 330

DEFESA JUDICIAL DO INSS

PA: 1.30.010.000010/2006-85.

Oficiante: Dra. Cristiane Pereira Duque Estrada

Objeto: Apurar eventual irregularidade na defesa judicial do INSS. Notícia da não apresentação de contestação pela autarquia federal.

Comunicação: OF/MPF/PRM/MAGÉ/nº 417-06

RECOMENDAÇÃO

**SÃO PAULO – PREFEITO
MUNICIPAL DE MENDONÇA**

Recomendação: 06

Oficiante: Dra. Daniela Pereira Batista Poppi.
Extrato: Recomenda à Prefeitura Municipal de Mendonça, na pessoa de seu Prefeito Municipal, com o escopo de prevenir responsabilidades e visando à consecução das políticas públicas, que faça cumprir o disposto em referido diploma legal, para apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área do trabalho.

Comunicação:Ofício MPF/Cartório/SOTC nº30
A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

**SÃO PAULO – CONSELHO
REGIONAL DE MEDICINA**

Recomendação: 33

Oficiante: Dra. Suzana Fairbanks Lima de Oliveira

Extrato: Recomenda ao Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo que proíba expressamente prática de fraude à lei no âmbito das delegacias regionais, bem como no âmbito de todos os órgãos do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

Comunicação:Ofício nº21.374/2006/MPF/PR/SP/SOTC/2ºOfício – Banca I GABPR20-SP
A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

SÃO PAULO – IMPROBIDADE POR

LESÃO AOS COFRES PÚBLICOS

P.A.: 1.34.001.002064/2004-33.

Oficiante: Dr. Ricardo Nakahira

Objeto: Ação Civil Pública, por atos de improbidade administrativa, em desfavor de agente público que causou lesão aos cofres públicos, na Agência de Atendimento do Trabalhador – AAT, em Atibaia/SP

Comunicação:

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Estadística de e-mails recebidos (5camara@pgr.mpf.gov.br)

NA 1ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Outubro – 1ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
PA´s com números falsos	1
Programa de Saúde da Família - Paraíba	1
Funcionários da Educação da Prefeitura de Ibateguara, Alagoas	1
Programa Bolsa Família - Rio Grande do Sul	1
Conselho Federal de Psicologia	1
Programa Bolsa Família - Pernambuco	1
SINTRASEF – Rio de Janeiro	1
Concurso de serventuários do TRF1ª Região	1
Sub-Total	8
<i>OUTROS</i>	
Pedido de publicação de Portarias de ICP – Resolução 87 do CSMPF	12
Comunicação de instauração de ACP	1
Confirmação de participação em evento em Porto Velho	1
Empauta e-mail	16
Propaganda de cursos, palestras e seminários	9
Spans	87
Sub-Total	126
Total de E-mails:	134

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros, com atuação no tema Patrimônio Público e Social, que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no link no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

Informativo

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C
Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305
Brasília/DF Cep: 70050-900
E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br
Site - intranet: http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp
Site - internet: http://ccr5.pgr.mpf.gov.br
Fone: (61) 3031-6064
Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº62

2ª QUINZENA/SETEMBRO/2006

LEIA O INFORMATIVO: INFORMAMOS QUE O CONTEÚDO COMPLETO DESTES INFORMATIVOS

ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo62.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 2ª Quinzena de setembro de 2006, recebeu 3392 e relatou 770 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes	Pedidos de Vista
Dra. Gilda Carvalho*	806	464	342	0
Dr. Moacir Guimarães	856	72	786	46
Dr. Eduardo Dantas	307	161	146	1
Dr. Antônio Fonseca	710	11	699	0
Dr. Paulo Campos	711	62	649	0
Total Geral	3392	770	2622	47

* Período de férias: de 01/10/2006 a 20/10/2006

INFORMATIVO QUINZENAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

O Procurador Chefe da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, Dr. Walmor Alves Moreira, divulga quinzenalmente o exemplar intitulado "Conexão SC", destinado à divulgação da atuação dos membros do Ministério Público Federal no Estado e dos atos da administração local.

No seguinte endereço eletrônico está localizado o exemplar "Conexão SC" - Nº 5 de 15 e 22 de setembro de 2006.

http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/jornal_sc_inform62.pdf

Os interessados em ter acesso a outros exemplares, por favor solicitar no telefone da PRSC (48) 3229-2400.

INSTAURAÇÕES DE PA's

RIO DE JANEIRO

HOSPITAL MUNICIPAL

SANTO ANTÔNIO

PA: 1.30.006.000097/2006.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apura eventual improbidade administrativa por parte dos dirigentes do Hospital Municipal Santo Antônio, no Município de Duas Barras -RJ

Comunicação: OFÍCIO/PRM-NF/GAB/Nº623/06

CONVÊNIOS FIRMADOS COM

A FUNASA

PA: 1.30.009.0000119/2006-10.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto:Apuração de eventuais irregularidades na utilização de verbas públicas em convênios firmados com a Fundação Nacional de Saúde/FUNASA. Nota técnica de saneamento básico, abastecimento de água e esgoto sanitário – CGU.

**Comunicação: Ofício nº 068/2006 – PRM/SPA/SCP
São Pedro da Aldeia - RJ**

PROJETO JOVEM DE

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

PA: 1.30.010.000248/2006-61.

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Decreto nº 1.605/95 – Portaria nº 1.111 da Secretaria de Estado de Assistência Social – Município de Barra Mansa – Volta Redonda e Pinheiral/RJ.

Comunicação: Ofício PRM/VR/SCP nº 086/2006

ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO

FAZENDA DO SALTO

PA: 1.30.010.000251/2006-84.

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Apuração de possíveis irregularidades no Assentamento Fundiário Fazenda do Salto. Município de Barra Mansa/RJ

Comunicação: Ofício PRM/VR/SCP nº 086/2006

RECURSOS DO PRONAF

PA: 1.30.009.0000127/2006-58.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Apuração de eventuais irregularidades na utilização de recursos do PRONAF, na Colônia de Pescadores Z-23.

**Comunicação: Ofício nº 068/2006 – PRM/SPA/SCP
PRM/São Pedro da Aldeia – Armação dos Búzios/RJ**

M A R A N H ã O

**BAIXA REMUNERAÇÃO DO
MAGISTÉRIO**

PA: 1.19.000.000652/2006-11.

Oficiante: Dr. Sergei Medeiros Araújo.

O Procurador comunica à Coordenadora da 5ª CCR, o encaminhamento deste PA, à Promotoria de Justiça de São Bernardo/MA, tendo em vista que se destinava a apurar a prática de baixos níveis de remuneração do magistério no Município de São Bernardo/Ma.

Comunicação: OFÍCIO nº 182/2006 – COPP/PRS/PR/MA

S ã o P A U L O

**SERVIDORES PÚBLICOS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA
UNIÃO**

PA: 1.34.003.000317/2006-86

Oficiante: Dr. André Libonati.

Ementa: .Improbidade Administrativa. Recusa da Advocacia-Geral da União em intervir na Ação Civil nº 2005.61.08.006812-0, em curso perante a 3ª Vara Federal de Bauru, a qual apura improbidade administrativa de servidores públicos da administração direta da União, no exercício de suas funções como Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho.

Comunicação: e-mail

RECOMENDAÇÃO

ALAGOAS - GRPU

Recomendação: 12

Oficiante: Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha.

Extrato: Recomenda à Gerência Regional Patrimônio União em Alagoas – GRPU-AL que se abstenha de autorizar a ocupação de terrenos da união em desacordo com as normas de proteção ambiental, bem como que revogue as inscrições de ocupações que estiverem infringindo as normas ambientais.

Comunicação: Ofício nº 626/GNK/PRAL/2006

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

PERNAMBUCO –

PRESIDENTE E

SUPERINTENDENTE DO

INCRA

Recomendação: 07

Oficiante: Dr. Mabel Seixas Menge.

Extrato: Recomenda ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e à Superintendente da autarquia em Pernambuco, para que atendam a todas as recomendações emanadas da Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União – CGU, submetendo àquele órgão de controle interno os esclarecimentos solicitados.

Comunicação: Ofício/PRPE nº 855/2006.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Estadística de e-mails recebidos (5camara@pgr.mpf.gov.br) NA 2ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Setembro – 2ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
PIS e PASEP	1
Exposição de armamentos	1
Tráfico de drogas	1
Convênio feito com a Aeronáutica	1
Sub-Total	4
<i>OUTROS</i>	
Pedido de publicação de Portarias de ICP – Resolução 87 do CSMPPF	15
Relatório do 8º Encontro da 5ªCCR	1
Planejamento de Compras 2006	1
Empauta e-mail	15
Propaganda de cursos, palestras e seminários	52
Spans	87
Sub-Total	171
Total de E-mails:	175

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros, com atuação no tema Patrimônio Público e Social, que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no link no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

Informativo

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C

Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305

Brasília/DF

Cep: 70050-900

E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

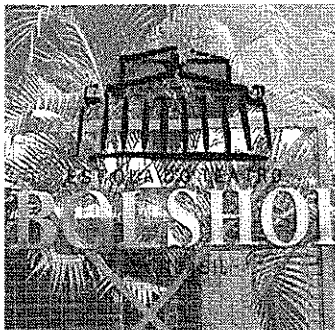
Site - intranet: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp>

Site - internet: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

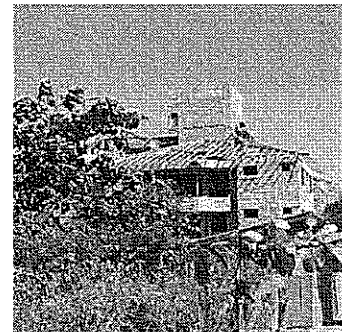
Fone: (61) 3031-6064

Fax: (61) 3031-6123.

Supervisora
do Bolshoi
é interrogada
pela Justiça



Ação contra
a Hantei
segue sem
acordo



Página 2

Página 3



CONEXÃO SC

Informativo da Procuradoria da República em Santa Catarina

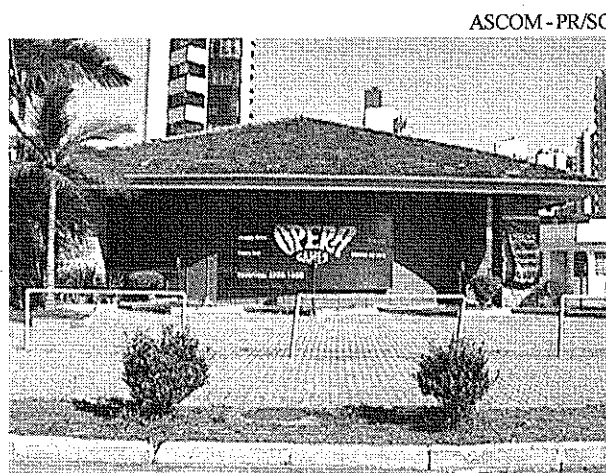
Ano I, Nº 5, 15 e 22 de setembro de 2006

MPF comanda fechamento de bingos eletrônicos e loterias no Estado

Atendendo a determinação do Ministério Público Federal em Santa Catarina, a Polícia Federal deflagrou, na tarde do dia 15/09, a operação "Vermelho 27", que resultou no fechamento de 24 casas de bingo e lacrou 1.981 máquinas caça-níqueis em todo o Estado.

A ação aconteceu quase um mês após o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar inconstitucional a lei estadual nº 11.348/2000, que permitia a exploração desse tipo de jogo. Na decisão, o Supremo reconheceu a competência exclusiva da União para legislar sobre a matéria e o monopólio da Caixa Econômica Federal para regular as atividades de sorteios.

A estratégia da operação foi planejada em reunião realizada no dia 12/09, na sede da Superintendência da Polícia Federal, na Capital. Representando o MPF, estavam presentes os procuradores da República André Stefani Bertuol (Florianópolis) e Davy Lincoln Rocha (Joinville). Na oportunidade,



Opera Game Café: uma das seis casas de jogos fechadas na capital.

ficou acertado que, nos municípios de Florianópolis, Chapecó, Lages, Joinville, Itajaí, São Miguel do Oeste, Criciúma, Blumenau e Tubarão, a Polícia Federal efetuará levantamento das principais casas de bingo e caça-níqueis. Nos demais municípios, o mapeamento das casas de bingo e caça-níqueis deveria ser realizado pela Polícia Militar, mediante requisição do Ministério Público Estadual (MPE).

Na operação, todas as casas foram lacradas e as máquinas, cadastradas. Além disso, os proprietários serão identificados e

intimados a depor na PF. A fim de fechar o cerco às casas que exploram a jogatina, o MPF e o MPE também expediram recomendações à Companhia de Desenvolvimento do Estado de SC (CODESC) e à Junta Comercial do Estado de SC (JUCESC).

No caso da CODESC, a recomendação pede o cancelamento dos registros e autorizações de todas as empresas e/ou entidades que tenham autorização para explorar a atividade de bingo e de máquinas caça-níqueis no Estado. Além disso, o documento quer que não sejam emitidas novas autorizações à atividade.

Em relação à Junta Comercial, a recomendação quer o cancelamento dos registros de todas as empresas do Estado que exploram a atividade declarada ilegal. A JUCESC também não deverá aceitar o registro de novas sociedades instituídas para tal finalidade. Ambas têm o prazo de 10 dias para informar ao Ministério Público as providências tomadas.

CRIMINAL

Supervisora do Bolshoi é interrogada pela Justiça

ASCOM - PR/SC

Joinville - Interrogada, no último dia 13, pela juíza substituta da 2ª Vara Federal de Joinville, Giovana Guimarães Cortez, em ação penal ajuizada pelo Ministério Público Federal, a supervisora da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, Joseney Braska Negrão, disse que desconhecia a proibição legal quanto ao recebimento de recursos públicos no início das atividades da escola.

Além disso, Jô Braska alegou que o diretor financeiro da instituição tomava decisões sem a sua participação, embora estivesse subordinado a ela.

A supervisora do Bolshoi e mais dez pessoas respondem, em ação penal proposta pelo procurador da República em Joinville Davy Lincoln Rocha, pelos crimes de peculato e formação de quadrilha.

Na ação, o procurador questiona a percepção fraudulenta de verbas públicas estaduais, abatidas do ICMS, pelo Instituto Escola de Artes Cênicas de Joinville (IEACJ), atual Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil (IETBB).



Joseney alegou estar sofrendo perseguição política e pessoal.

Outro crime apontado pelo procurador é a remuneração fraudulenta da Associação Joinvillense de Obras Sociais (AJOS), utilizada como “testa de ferro” para apresentar projetos culturais estaduais.

Como, na época dos fatos, o instituto não contava ainda com os três anos exigidos pela lei para o recebimento de patrocínios públicos, os dirigentes do IEACJ utilizaram a

AJOS para obter, em nome da associação, verbas de patrocínio cultural junto ao governo do Estado de Santa Catarina. Por terem cedido a AJOS para a efetivação da fraude, seus dirigentes e a própria associação foram remunerados.

O próximo interrogatório está marcado para o dia 26 deste mês, na Justiça Federal de Jaraguá do Sul, quando será ouvido o diretor financeiro do Bolshoi, Sérgio Ayres Filho.

Jô Braska também é ré em outras ações

A supervisora do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil não foi denunciada pelos crimes de peculato e formação de quadrilha apenas na ação que deu origem ao interrogatório do dia 13.

Jô Braska também é parte em outras três denúncias acerca dos mesmos crimes, além de cinco ações civis públicas por atos de improbidade administrativa.

Empresário é condenado em ação penal

Criciúma - O proprietário da empresa Althoff Supermercados Ltda., de Criciúma, Fláris Augusto Althoff, foi condenado pela Justiça Federal a 5 anos de reclusão e ao pagamento de multa no valor equivalente a 365 salários mínimos, por crime contra a ordem tributária.

A ação foi ajuizada pelo procurador da República em Criciúma Darlan Airton Dias, que denunciou o empresário por utilizar a conta corrente de seu filho, Paulo Cassetari Althoff, para movimentar

valores provenientes do faturamento do supermercado. Conforme a denúncia, pelo “caixa dois” da empresa transitaram mais de R\$ 2,5 milhões. Os tributos sonegados (CSLL, COFINS e PIS) atingiram o montante de R\$ 1.344.710,61. A pena de prisão deverá ser cumprida em regime semi-aberto, sem direito a substituição por penas restritivas de direito. Da condenação, cabe recurso, podendo o condenado apelar em liberdade.

A investigação começou devido

à elevada movimentação financeira de Paulo, que declarou ter consciência da ilicitude, mas que era seu pai o responsável pela movimentação da conta. Conforme a decisão, Fláris foi “verdadeiro mau exemplo para seu filho” ao empregá-lo como testa-de-ferro nas fraudes. “É muito censurável que um pai traga seu filho, um inexperiente rapaz de 18 anos, para o caminho da fraude, do crime”, sentenciou o magistrado. Por esses motivos, a pena do empresário foi elevada em 6 meses.

CRIMINAL

JF condena cinco por lavagem de dinheiro

Blumenau - A Justiça Federal condenou às penas de reclusão, detenção e multa, por crime de lavagem de dinheiro e contra o sistema financeiro nacional, cinco acusados pelo Ministério Público Federal em ação penal sobre operações de câmbio.

Osni Buss foi condenado a oito anos de reclusão e multa de 900 salários mínimos, por lavagem de dinheiro, e a dois anos e seis meses de detenção e multa de 900 salários mínimos, por crime contra o sistema financeiro nacional.

Sharon Eileen McCarthy foi condenada a sete anos e seis meses de reclusão e multa de 750 salários mínimos, por lavagem de dinheiro,

e a dois anos e três meses de detenção e multa de 750 salários mínimos, por crime contra o sistema financeiro nacional.



Depósitos no exterior, em operações não declaradas, levaram a penas variadas.

Odilo Kaestner, Maurici de Oliveira e Claus Hinckel Tonjes foram condenados, cada um, a quatro

anos e oito meses de reclusão e multa de 120 salários mínimos, por lavagem de dinheiro, e a um ano e dois meses de detenção e multa de 45 salários mínimos, por crime contra o sistema financeiro nacional.

Os condenados, ligados às empresas de câmbio Roweder, Quest e à subsidiária MB Factoring, tinham sido acusados de depositar valores em contas abertas no exterior e receber pagamento em dinheiro no Brasil, em operações não declaradas.

O sexto réu, Antônio Israel Roweder Buss, foi absolvido por falta de provas. Todos os condenados podem apelar em liberdade ao TRF da 4ª Região.

TUTELA COLETIVA

Ação contra a Hantei segue sem acordo

Florianópolis - Em audiência de conciliação realizada no último dia 13, na Vara Federal Ambiental de Florianópolis, não houve acordo entre o Ministério Público Federal, representado pelo procurador chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina Walmor Alves Moreira, e os representantes da Hantei Construções e Incorporações.

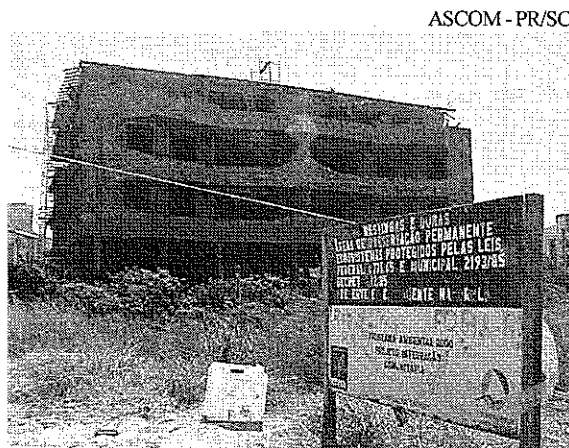
A empresa é responsável pela edificação do Residencial Mandágua na praia dos Ingleses, que, por ter sido construído em área de preservação permanente (APP), se tornou objeto de uma ação civil pública.

Apesar de afirmarem que não reconhecem a área como APP e que obtiveram as licenças ambientais necessárias para o início da obra, os

representantes da Hantei propuseram o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 30 mil, muito aquém dos R\$ 10 milhões propostos pelo MPF, o que acabou impossibilitando o acordo.

Conforme análises realizadas por peritos do MPF, a área sobre a qual foi construído o residencial é de preservação permanente, estando 15% da obra edificadas em terreno de marinha. Além disso, a construção, que já provocou erosão da faixa de areia, foi considerada poluente e limitadora do acesso à praia.

Diante da impossibilidade de conciliação, o juiz substituto da Vara Ambiental Zenildo Bodnar



ASCOM - PR/SC

Em foto de 2004, o prédio já erguido e a indicação de que a área é de preservação permanente.

determinou a apuração do valor necessário para o custeio de um projeto de recuperação ambiental da área ocupada pelo empreendimento, bem como uma avaliação do imóvel, com o objetivo de subsidiar nova discussão sobre uma possível indenização.

TUTELA COLETIVA

MPF ingressa com recurso para implantar delegacia da PF em Blumenau

www.dpf.gov.br

Blumenau - O Ministério Público Federal em Santa Catarina ingressou com agravo de instrumento, a fim de reformar a sentença de primeiro grau que não acolheu o pedido para determinar a instalação de uma Delegacia da Polícia Federal no município de Blumenau.

Para o procurador da República João Marques Brandão Neto, a inexistência de uma delegacia está atrapalhando o andamento dos trabalhos, tanto do Ministério Público Federal quanto da Justiça Federal. Para embasar a ação, inicial e recurso, o procurador Brandão listou inúmeros casos de diligências e ordens judiciais que demoraram a ser cumpridas. Em um dos casos, uma perícia levou cerca de dois anos para ser realizada. Em

outros, o longo decurso do prazo levou à prescrição de crimes. “A demora na tramitação dos inquéritos policiais cria risco irreversível de prescrição nos processos criminais e a demora no cumprimento de mandados de busca e apreensão gera a perda de provas no inquérito policial”, alega Brandão.

No agravo de instrumento, o Ministério Público Federal requer que seja ordenado à União a manutenção da Unidade/Escritório da Polícia Federal em Blumenau em pleno funcionamento, por prazo indeterminado, e que, além de expedir passaportes, a unidade

funcione também como Polícia Judiciária da União. Para tanto, deverá ser suprida a falta de servidores, por meio de remanejamento ou nomeação de candidatos aprovados no último concurso.



Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina.

São Pedro de Alcântara deverá informar utilização de transporte escolar

Florianópolis - O Ministério Público Federal em Santa Catarina expediu recomendação para que o município de São Pedro de Alcântara encaminhe trimestralmente relatório de uso do veículo adquirido por meio de convênio firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Programa Nacional de Transporte Escolar.

Conforme procedimento administrativo, a prefeitura de São Pedro de Alcântara desviou o uso do veículo, adquirido com recursos do FNDE, para transportar usuários da saúde a Angelina, município vizinho. Com o convênio, foram liberados R\$ 50 mil para a aquisição do veículo a ser utilizado no transporte escolar.

Os relatórios trimestrais deverão ser encaminhados ao MPF durante

dois anos e deverão ser acompanhados por declarações dos diretores das escolas atendidas.

Segundo o procurador da República André Stefani Bertuol, ao invés de ajuizar ACP por improbidade administrativa ou assinar Termo de Ajuste de Condutas (TAC), o MPF optou pela recomendação em face do pequeno valor envolvido.

EXPEDIENTE

Conexão SC é uma publicação da Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República em Santa Catarina.

Redação, Edição, Diagramação e Fotografia:

Cléria Flores Nunes, Humberto Eckhard, Lucênio Zanoni da Rocha e Rogério Postai

Acesse as últimas notícias do MPF em Santa Catarina pelo site www.prsc.mpf.gov.br



5ª CÂMARA INFORMA

Nº61

1ª QUINZENA/SETEMBRO/2006

LEIA O INFORMATIVO: INFORMAMOS QUE O CONTEÚDO COMPLETO DESTES INFORMATIVOS

ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo61.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 1ª Quinzena de setembro de 2006, recebeu 2777 e relatou 573 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

<i>Membros Subprocurador(a)-Geral da República</i>	<i>PA's Distribuídos</i>	<i>PA's Relatados</i>	<i>PA's Remanescentes</i>	<i>Pedidos de Vista</i>
<i>Dra. Gilda Carvalho</i>	<i>671</i>	<i>411</i>	<i>260</i>	<i>0</i>
<i>Dr. Moacir Guimarães</i>	<i>671</i>	<i>59</i>	<i>612</i>	<i>42</i>
<i>Dr. Eduardo Dantas</i>	<i>119</i>	<i>30</i>	<i>89</i>	<i>1</i>
<i>Dr. Antônio Fonseca**</i>	<i>670</i>	<i>11</i>	<i>659</i>	<i>0</i>
<i>Dr. Paulo Campos*</i>	<i>646</i>	<i>62</i>	<i>584</i>	<i>0</i>
<i>Total Geral</i>	<i>2777</i>	<i>573</i>	<i>2204</i>	<i>43</i>

* Licença Prêmio: período de 21/08 a 04/09 e férias: período de 22/09 a 11/10

* Licença Prêmio: período de 04/09 a 03/10

INSTAURAÇÕES DE PA'S RIO DE JANEIRO

COMBATE À DENGUE NO

MUNICÍPIO DE CORDEIRO

PA: 1.30.006.000020/2006-30.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Encaminhamento de Procedimento Administrativo à Promotoria de Justiça de Cordeiro em razão da Promoção de Declínio de competência. Objeto: a apuração da situação de assistência à saúde, no que tange aos serviços necessários para combate eficaz à Dengue no Município de Cordeiro. (Nova Friburgo – RJ)

Comunicação: OFÍCIO/PRM-NF/JJ-NA/nº 602/2006

**COMBATE À DENGUE NO
MUNICÍPIO DE DUAS
BARRAS**

PA: 1.30.006.000021/2006-84.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Encaminhamento de Procedimento Administrativo à Promotoria de Justiça de Cordeiro em razão da Promoção de Declínio de competência. Objeto: a apuração da situação de assistência à saúde, no que tange aos serviços necessários para combate eficaz à Dengue no Município de Duas Barras. (Nova Friburgo)

Comunicação: OFÍCIO/PRM-NF/JJ-NA/nº 605/2006

USO INDEVIDO DE IMÓVEL

PA: 1.30.007.000101/2006-85.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apuração de notícia de eventual uso indevido de imóvel possivelmente pertencente à União – Vila Ipase – Município de Petrópolis.

Comunicação: Ofício/PRM/Petrópolis/SOTC nº 1101/06

BENEFÍCIO BOLSA FAMÍLIA

PA: 1.30.018.000102/2006-74.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apuração de notícia de eventual concessão irregular do benefício Bolsa Família – Município de Petrópolis.

Comunicação: Ofício/PRM/Petrópolis/SOTC nº 1101/06

M I N A S G E R A I S

CONTRATADOS PELA CEF

PA: 1.22.003.000510/2006-38.

Oficiante: Dr. Leonardo Augusto Santos Melo.

Objeto: Apura a licitude da contratação e da manutenção como contratados, pela Caixa Econômica Federal, sem concurso, de advogados, arquitetos e engenheiros em detrimento daqueles legitimamente aprovados em concurso público de provas e títulos.

Comunicação: OFÍCIO PR/MG/LM nº 0336/2006.

P A R A Í B A

RECEBIMENTO IRREGULAR DE BENEFÍCIO

PA: 1.25.014.000030/2005-55.

Oficiante: Dra. Daniella Dias de Almeida Sueira.

Objeto: Apuração de eventuais fraudes perpetradas contra o INSS, consistentes na continuidade do recebimento de benefício previdenciário mesmo após o falecimento de seu titular.

Comunicação: OFÍCIO nº 364/2006 – PRM/PB

INSTAURAÇÃO DE ICP

RIO GRANDE DO SUL:

NOVO CURSO DE MEDICINA SEM RECONHECIMENTO

PA: 1.29.000.000703/2005-87.

Portaria ICP/PR/RS: 009/2006

Oficiante: Dra . Márcia Noll Braboza.

Objeto: Apurar a possível existência de um novo curso de medicina sem reconhecimento pelo Ministério da Educação promovido pela Escola Superior de Ciências Tradicionais e Ambientais – ESCAM, mantida pela ONG TeraBrazil.

Comunicação: OF/NPPS/PR/RS nº 6130.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

MATO GROSSO DO SUL:

PNEUS DOADOS MARCA HANKOOK

PA: 1.21.000.000608/2006-52.

Oficiante: Dr . Allan Versiani de Paula.

Objeto: Apurar provável desvio de pneus marca HANKOOK doados, ao final de 2002 e início de 2003, à Superintendência Regional da Polícia Federal de Mato Grosso do Sul

Comunicação: Ofício nº 499/2006MPF/PR/MS/TC/AVP

RIO DE JANEIRO:

INCA – INSTITUTO

NACIONAL DO CÂNCER

PA: 1.30.012.000065/2004-63.

Portaria: 001/2006

Oficiante: Dr . Daniel Alcântara Prazeres.

Objeto: Apurar irregularidades na contratação pelo INCA – Instituto Nacional do Câncer, via convênio, da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, para transporte e destinação final de peças cirúrgicas e sepultamento de pessoas carentes e indigentes, com utilização de espaços físicos localizados em prédios públicos (Unidades do INCA I, II, III e IV) para divulgação de seus serviços.

Comunicação: Ofício PR/RJ/SOTC/CH/nº 412/2006.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Estadística de e-mails recebidos (5camara@pgr.mpf.gov.br)

NA 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Setembro – 1ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Emprego sem concurso público em Sergipe	1
Fraude na ANP – Agência Nacional do Petróleo	1
Favorecimento de candidato por máquina pública	1
Conselhos Regionais da Fiscalização de Profissões	1
Fraude em concurso para professor do Colegio Pedro II do ano de 2006 - RJ	1
Assédio Moral na UF-Rio Grande do Norte	1
Enriquecimento ilícito – ONG: IBDS (Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário)	1
Sub-Total	7
<i>OUTROS</i>	
VII Encontro da 5ªCCR (perguntas, pedidos, respostas)	20
Pedido de publicação de portarias	7
Empauta e-mail	16
Propaganda de cursos, palestras e seminários	9
Grupo Projeto e Metas	3
Spans	82
Sub-Total	137
Total de E-mails:	144



5ª CÂMARA INFORMA

Nº60

2ª QUINZENA/AGOSTO/2006

LEIA O INFORMATIVO: INFORMAMOS QUE O CONTEÚDO COMPLETO DESTES INFORMATIVOS

ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo60.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 2ª Quinzena de agosto de 2006, recebeu 2777 e relatou 573 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes	Pedidos de Vista
Dra. Gilda Carvalho	671	411	260	0
Dr. Moacir Guimarães	671	59	612	42
Dr. Eduardo Dantas	119	30	89	1
Dr. Antônio Fonseca	670	11	659	0
Dr. Paulo Campos	646	62	584	0
Total Geral	2777	573	2204	43

OFÍCIO III – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – NOVA DESIGNAÇÃO DE MEMBRO

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região José Leonidas Bellem de Lima, designou o Procurador Regional da República Sérgio Monteiro Medeiros para atuar também nos processos relativos ao Ofício III – Patrimônio Público e Social, a partir de 15 de agosto de 2006.

NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA – RECONDUÇÃO DE MEMBRO

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, José Leonidas Bellem de Lima, reconduziu a Procuradora Regional da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen pelo período de 03 (três) meses como responsável pela administração do Núcleo da Tutela Coletiva.

GRUPO DE TRABALHO: PROJETOS E METAS – ATAS DAS REUNIÕES (DIAS 15 E 16 DE AGOSTO)

As atas das reuniões dos componentes do Grupo de Trabalho “Projetos e Metas” estão publicadas na página da intranet da 5ª CCR. As reuniões foram realizadas nos dias 15 e 16 de agosto, onde foram procedidas as análises de 10 projetos de atos legislativos entre outros assuntos.

A íntegra destas encontram-se no seguinte link:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/listadediscussao/projetosemetas/menuprojetos.htm>

AVISO Nº 947-GP: RESPOSTA DO TCU SOBRE QUESTÃO ELABORADA PELO SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA ANTONIO FONSECA

O Subprocurador-Geral da República Antonio Fonseca enviou à Coordenadora da 5ª CCR cópia do Aviso nº 947-GP/TCU. Esse documento é uma resposta do Tribunal de Contas da União - TCU ao Subprocurador quanto à respeito de dados que ilustram irregularidades entre os municípios no cumprimento de obrigações fiscais onde foram realizadas auditorias.

A íntegra do Aviso encontra-se publicado no link da Lista de Discussão do “Grupo de Trabalho: Projeto e Metas”, na intranet da 5ª CCR:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//listadediscussao/projetosemetas/aviso947.pdf>

INSTAURAÇÕES DE PA's

RIO DE JANEIRO

EX-PREFEITO DE SÃO

GONÇALO

PA: 1.30.005.000078/2006.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Representação contra o ex-prefeito de São Gonçalo. Convênio nº 109.246 firmado com a Fundação Nacional de Saúde. Obras de tratamento sanitário no Bairro Jardim Catarina. Recursos repassados ao município. Prestação de contas inadequada, em tese. Ressarcimento ao Tesouro Nacional.

Comunicação: OFÍCIO/PRM/NITERÓI/WD/Nº 249/06

ALIENAÇÃO ILEGAL DE

TERRAS DO INCRA

PA: 1.30.005.000071/2006-71.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Representação da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de São Gonçalo. Notícia de alienação ilegal, em tese, de terras do INCRA. Local: Estrada do Monte Formoso, Santa Isabel, São Gonçalo.

Comunicação: OFÍCIO/PRM/NITERÓI/WD/Nº 243/06

DEPUTADO FEDERAL

PA: 1.30.017.000111/2006-46.

Oficiante: Dr. Carlos Bruno Ferreira da Silva.

Objeto: Representação inominada em face de deputado federal.

Comunicação: OFÍCIO MPF/PRM/SJM nº 376/2006

LIBERAÇÃO DE VERBAS

PARA A ONG URBES

PA: 1.30.010.000240/2006-02.

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Apuração de desvio de verbas, em tese, em Barra Mansa/RJ por inveracidade dos números de educandos e salas de aula fornecidos ao Ministério da Educação no tocante à liberação de verbas para a ONG URBES Instituto de Políticas Públicas Urbanas.

CEF – RECURSOS PÚBLICOS PA: 1.26.005.000039/2006-19.

FEDERAIS

Oficiante: Dr. Edson Virgínio Cavalcante Júnior.

Objeto: Apuração de notícia de irregularidades, no âmbito do Município de Pedra/PE, na execução de objeto custeado com recursos públicos federais repassados ao Município pela Caixa Econômica Federal.

Comunicação: OFÍCIO nº 695/2006-MPF/PRM-Caruaru/STOC

COOPERATIVA MISTA DOS

TRABALHADORES RURAIS

PA: 1.26.002.000070/2006-80.

Oficiante: Dr. Edson Virgínio Cavalcante Júnior.

Objeto: Apuração de notícia de irregularidade praticada pelo Presidente da Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais de Belo Jardim/PE em virtude da não aprovação da prestação de contas dos recursos recebidos no âmbito do Convênio nº 028/96, cujo objeto era levar aos pequenos agricultores e associados informações sobre o processo de participação em suas organizações, estimular o processo de comercialização da produção e refletir sobre os princípios do cooperativismo.

Comunicação: OFÍCIO nº 695/2006-MPF/PRM-Caruaru/STOC

AUDITORIA PATRIMONIAL

DA RFFSA

PA: 1.30.901.016377/2006-36.

Oficiante: Dr. Vinícius Panetto do Nascimento.

Objeto: Acompanhamento de auditoria patrimonial no âmbito da RFFSA realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Comunicação: OFÍCIO PR/RJ/VPN/nº 400/2006

PETSE – AUSÊNCIA DE

FISCALIZAÇÃO PELO DNIT

PA: 1.30.006.000088/2006-19.

Oficiante: Dra. Lílian Guilhon Dore.

Objeto: Apuração de eventual negligência por parte da Agência da Caixa Econômica Federal no Município de Nova Friburgo.

Comunicação: Of/PRM-NF/GAB/Nº 554/06

INSTAURAÇÃO DE ICP

PIAUI – IRREGULARIDADE

DE CONTRATOS/SUS

PA: 1.27.000.000957/2006-51.

Oficiante: Dr. Kelston Pinheiro Lages.

Objeto: Apurar irregularidades de estabelecimentos privados de saúde credenciados ao SUS por não terem sido contratados mediante prévio procedimento licitatório.

Comunicação: Ofício nº 1513/2006-PR/PI-SPA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

MINAS GERAIS –

RFFSA

Oficiante: Dr. Fernando de Almeida Martins.

Objeto: Celebração de TAC no dia 28 de agosto 2006 entre o Ministério Público Federal e a Rede Ferroviária Federal S.A. - em liquidação. A RFFSA comprometeu-se em realizar o inventário de bens necessário para dar fim ao processo de liquidação

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

RECOMENDAÇÃO

RIO DE JANEIRO –

PUBLICIDADE DOS ATOS

Recomendação: 009

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Extrato: Recomenda ao Prefeito do Município de Sapucaia que observe na íntegra o disposto na Lei nº 9.452/97, publicando informações referentes ao recebimento de verbas federais decorrentes de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse, termos de parceria) no site do Município, no prazo de dois dias úteis contados da data do recebimento dos respectivos recursos, sob pena de prática de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92).

Comunicação: Ofício/MPF/GAB/VS nº 832/2006-A

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

RIO GRANDE DO SUL –

MERCADO POPULAR

Recomendação: 02

Oficiante: Dr. Mário Sérgio Ghannagé Barbosa.

Extrato: Recomenda ao Prefeito Municipal e ao Secretário de Desenvolvimento Econômico de Erechim que fiscalize as mercadorias comercializadas no local denominado “Mercado Popular”.

Comunicação: Ofício/PRM/ERECHIM/RS Nº 433

PROPOSITURA DE ACP

PARANÁ – IMPROBIDADE

POR USO DE VEÍCULO

APREENDIDO

P.A.: 1.25.004.000010/2006-84

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin

Objeto: Ação Civil Pública em desfavor de vereador do Município de Laranjeiras do Sul e servidor público estadual, por uso indevido de veículo sob a guarda e responsabilidade do Estado.

Comunicação: E-mail

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

RIO GRANDE DO SUL –

TRECHO RIO

GRANDE/PELOTAS DA BR392

A.C.P.:2006.71.01.003801-8

Oficiante: Dra. Anelise Becker.

Objeto: Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, a União Federal, as empresas Construtora Triunfo S.A. E Ivaí Engenharia de Obras S.A. E Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Tendo por objeto as obras de duplicação e melhorias do trecho Rio Grande – Pelotas da BR 392.

Comunicação:Ofício CDC/PRM/RG/RS nº 602/06

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

Estatística de e-mails recebidos (5camara@pgr.mpf.gov.br)

NA 2ª QUINZENA DE AGOSTO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Agosto – 2ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Varig	1
SPHAERA TURISMO	1
Área de preservação ambiental devastada por grileiros	1
Sub-Total	3
<i>OUTROS</i>	
Resposta ao Questionário do VIII Encontro	2
Proposta de ACP	1
Empauta e-mail	13
Propaganda de cursos, palestras e seminários	27
Grupo Projeto e Metas	5
Spans	24
Sub-Total	72
Total de E-mails:	175

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros, com atuação no tema Patrimônio Público e Social, que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no link no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

Informativo

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C

Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305

Brasília/DF

Cep: 70050-900

E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

Site - intranet: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp>

Site - internet: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

Fone: (61) 3031-6064

Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº59

1ª QUINZENA/AGOSTO/2006

LEIA O INFORMATIVO: INFORMAMOS QUE O CONTEÚDO COMPLETO DESTES INFORMATIVOS

ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo59.pdf>

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 1ª Quinzena de agosto de 2006, recebeu 2629 e relatou 386 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes	Pedidos de Vista
Dra. Gilda Carvalho	635	274	361	0
Dr. Moacir Guimarães *	635	9	626	40
Dr. Eduardo Dantas ***	89	30	59	0
Dr. Antônio Fonseca **	635	11	624	0
Dr. Paulo Campos	635	62	573	0
Total Geral	2629	386	2243	

Justificativas:

* Aguardando correição na 5ª CCR

** Levantado pelo Dr. Eduardo Nobre e Dr. Moacir Guimarães o seu impedimento para relatar PA's.

*** Licença prêmio: período de 01 a 15/08

COMUNICADOS DA SESSÃO DO DIA 07/08 E 14/08

Assunto: VIII Encontro Nacional da 5ª CCR.

Deliberação: Ficou definida a realização do VIII Encontro Nacional da 5ª CCR na ESMPU, nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2006.

Assunto: Reunião do Grupo de Trabalho – Projeto e Metas.

Deliberação: A Dra Denise Vinci Túlio, Coordenadora do GT - Projetos e Metas, comunica à 5ª CCR que realizará reunião nos dias 15 e 16 deste mês, para discutir os Projetos de Leis previamente analisados pelos integrantes do GT, e discussão e proposição de medidas que possam melhorar a eficiência do MPF na atuação de combate à corrupção.

Assunto: Depredação. Câmara Federal. Ação Penal. Solicitação de informação

quanto a ação civil

Deliberação: A Coordenadora informou que foi respondido o ofício pelo Superintendente da Polícia Federal, no sentido de deixar de remeter as cópias do Inquérito Policial, haja vista que todo o inquérito foi remetido à Justiça Federal. Disse a Coordenadora que logo em seguida viu a veiculação da notícia na rede, de que a PRDF tinha oferecido a denúncia contra os investigados no citado Inquérito Policial. Dada a palavra ao Dr. Moacir, manifestou que, considerando que houve ação penal contra os integrantes do MLST, que depredaram as dependências da Câmara Federal e, em seguida os relaxamentos de prisão em flagrante de dezenas de denunciados, solicitou que fosse oficiado o Poder Legislativo e a Advocacia-Geral da União para saber se foram tomadas providências em referência ao ressarcimento aos danos nas esferas cíveis contra os infratores.

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 32/2006 (CONTROLE DE RECURSOS FEDERAIS)

Está publicado na página da intranet da 5ª CCR o documento Informação Técnica nº 32/2006. Este possui importantes considerações da Assessoria Técnico-Pericial sobre questões propostas pela Coordenadora da 5ª CCR/MPF concernentes ao controle de recursos federais.

A íntegra deste documento se encontra no seguinte link:

http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//listadediscussao/projetosemetas/informacao_tecnica32.pdf

O Procurador Regional da República Fábio George Cruz da Nóbrega ainda dentro desse contexto de controle de recursos federais relatou à esta Câmara a observância da experiência adotada pelo Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (FOCCO), o qual estimula o exercício de controle social.

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO – PAGAMENTO COM MOEDAS PODRES

Está registrado na página da Intranet desta Câmara o estudo de autoria do assessor técnico da 5ª CCR, Carlos Alberto de Oliveira Lima, que versa sobre o pagamento das aquisições com a utilização das denominadas “moedas podres”. Este avalia os efeitos patrimoniais caracterizando renúncia de receita poupante do Estado e alcança as privatizações realizadas pelo Governo Federal no período compreendido entre a edição da Lei nº 8.031, de 12/04/90, até o momento da apuração dos números em 22/12/92.

A íntegra deste documento se encontra no seguinte link:

http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informacoes/pagamento_moedapodre.pdf

PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO - PAC

O Procurador Regional da República da 4ª Região Jorge Luiz Gasparini da Silva comunicou à Coordenadora da 5ªCCR a prorrogação de 11 (onze) portarias de instauração constante de Procedimento de Acompanhamento de Convênio – PAC, as quais monitoram o uso de verba pública federal.

PAC's números:

1.04.000.000440/2006-66	1.04.000.000135/2006-74	1.04.000.000279/2006-21
1.04.000.000429/2006-04	1.04.000.000254/2006-27	1.04.000.000118/2006-37
1.04.000.000259/2006-50	1.04.000.000425/2006-18	1.04.000.000243/2006-47
1.04.000.000288/2006-11	1.04.000.000082/2006-91	

DESPACHO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO - PRRO

O Procurador da República do Estado de Rondônia Reginaldo Pereira da Trindade comunicou à Coordenadora da 5ªCCR o despacho de abertura de procedimento investigatório número 1.31.000.000454/2006-52 que aponta irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Monte Negro indicadas no Relatório de Fiscalização 203/2004, elaborado pela Controladoria-Geral da União – CGU e pertinente ao Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos em sua 11ª Etapa.

PROPOSITURA DE ACP

SÃO PAULO –

HOSPITAL DOS

ESTIVADORES DE SANTOS

A.C.P.: 2004.61.04.005395-0

Oficiante: Dr. Luiz Antônio Palácio Filho

Objeto: Propositura de ACP em desfavor da ENG-PLAC Engenharia & Construção, LUNICON Construção e Comércio LTDA, Líder S/C Ltda e outros. O pedido é para a condenação dos réus por atos de improbidade administrativa que importaram enriquecimento ilícito, causaram prejuízo ao erário e atentaram contra os princípios da administração pública, envolvendo o desvio de verbas públicas federais liberadas através de convênios firmados entre o Ministério da Saúde e o Hospital dos Estivadores de Santos.

Comunicação: Ofício nº 14730/2006 GAB/PRM15-ACYK/SP-000033/2006

MATO GROSSO DO SUL –

GERENTE DA CEF

A.C.P.: 2006.60.00.005075-2

Oficiante: Dr. Allan Versiani da Rocha Barros

Objeto: Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa com pedido liminar de indisponibilidade de bens em desfavor do gerente de filial da Caixa Econômica Federal de Campo Grande/MS, no período compreendido entre dezembro de 2004 e outubro 2005. O pedido é que seja decretada liminarmente a indisponibilidade dos bens móveis e imóveis, direitos e ações de propriedade do réu, inclusive os ativos financeiros. O imediato bloqueio de todas as movimentações bancárias de propriedade do réu mantidos a qualquer título em instituições financeiras. Bem como a condenação do réu nas penas previstas no art. 12, inciso I, da Lei 8429/1992.

Comunicação: E-mail

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

INSTAURAÇÃO DE ICP

MARANHÃO – ESTRADAS

FEDERAIS

ICP: 1.19.002.000005/2006-99.

Oficiante: Dr. Alexandre Assunção e Silva

Objeto: Acompanhamento da situação das estradas federais abrangidas pela competência territorial da Procuradoria da República no Município de Caxias/MA.

Comunicação: Ofício nº 209/2006-GABIN-PRM-Caxias

PIAUI – SISTEMA ADUTOR DO

SUDESTE

ICP: 1.27.000.000781/2006-37.

Oficiante: Dr. Kelston Pinheiro Lages

Objeto: Apurar irregularidades praticadas no âmbito das obras do Sistema Adutor do Sudeste, sobretudo no que se refere à execução do Contrato AJ 27/99, firmado entre a Construtora Jurema LTDA e o Estado do Piauí.

Comunicação: Ofício nº 1253/2006-PR/PI-SPA

PARAÍBA – AQUISIÇÃO DE

AMBULÂNCIAS 1

ICP: 1.24.001.000112/2006-67.

Oficiante: Dr. André Libonati

Objeto: Apurar irregularidades na aquisição de ambulâncias e de material para equipá-las, em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Cubatí/PB

Comunicação: Ofício PRM-CG/PB nº 667/2006

PARAÍBA – AQUISIÇÃO DE

AMBULÂNCIAS 2

ICP: 1.24.001.000119/2006-89.

Oficiante: Dr. Rodolfo Alves Silva

Objeto: Apurar irregularidades na aquisição de ambulâncias e de material para equipá-las, em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Cacimba de Dentro/PB

Comunicação: Ofício PRM-CG/PB nº 666/2006

***PARAÍBA – AQUISIÇÃO DE
AMBULÂNCIAS 3***

ICP: 1.24.001.000112/2006-67.

Oficiante: Dr. André Libonati

Objeto: Apurar irregularidades na aquisição de ambulâncias e de material para equipá-las, em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Cubatí/PB.

Comunicação: Ofício PRM-CG/PB nº 667/2006

INSTAURAÇÕES DE PA's

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO

VITAL BRAZIL

PA: 1.30.005.000072/2006-16.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Representação procedente da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Niterói e Marica. Apuração de notícia de superfaturamento, em tese, na compra de computadores para o Instituto Vital Brazil. Ato atribuído à sua ex-presidente.

Comunicação: OFÍCIO/PRM/NITERÓI/WD/Nº 242/06

VERBAS FUNDEF

PA: 1.30.016.000052/2006-16.

Oficiante: Dra. Cristiane Pereira Duque Estrada.

Objeto: Apuração de eventual irregularidade na gestão de verbas destinadas ao Município de Magé, oriundas do Fundef. E atraso injustificado dos salários dos funcionários da Secretaria de Educação.

**Comunicação: Of/MPF/PRM/MAGÉ/GAB/CPDE/
Nº 3003/2006**

NEGLIGÊNCIA DA CEF

PA: 1.30.006.000088/2006-19.

Oficiante: Dra. Lílian Guilhon Dore.

Objeto: Apuração de eventual negligência por parte da Agência da Caixa Econômica Federal no Município de Nova Friburgo.

Comunicação: Of/PRM-NF/GAB/Nº 554/06

DANO A VEÍCULO DA

FUNASA

PA: 1.30.007.000079/2006-18.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: Apuração de notícia de eventual dano a veículo da Funasa causado por servidor lotado em Três Rios/RJ.

Comunicação: Of/PRM/Petrópolis/SOTC Nº 1141/06

SANEAMENTO BÁSICO

PA: 1.30.008.000068/2006-28.

Oficiante: Dr. Guilherme Guedes Raposo.

Objeto: Omissão na garantia de saneamento básico à população.

Comunicação: Of/PRM/RES/GAB/GGR/596/06

DESAPARECIMENTO DE

AUTOS

PA: 1.30.006.000085/2006-85.

Oficiante: Dr. Márcio Barra Lima.

Objeto: Apuração de eventual desaparecimento de autos na Vara do Trabalho de Nova Friburgo, que pode configurar ato de improbidade administrativa.

Comunicação: Of/PRM-NF/JJ-B/Nº532/06

DESCUMPRIMENTO DE

ORDEM JUDICIAL

PA: 1.30.006.000084/2006-31.

Oficiante: Dr. Márcio Barra Lima.

Objeto: Apuração de ocorrência de eventual descumprimento de ordem judicial.

Comunicação: Of/PRM-NF/JJ-B/Nº531/06

DESVIO DE VERBAS

PÚBLICAS

PA: 1.30.006.000077/2006-39.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de ocorrência de desvio de verbas públicas no Município de Trajano de Moraes.

Comunicação: Of/PRM-NF/JJ-B/Nº475/06

PROCURADORIA

ESPECIALIZADA JUNTO AO

INSS

PA: 1.30.010.000224/2006-10

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Patrimônio público – advogados credenciados – procuradoria federal especializada junto ao INSS – possíveis irregularidades – Barra do Piraí/RJ.

Comunicação: Ofício/PRM/VR/SCP nº 068/2006.

19ª ETAPA DO PROGRAMA

DE FISCALIZAÇÃO

PA: 1.30.010.00225/2006-56

Oficiante: Dr. Gustavo Torres Soares.

Objeto: Patrimônio público e social – Relatório de fiscalização da 19ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos – Prefeitura Municipal de Volta Redonda – Ministério da Saúde – diversas irregularidades.

Comunicação: Ofício PRM/VR/SCP nº 069/2006

R O N D Ô N I A

RELATÓRIO DE

FISCALIZAÇÃO 203/2005

PA's: 1.31.000.000454/2006-52.

Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Objeto: CGU. Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos – 11ª Etapa. Relatório de Fiscalização nº 203/2005. Elenca irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Monte Negro – RO.

Comunicação: Ofício nº 071/2006/PRRO/SOTC-5ªCCR

Relatório de

fiscalização 447/2005

PA's: 1.31.000.000456/2006-41 a 1.31.000.000460/2006-18.

Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Objeto: CGU. Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos – 15ª Etapa. Relatório de Fiscalização nº 447/2005. Aponta irregularidades ocorridas no Município de Campo Novo de Rondônia –RO.

Comunicação: Ofício nº 072/2006/PRRO/SOTC-5ªCCR

RELATÓRIO DE

FISCALIZAÇÃO 605/2005

PA's: 1.31.000.000487/2006-01 a 1.31.000.000501/2006-68.

Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Objeto: CGU. Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos – 3º Sorteio Público da Unidade da Federação. Relatório de Fiscalização 605/2005. Destaca graves irregularidades ocorridas no Estado de Rondônia relativas à aplicação de recursos federais oriundos do Ministério da Educação e Cultura.

Comunicação: Ofício nº 067/2006/PRRO/SOTC-5ªCCR

M I N A S G E R A I S

LIBERAÇÃO DE VERBAS DO

PRONAF-A

PA: 1.22.009.000134/2006-21

Oficiante: Dr. Zilmar Antônio Drumond.

Objeto: Apuração dos motivos que levaram o Banco da Terra e o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais a causarem o atraso na liberação de verbas do PRONAF-A para a Associação dos Agricultores Familiares Semeando e Colhendo de Resplendor - AAFASEC.

Comunicação: Ofício nº 114/2006 – GAB/ZAD

p e r n a m b u c o

CONVÊNIO FNDE

PA: 1.26.000.001244/2006-41.

Oficiante: Dr. Marcelo Mesquita Monte.

Objeto: Acompanhamento de eventual omissão no cumprimento do dever de prestação de contas em desfavor do ex-prefeito do município de Nazaré da Mata/PE. Tendo como objeto o convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e o município de Nazaré da Mata/PE.

Comunicação: Ofício nº 569/2006-MPF/PRPE/SOTC

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

PA: 1.26.000.000544/2002-80.

Oficiante: Dr. Marcos Antônio da Silva Costa.

Objeto: Apuração das deficiências operacionais do funcionamento do Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Comunicação: Ofício nº 579/2006-MPF/PRPE/SOTC

PROJETO FUNGÊNCIO

(ANTIGO CARAÍBAS)

Portaria Conjunta: MPF e PRPE (número: 01/2006).

Oficiante: Dr. Pablo Coutinho Barreto, Dr. Guilherme Vieira Castro, Dra. Vanessa Cristina Gomes, Dr. Carlan Carlo da Silva.

Objeto: Instauração de Procedimento de Investigação Preliminar – PIP, para fins de esclarecer e fiscalizar a execução, conforme as atuais circunstâncias, de políticas de trabalho, habitação, saúde e assistência, meio ambiente, ensino e segurança desenvolvidos pela Companhia hidrelétrica do São Francisco – Chesf no Nordeste denominado Projeto Fulgêncio (antigo Caraíbas) em terras do município de Santa Maria da Boa Vista – PE.

Comunicação: Ofício nº 238/2006

Paraná

***SERVIDOR DA DELEGACIA DA
RECEITA FEDERAL***

PA: 1.25.007.000070/2006-77.

Oficiante: Dr. Alexandre Melz Nardes.

Objeto: Apuração da possível prática de improbidade administrativa por servidor público federal, lotado na Delegacia da Receita Federal em Paranaguá-PR.

Comunicação: Ofício nº 569/2006-PRM/Paranaguá

RECOMENDAÇÃO

RIO GRANDE DO NORTE –

PSH

Recomendação: 007

Oficiante: Dra. Caroline Maciel da Costa.

Extrato: Recomenda aos Ministros das Cidades e da Fazenda que adotem providências necessárias no sentido de suspender quaisquer atos relativos à liberação de recursos advindos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.

Comunicação: Ofício nº 221/06 – CMC/OTC/PR-RN

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

MATO GROSSO DO SUL –

IMÓVEIS DA CEF

Recomendação: 003

Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula.

Extrato: Recomenda ao Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal em Campo Grande exercer fiscalização tendente a coibir a invasão de imóveis seus por terceiros e adotar providências para ressarcir de eventuais prejuízos a ela causados por aqueles que ocuparam indevidamente imóveis de propriedade dessa empresa pública.

Comunicação: Ofício 418/2006 – MPF/PR/MS/TC/AVP

***São Paulo –
publicidade dos atos***

Recomendação: 1.34.009.000091/2004-00

Oficiante: Dr. Luís Roberto Gomes.

Extrato: Recomenda ao Prefeito e ao Secretário de Saúde do Município de Caiabu-SP a adoção de providências cabíveis em suas atribuições para fazer cumprir o estabelecido no art. 12 da Lei 8.689/93, determinando que seja apresentada, trimestralmente, ao Conselho de Saúde correspondente e em audiência pública na Câmara de Vereadores, afim de análise e ampla divulgação, relatório detalhado, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede própria, contratada ou conveniada.

Comunicação: OF/TC/PRM/PP/Nº 968/2006

SÃO PAULO - DENASUS

Recomendação: 1.34.008.000130/2005-51

(representação cível).

Oficiante: Dra. Adriana Scordamagila Fernandes Marins.

Extrato: Recomenda ao Prefeito do Município de Leme a adoção de medidas saneadoras relativa as irregularidades apontadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS.

Comunicação: Ofício 1080/2006/PRM/PIRACICABA

rio de janeiro –

**Cumprimento da lei nº
9.452/97**

Recomendação: 008/2006.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Extrato: Recomenda ao Prefeito do Município de Petrópolis que observe na íntegra o disposto na Lei nº 9.452/97, publicando informações referentes ao recebimento de verbas federais decorrentes de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse, termos de parceria) no site do Município, no prazo de dois dias úteis contados da data do recebimento dos respectivos recursos, sob pena de prática de ato de improbidade administrativa.

Comunicação: Ofício MPF/GAB/VS nº 759/2006-A

**SÃO PAULO - DIREITO À
SAÚDE**

**Recomendação: 1.34.008.000085/2005-35
(representação civil)**

**Oficiante: Dra. Adriana Scordamagila Fernandes
Marins.**

Extrato: Recomenda ao Prefeito do Município de São Pedro que adote medidas saneadoras com o objetivo de assegurar o direito fundamental à saúde, bem como de corrigir irregularidades apontadas em relatório de auditoria realizada pela Secretaria de Estado da Saúde em junho de 2001.

Comunicação: Ofício 1093/2006/PRM/PIRACICABA

Estatística de e-mails recebidos (5camara@pgr.mpf.gov.br)

NA 1ª QUINZENA DE AGOSTO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Agosto – 1ª Quinzena
<i>DENÚNCIAS</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Mega sena	1
Contratações indevidas na UFMG	1
Utilização de telefone e e-mail público para fins particulares	1
Sub-Total	3
<i>OUTROS</i>	
Resposta ao convite para posse da Coordenadora da 5ªCCR no CSMPF	2
Empauta e-mail	15
Propaganda de cursos, palestras e seminários	29
Informativos Diversos	4
Spans	70
Sub-Total	120
Total de E-mails:	123

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no tema Patrimônio Público e Social que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no link no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

Informativo

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C

Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305

Brasília/DF

Cep: 70050-900

E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

Site - intranet: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp>

Site - internet: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

Fone: (61) 3031-6064

Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº58

2ª QUINZENA/JUNHO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

LEIA O INFORMATIVO: INFORMAMOS QUE O CONTEÚDO COMPLETO DESTES INFORMATIVOS

ENCONTRA-SE NO SEGUINTE LINK DA PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informativos/2006/informativo58.pdf>

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2006 a 2ª Quinzena de julho de 2006, recebeu 2225 e relatou 246 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes	Pedidos de Vista
Dra. Gilda Carvalho	534	207	327	0
Dr. Moacir Guimarães	534	9	525	25
Dr. Eduardo Dantas	89	30	59	0
Dr. Antônio Fonseca	534	0	534	0
Dr. Paulo Campos	534	0	534	0
Total Geral	2225	246	1979	

COMUNICADOS DA SESSÃO DO DIA 26/06

Assunto: Licença de Membro Titular.

Deliberação: O Dr. Eduardo Antônio Dantas Nobre comunicou que tirará licença por 15 dias, no período de 01 a 15 de agosto.

Assunto: Reunião do Colegiado.

Deliberação: A Coordenadora informou que no mês de julho não haverá reunião da Câmara. A próxima reunião será 07/08/2006 (segunda-feira). Às 14h00.

CONSELHO SUPERIOR JULGA PREJUDICADA CONSULTA FEITA PELA 5ª CÂMARA

O Conselho Superior do MPF julgou prejudicada a consulta feita pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão quanto a abrangência da vedação de realização de reuniões por videoconferência e “chat”, contida no artigo 22 da Resolução CSMPF nº 84, tendo em vista que as eleições do CSMPF ocorreram nos dias 6 e 20 junho de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 4 DE ABRIL DE 2006.

“Art. 22 – Fica expressamente vedada a realização de reuniões e encontros nacionais ou regionais, no período de 30 (trinta) dias que anteceder as inscrições e as eleições, salvo se ocorrerem em Brasília.”

PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO - PAC

O Procurador Regional da República da 4ª Região Jorge Luiz Gasparini da Silva comunicou à Coordenadora da 5ªCCR a prorrogação de portaria de instauração constante de Procedimento de Acompanhamento de Convênio nº 1.04.000.000280/2006-55 – PAC no qual monitora o uso de verba pública federal.

PROPOSITURA DE ACP

ESPÍRITO SANTO –

RODOVIA BR-259

A.C.P.: 2006.50.05.000125-3

Oficiante: Dra. Nadja Machado Botelho

Objeto: Propositura de ACP, com pedido de antecipação de tutela, em desfavor da União Federal. O pedido é para o afastamento dos efeitos da estadualização da rodovia BR-259 passando o domínio à União e a responsabilidade do DNIT por sua conservação e melhoria, ressalvada a responsabilidade do Estado do Espírito Santo e do DERTES quanto a comprovação de aplicação ou para que apliquem imediatamente o montante de R\$ 38.064.000,00 (trinta e oito milhões e sessenta e quatro mil reais) – valores de 2002, correspondente a contrapartida financeira federal recebida através do Termo de Referência nº015/2002 e decorrente da MP 82/2002.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

O juiz da 1ª Vara Federal de Colatina deferiu a antecipação dos efeitos da tutela e determinou à União e ao DNIT: a realização de obras de restauração da rodovia federal BR-259. A decisão judicial impõe, também, a correção do traçado do desvio feito pelo DNIT próximo ao Distrito de Baunilha, a adequada sinalização horizontal e vertical da rodovia, bem como a instalação de postos de pesagem.

INSTAURAÇÃO DE ICP

MARANHÃO – AGU

***RESSARCIMENTO AO
ERÁRIO***

ICP: 1.19.000.000617/2006-00.

Oficiante: Dr. Marco Aurélio Adão e Dr. Sergei Medeiros Araújo.

Objeto: Apuração da efetiva promoção pela Advocacia-Geral da União - AGU de ações de execução dos acórdãos do TCU proferidos nos últimos 5 (cinco) anos que condenaram agentes e ex-agentes públicos a ressarcir os cofres públicos por irregularidades na gestão de verbas e/ou bens do patrimônio da Administração Pública Federal.

Comunicação: Ofício nº 216/2006-MAA/PR/MA

INSTAURAÇÕES DE PA'S

PARANÁ

***ESCRITÓRIO REGIONAL
DO IBAMA***

PA: 1.25.007.000060/2006-31.

Oficiante: Dr. Alexandre Melz Nardes.

Ementa: Acompanhamento da situação estrutural, administrativa e pessoal do Escritório Regional do IBAMA em Paranaguá.

Comunicação: Ofício nº 444/2006 – PRM/Pguá.

RIO GRANDE DO NORTE

***DNOCS/UNIDADE DE
CAICÓ***

PA: 1.28.200.000015/2006-89.

Oficiante: Dr. Kleber Martins de Araújo.

Ementa: Apuração de má conduta em desfavor de servidores públicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS – Unidade de Caicó/RN por violarem, em tese, os princípios da Lei de Improbidade Administrativa.

Comunicação: PORTARIA nº 004/06 – PRM Caicó.

RIO DE JANEIRO

OBRA PARALISADA

PA: 1.30.010.000213/2006-21

Oficiante: Dr. Gustavo Torres Soares.

Objeto: Relatório de fiscalização da 19ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos – Prefeitura Municipal de Volta Redonda – Ministério dos Esportes – Construção de quadra coberta – repasse de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) – obra paralisada.

Comunicação: Ofício/PRM/VR/SCP nº 059/2006.

MINISTÉRIO DO

DESENVOLVIMENTO

SOCIAL E COMBATE À

FOME

PA: 1.30.010.000214/2006-76

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Relatório de fiscalização da 19ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos – Prefeitura Municipal de Volta Redonda – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Comunicação: Ofício/PRM/VR/SCP nº 060/2006.

BOLSA ESCOLA E BOLSA

FAMÍLIA

PA: 1.30.009.000084/2006-19

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Recursos federais – Relatório de fiscalização nº 379 – Controladoria-Geral da União – Sorteios Públicos – Transferência de renda – Bolsa escola – Bolsa família.

Comunicação: Ofício nº 049/2006 – PRM/SPA/SCP

PROGRAMA DA POLÍTICA

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PA: 1.30.009.000085/2006-55

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Recursos federais – Controladoria-Geral da União – Sorteios Públicos – Programa da política de assistência social - LOAS – CMAS.

Comunicação: Ofício nº 049/2006 – PRM/SPA/SCP

RIO DE JANEIRO

PROGRAMA

*PREVIDÊNCIA SOCIAL
BÁSICA*

PA: 1.30.009.000088/2006-99

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

**Objeto: Recursos federais – Controladoria-Geral da União
– Sorteios Públicos – Programa Previdência Social Básica
– Aposentadorias e pensões.**

Comunicação: Ofício nº 049/2006 – PRM/SPA/SCP

*PROGRAMAS E AÇÕES NA
ÁREA DA SAÚDE*

PA: 1.30.009.000086/2006-08

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

**Objeto: Recursos federais – Relatório de fiscalização nº
379 – Controladoria-Geral da União – Sorteios Públicos –
Programas e ações na área da saúde.**

Comunicação: Ofício nº 049/2006 – PRM/SPA/SCP

*MOVIMENTAÇÕES
FINANCEIRAS*

PA: 1.30.009.000083/2006-66

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

**Objeto: Recursos federais – Movimentações financeiras –
crédito – conta encargo pessoal – FUNDEF – ROYALTIES -
PACS – FNAS – Prefeitura – Secretaria Municipal de
Finanças.**

Comunicação: Ofício nº 046/2006 – PRM/SPA/SCP

*CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE BOM
JARDIM*

PA: 1.30.006.000052/2006-35.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

**Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho
Municipal de Saúde de Bom Jardim e verificação da
prestação de verbas federais.**

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 23/06

RIO DE JANEIRO

CONSELHO MUNICIPAL

DE SAÚDE DE

CANTAGALO

PA: 1.30.006.000053/2006-80.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Cantagalo e verificação da prestação de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 24/06

CONSELHO MUNICIPAL

DE SAÚDE DE CARMO

PA: 1.30.006.000054/2006-24.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Carmo e verificação da prestação de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 25/06

CONSELHO MUNICIPAL

DE SAÚDE DE CORDEIRO

PA: 1.30.006.000055/2006-79.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Cordeiro e verificação da prestação de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 26/06

CONSELHO MUNICIPAL

DE SAÚDE DE DUAS

BARRAS

PA: 1.30.006.000056/2006-13.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Duas Barras e verificação da prestação de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 27/06

RIO DE JANEIRO

*CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE MACUCO*

PA: 1.30.006.000057/2006-68.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Macuco e verificação de prestação de contas de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 28/06

*CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SANTA
MARIA MADALENA*

PA: 1.30.006.000058/2006-11.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria Madalena e verificação de prestação de contas de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 29/06

*CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE
SUMIDOURO*

PA: 1.30.006.000059/2006-57.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Sumidouro e verificação de prestação de contas de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 30/06

*CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE TRAJANO
DE MORAES*

PA: 1.30.006.000060/2006-81.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Trajano de Moraes e verificação de prestação de contas de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 31/06

RIO DE JANEIRO

*PROGRAMA TRABALHO E
CIDADANIA*

PA: 1.30.009.000095/2006-91.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Apuração de irregularidades em convênio firmado entre a Associação dos Coletores e Criadores de Marisco de Arraial do Cabo/RJ – ACRIMAC e Fundação Banco do Brasil (Programa Trabalho e Cidadania).

Comunicação: Ofício nº 052/2006 – PRM/SPA/SCP

*CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO
SEBASTIÃO DO ALTO*

PA: 1.30.006.000061/2006-26.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrosio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração do regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião do Alto e verificação de prestação de contas de verbas federais.

Comunicação: Portaria PRM-NF/GAB-5/nº 32/06

CONCESSÃO DA BR 393

PA: 1.30.010.000216/2006-65.

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Apuração de irregularidades no processo de concorrência para concessão da BR 393. Programa de exploração de rodovias – Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre – DNIT, representação da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda – ACIAP-VR/RJ.

Comunicação: Ofício PRM/VR/SCP nº 63/2006

R O N D Ô N I A

CONCURSO PÚBLICO DO

TRT – 14ª REGIÃO

PA: 1.31.000.000625/2004-81.

Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Objeto: Apuração de irregularidades no Concurso Público do TRT 14ª Região.

Comunicação: Ofício 057/2006/SOTC/PRRO – 5ª CCR

RECOMENDAÇÃO

MATO GROSSO DO SUL –

MORTANDADE DE

ANIMAIS SILVESTRES

Recomendação: 002/2006.

Oficiante: Dr. Alexandre Collares Barbosa, Dr. Allan Versiani de Paula, Dra. Jerusa Burmann Viecili, Dr. Mauro Cichowski dos Santos.

Extrato: Recomenda ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) a adoção de medidas saneadoras relativas ao problema da alta mortalidade de animais silvestres, integrantes da fauna pantaneira, vítimas de atropelamento na BR 262. A recomendação também versa sobre a instalação e operação de balanças de pesagem de caminhões na rodovia, sem as quais acentua a deterioração das estradas.

Comunicação: Ofício MPF/CRA/MS/ACB nº 139/2006

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

ESTATÍSTICA DE E-MAILS RECEBIDOS (5camara@pgr.mpf.gov.br)

NA 2ª QUINZENA DE JUNHO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Junho – 2ª Quinzena
<i>Denúncias</i>	<i>Quantidade</i>
Concurso Público	1
INSS	1
Programação de TV	1
Fiscalização/Sistema CREA/CONFEA	1
Vendas de Diplomas Universitários	1
Sub-Total	5
<i>Outros</i>	
Empauta e-mail	20
Propaganda de cursos, palestras e seminários	36
Informativos Diversos	7
Spans	4
Sub-Total	67
Total de E-mails:	72

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no tema Patrimônio Público e Social que insiram no link Base de Dados na página da Intranet: as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/sistemas/basededados/menubasededados.htm>

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de informação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5camara@pgr.mpf.gov.br

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C

Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305

Brasília/DF

Cep: 70050-900

E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

Site - intranet: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp>

Site - internet: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

Fone: (61) 3031-6064

Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº57

1ª QUINZENA/JUNHO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Foi implementada, no último dia 10 de junho, a distribuição automática de procedimentos administrativos pelo Sistema ARP.

ASSESSORIA TÉCNICO-PERICIAL ANALISA RELATÓRIOS DA CGU

A assessoria técnico-pericial da 5ª Câmara realizou a análise de 70 (setenta) relatórios de fiscalização produzidos pela Controladoria-Geral da União, referentes às obras de recuperação emergencial de rodovias do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE. Os relatórios analisados são concernentes às seguintes rodovias:

Distrito Federal BR-040/DF, trecho Km 0,0 ao 8,40	Bahia BR-101/BA, trecho Km 166,2 ao 444,8 BR-110/BA, trecho Km 75,1 a 284,3
Goiás BR-251/GO, trecho Km 0,0 ao 34,0 BR-070/GO, trecho Km 0,0 ao 65,0 BR-040/GO, trecho Km 0,0 ao 157,3 BR-020/GO, trecho Km 0,0 ao 252,0	Mato Grosso BR-070/MT BR-364/MT BR-158/MT BR-163/MT BR-242/MT BR-070/MT
Mato Grosso do Sul BR-158/MS BR-163/MS BR-262/MS BR-267/MS	Minas Gerais BR-116/MG BR-120/MG BR-146/MG BR-459/MG BR-383/MG BR-354/MG BR-482/MG BR-369/MG BR-494/MG BR-116/MG BR-393/MG

<p align="center">Paraná</p> <p>BR-158/PR BR-373/PR BR-466/PR BR-476/PR BR-272/PR BR-280/PR BR-476/PR BR-487/PR</p>	<p align="center">Pernambuco</p> <p>BR-101/PE BR-110/PE BR-316/PE BR-423/PE</p>
<p align="center">São Paulo</p> <p>BR-153/SP, trecho Km 178,3 ao Km 347,7</p>	<p align="center">Rio Grande do Sul</p> <p>BR-101/RS BR-386/RS BR-285/RS BR-392/RS BR-472/RS BR-287/RS BR-468/RS BR-293/RS BR-471/RS</p>

Para conferir a íntegra de todos os pareceres técnicos consulte o seguinte link abaixo da página da intranet da 5ª CCR:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//listadediscussao/obraspublicas/petse.htm>

SEMINÁRIO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

No dia 23 de junho de 2006 será realizado em Porto Alegre, no Auditório da PR/RS, o Seminário sobre “Improbidade Administrativa”. Este evento é uma promoção da Escola Superior do Ministério Público da União, 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Procuradoria Regional da República na 4ª Região e Procuradoria da República no Rio Grande do Sul.

Para maiores informações do evento, bem como inscrições pelo telefone, acesse o seguinte link da página da intranet da 5ªCCR:

http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//cursos/Icurso/seminario_ia_060623.pdf

DICAS DE COMO ACESSAR A PÁGINA DA INTRANET DA 5ª CÂMARA

Está publicado no endereço:

http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informacoes/roteiro_intranet5ccr.pdf, o arquivo Roteiro de Acesso – Página Institucional da 5ª CCR – INTRANET, um passo a passo que explica como acessar a página da 5ª CCR na Intranet.

O acesso à página da Intranet só será possível quando o equipamento microcomputador estiver conectado à Rede Local do Ministério Público Federal.

ENCAMINHAMENTO DE REPRESENTAÇÃO À PR-DF

A Coordenadora da 5ªCCR encaminhou à PR-DF representação recebida nesta Câmara em desfavor da Secretária de Patrimônio da União – SPU. O representante pede providências judiciais e extrajudiciais no sentido de: a) compelir a União, por meio da SPU, a reconhecer a impossibilidade de existência de terrenos de marinha ou acrescidos em municípios sediados em ilhas costeiras; b) abstenção de exigir valores cobrados a título de foro, taxa de ocupação ou laudêmio referentes aos terrenos de marinha e acrescidos em todo o Brasil; c) suspender a eficácia da Instrução Normativa nº 02 e da Orientação Normativa GEADE-2002, ambas editadas pela SPU pois, em tese, exorbita o poder regulamentar; d) adotar a linha onde começa a vegetação natural atualmente (linha de *jundu*), como a correspondente à linha da preamar média de 1831; e) compelir a União, por meio da SPU, a efetuar a demarcação dos terrenos de marinha e acrescidos pendentes de cadastramento em todo o Brasil; f) devolver aos seus legítimos proprietários, *ex officio*, todas as propriedades que foram indevidamente cadastradas como terrenos de marinha ou acrescidos em todo o Brasil.

NOVO REPRESENTANTE DA 5ªCCR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O Procurador da República Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior é o novo representante da 5ªCCR/MPF no Rio Grande do Norte.

PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO - PAC

O Procurador Regional da República da 4ª Região Jorge Luiz Gasparini da Silva comunicou à Coordenadora da 5ªCCR a prorrogação de 17 (dezessete) portarias de instauração constante de Procedimento de Acompanhamento de Convênio – PAC, as quais monitoram o uso de verba pública federal.

PROPOSITURA DE ACP

ALAGOAS –

TERRENOS DE MARINHA A.C.P.: 2006.80.00.001774-3

Oficiante: Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary e Dr. Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva.

Objeto: Propositura de ACP, com pedido de liminar, em desfavor da União e o Estado de Alagoas. O pedido é para a declaração de nulidade do contrato de venda, benfeitorias e cessão gratuita de imóvel celebrado entre o Comando da Marinha do Estado e o Governo do Estado do Alagoas, abstenção do Estado ou particulares de executarem obras na área objeto da demanda. O objeto do contrato impugnado é “a alienação, através de (cessões físicas) da ex-Escola de Aprendizes-Marinheiros de Alagoas (atualmente ocupado, em virtude de cessão preexistente, pelo DETRAN-AL), compreendendo uma área construída de 13.900 m², além da cessão gratuita de terreno de 286.288,215 m². Terreno este sobre parte do qual estão construídas as mencionadas acessões e que pertence à União, compreendendo terrenos de marinha e acrescidos e situando-se em região de restinga e manguezal do Pontal da Barra, estendendo-se até a foz do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaa, área ambiental de preservação permanente e compondo a área de proteção ambiental (APA) de Santa Rita.” **Comunicação:** E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5^a CCR.

O juiz da 4^a Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas “deferiu a liminar em parte para suspender a eficácia do contrato impugnado, devendo a União se abster de praticar qualquer ato tendente à promoção da cessão dos imóveis para o Estado de Alagoas, devendo este cessar os pagamentos vertidos àquela. O Estado de Alagoas, por outro lado, pode, por sua conta e risco, continuar a executar os procedimentos

administrativos relativos à análise e elaboração dos projetos que entende adequados para a área, eis que tais condutas, por se restringirem à Administração Estadual, não são capazes de trazer à demanda o risco de ineficácia da decisão final."

*PARAÍBA – PERMISSÃO
DE SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA*

A.C.P.: 2004.82.00.005600-8.

Oficiante: Dr. Fábio Bianconcini de Freitas e Dr. Werton Magalhães Costa.

Objeto: Propositura de ACP com pedido de liminar em desfavor da União. O pedido é para a condenação da União na obrigação de fazer consistente na revisão para fins de anulação por ilegalidade de todas as permissões ou concessões para serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, outorgadas sem licitação pelo Ministério das Comunicações após a promulgação da Constituição de 1988, com alcance no Estado da Paraíba, por meio de regular processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa às rádios; obrigação de não fazer consistente na abstenção de outorgar permissão ou concessão do serviço em comento, sem a realização de procedimento licitatório, como também a suspensão de processos de outorga ainda não concluídos, sem observância da imposição de licitação.

Comunicação: Ofício nº 195/06/PR/PB/FBF

INSTAURAÇÃO DE ICP

P A R Á

*SUPERINTENDÊNCIA
JURÍDICA DO INCRA*

ICP: Portaria nº 002/2006.

Oficiante: Dr. Felipe Fritz Braga e Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida.

Objeto: Apuração do desaparecimento do quadro da procuradoria jurídica da Superintendência Regional

do INCRA em Santarém (SR-30), bem como de outras irregularidades.

Comunicação: OF.PRM/STM/GAB1/656/2006

GERÊNCIA EXECUTIVA

II DO IBAMA

ICP: Portaria nº 003/2006.

Oficiante: Dr. Felipe Fritz Braga e Dr. Marco Antônio Delfino de Almeida.

Objeto: Apuração do desaparecimento do quadro da procuradoria jurídica da Gerência Executiva II do IBAMA em Santarém/PA, bem como de outras irregularidades.

Comunicação: OF.PRM/STM/GAB1/656/2006

INSTAURAÇÕES DE PA's

SÃO - PAULO

RODOVIA TRECHO

MUNICÍPIO DE

PROMISSÃO

PA: 1.34.003.000257/2006-00.

Oficiante: Dr. André Libonati.

Ementa: Rede Ferroviária Federal S/A. Concessionária Novoeste – Estado precário da rodovia no trecho que passa pelo município de Promissão – SP.

Comunicação: E-mail.

BENEFICIÁRIOS DO INSS

NÃO CADASTRADOS

PA: 1.34.003.000219/2006-49.

Oficiante: Dr. Pedro Antônio de Oliveira Machado.

Ementa: Civil. Patrimônio Público. Relatório nº 458/05 da CGU. Município de Bofete. Ministério da Previdência Social. Programa Previdência Social Básica. Inconsistência do cadastro de beneficiários do INSS. Beneficiários não cadastrados.

Comunicação: E-mail.

AUXILÍO-DOENÇA

PA: 1.34.003.000118/2006-78.

Oficiante: Dr. Pedro Antônio de Oliveira Machado.

Ementa: Apuração de má prestação de serviço público pelo INSS quanto ao benefício do auxílio-doença. Alta médica programada para data futura sendo que a pessoa não está apta ao retorno ao trabalho.

Comunicação: E-mail.

MÁ PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS POR

SERVIDORES DO INSS

PA: 1.34.003.000033/2006-90.

Oficiante: Dr. Pedro Antônio de Oliveira Machado.

Ementa: Apuração de má prestação de serviços públicos pelos servidores lotados no setor de beneficiários do INSS em Bauru/SP (setor de perícias médicas), que liberaram o requerente para voltar ao trabalho sendo que seu médico indicou o afastamento por mais dois meses.

Comunicação: E-mail.

RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO

PA: 1.30.005.000031/2006-20.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Análise de irregularidades no edital nº 095/05 do Concurso Público para o Hospital Universitário Antônio Pedro – HUAP.

Comunicação: Ofício/PRM/NITERÓI/WD/Nº 2005/06

INFESTAÇÃO POR AEADES

AEGYPTI

PA: 1.30.007.000014/2006-72.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apuração de notícia de ausência de serviços necessários para enfrentar possível infestação por *Aedes Aegypti* no Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ.

Comunicação: Memo nº47/2006 PRM/Petrópolis/SOTC

*BANCO SANTOS:
POSSÍVEL “CAIXA 2”*

PA: 1.30.007.000013/2006-28.

Oficiante: Dra. Aline Mancino da Luz Caixeta.

Objeto: Apuração de notícias de aplicações financeiras realizadas pelo INPAS no Banco Santos, nos anos de 2003 a 2004, sem registro contábil. Possível existência de “Caixa 2”.

Comunicação: Memo nº47/2006 PRM/Petrópolis/SOTC

*SAQUES INDEVIDOS DE
BENEFÍCIO
PREVIDENCIÁRIO*

PA: 1.30.007.000025/2006-52.

Oficiante: Dra. Aline Mancino da Luz Caixeta.

Objeto: Apuração de notícias de saques indevidos de benefício previdenciário realizado em agências da Caixa Econômica Federal.

Comunicação: Memo nº47/2006 PRM/Petrópolis/SOTC

*GASTOS NA REALIZAÇÃO
DO EXAME DA OAB*

PA: 1.30.007.000050/2006-36.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apuração de gastos referentes ao valor arrecadado a título de inscrições nos últimos três Exames da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Rio de Janeiro – OAB/RJ. Observando critérios de isenção das taxas aos bacharéis em direito comprovadamente de baixa renda entre outros.

Comunicação: Memo nº47/2006 PRM/Petrópolis/SOTC

*ACUMULAÇÃO
IRREGULAR DE CARGOS
PÚBLICOS*

PA: 1.30.007.000052/2006-25.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apuração de representação anônima encaminhada ao MP do Rio de Janeiro, quanto à acumulação irregular de cargos públicos exercido por servidora pública.

Comunicação: Memo nº47/2006 PRM/Petrópolis/SOTC

RECOMENDAÇÃO

DISTRITO FEDERAL –

CONCURSO

PÚBLICO/ESAF

Recomendação: 07/2006.

Oficiante: Dra. Eliana Pires Rocha.

Extrato: Recomenda à Escola de Administração Fazendária – ESAF, na pessoa de seu Diretor-Geral que: a) em face da exigüidade do tempo para a correção de ilegalidades apontadas no concurso público para provimento do cargo de auditor fiscal do trabalho, do quadro de pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego, sejam fixadas outras datas para a realização das provas designadas para os dias 10 e 11 do corrente mês; b) prorrogadas essas datas, a ESAF, encaminhe, para cada candidato, novo Cartão de Confirmação de Inscrição com caracteres distintos do primeiro remetido; c) sejam retificadas as listagens de candidatos enviadas às localidades de prestação das provas; d) na impossibilidade de identificar o primeiro “Pedido de Inscrição”, reabra-se o prazo para nova inscrição no referido concurso, possibilitando aos candidatos já inscritos a sua realização sem qualquer ônus; e) a ESAF crie e imprima mecanismos que impeçam a realização de mais de uma inscrição nos concursos por ela promovidos, garantindo-se a legalidade, a isonomia e a eficiência na seleção dos quadros da Administração Pública.

Comunicação: E-mail

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

*RIO DE JANEIRO –
RECURSOS GERIDOS
PELO FUNDO NACIONAL
DE SAÚDE*

Recomendação: 08/2006.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Extrato: Recomendou ao FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, por meio de seu Diretor Executivo, que adote as providências necessárias visando obstar qualquer pagamento referente à Nota de Empenho nº 2005NE405140, emitida pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde em 22.12.2005, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), tendo como favorecido o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, adotando ainda providências no sentido de suspender qualquer outro repasse de recursos federais geridos pelo Fundo Nacional de Saúde à referida entidade, enquanto não esgotadas as apurações do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro e MPF concernentes a possíveis irregularidades na aplicação de verbas destinadas ao Sistema Único de Saúde pela mencionada entidade, determinando, para tanto, comunicação oficial aos órgãos e agentes internos competentes para o cumprimento das medidas cabíveis.

Comunicação: Ofício / MPF /GAB/VS nº 342/2006 – Petrópolis / RJ.

*SÃO PAULO –
CUMPRIMENTO DO
ART. 12 DA LEI 8.689/93*

Recomendação Tutela Coletiva: 011/2004.

Oficiante: Dr. Luís Roberto Gomes.

Extrato: Recomendou ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de e ao Sr. Secretário Municipal de Saúde de Santa Mercedes-SP, que no prazo de 60 (sessenta) dias, para que tomem as providências cabíveis em suas atribuições para fazer cumprir o estabelecido no art. 12 da Lei 8.689/93, determinando que seja apresentada, trimestralmente, ao Conselho de Saúde correspondente e em audiência pública na Câmara de Vereadores, a fim de análise e ampla divulgação, relatório detalhado, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede própria, contratada ou conveniada.

Comunicação: OF/TC/PRM/PP/Nº593/2006

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

SÃO PAULO – COREN

Oficiante: Dra. Suzana Fairbanks Lima de Oliveira e Dra. Vivianne Rodriguez Mattos.

Objeto: Celebração de TAC no dia 24 de abril de 2006 entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo – COREN/SP. O COREN/SP comprometeu-se a, no prazo de 24 meses, realizar concurso público para selecionar empregados concursados, que servirão para substituir os empregados que foram admitidos sem concurso público após 05 de outubro de 1988. O TAC foi firmado nos autos da ação civil pública nº 02896-2005-025-02-00-0, tendo sido homologado pelo juiz da 25ª Vara do Trabalho de São Paulo. Ressalta-se que o TAC celebrado não seguiu o modelo aprovado no VI Encontro da 5ªCCR.

Comunicação: Of. nº11.455/2005MPF/PR/SP/SOTC/2º Ofício.

EMENTÁRIOS DE E-MAILS RECEBIDOS (5camara@pgr.mpf.gov.br) NA 1ª QUINZENA DE JUNHO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

ÍNDICE EMENTÁRIO						
	data	localidade	uf	assunto	ementa	unidade de encaminhamento
	1/6/2006	São Francisco do Sul	SC	lei de responsabilidade fiscal/ FUNDEF	... A prefeitura de São Francisco do Sul/SC não observa as leis: art. 48 e 49 da LRF; art. 2º da L 9.452/97; FUNDEF.	PR/SC
	5/6/2006	BR-135	BA	desvio de verba pública	verba federal para reforma da BR-135, entre os trechos de Riachão das Neves até Formosa do Rio Preto (malhadinha)/ O BEC (Exército) está fazendo, a pedido do deputado João Leão (PL-Bahia), que tem "curral eleitoral na região", com a ajuda do prefeito, um desvio da estrada que deveria ser reformada/ asfaltando estradas dos povoados rurais "que mal passam carros", somente animais/ uso eleitoral	PR/BA
	8/6/2006	NI*	NI*	como fazer denúncia	...como proceder para realizar denúncia de improbidade administrativa na Administração Pública Federal/ referente a contratação irregular de funcionários terceirizados	interessado
	9/6/2006	Rio de Janeiro	RJ	improbidade administrativa	representação para investigar a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA)/ solicita: a) com base na Lei nº 8.429/92, a investigação de possíveis atos de improbidade administrativa pelos agentes públicos do INCRA que firmaram o convênio com a ANARA; e b) com base no art. 17, § 4º, da Constituição e na Lei nº 9.096/95, que regulamenta a organização dos partidos políticos, a investigação da participação da executiva do Partido dos Trabalhadores na criação e no financiamento da organização paramilitar que deprecou a Câmara dos Deputados	PR/RJ
	12/6/2006	NI*	NI*	programação de TV	...tv por assinatura/ canal infantil - CARTOON NETWORK/ sessão de desenhos chamada "adult swins"/ desenhos fazem apologia ao crime, as drogas, ao sexo livre e outras barbaridades	interessado
	13/6/2006	Ouro Preto	MG	como fazer denúncia	...para perguntar quais os passos que devo seguir para fazer uma denúncia sobre improbidade administrativa/ mau uso do bem público pela reitoria da Universidade Federal de Ouro Preto	interessado
	14/6/2006	Arraial do Cabo	RJ	terrenos da união/ invasão	...denúncia sobre invasões dos terrenos da união marginais à laguna estuarina de araruama, com aterro de manguezais, e dunas pertencentes a área de proteção permanente marginal ao mar (reserva extrativista marinha - resex) , ambos situados na área de proteção ambiental da restinga da massambaba (apa da massambaba), no município costeiro de Arraial do Cabo - RJ	PR/RJ
	15/6/2006	Brasília	DF	como fazer denúncia	...estou participando de um concurso público no âmbito federal e estou quase certa de que a fundação pública está agindo de má fé neste processo seletivo/ gostaria de saber como devo proceder para instaurar uma representação junto ao Ministério Público para que os procuradores possam realizar o inquérito	interessado

* Não Informado

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no Ofício do Patrimônio Público e Social que insiram, na Base de Dados, as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* “Base de Dados”.

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de alimentação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5camara@pgr.mpf.gov.br

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C

Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305

Brasília/DF

Cep: 70050-900

E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

Site - intranet: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp>

Site - internet: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

Fone: (61) 3031-6064

Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº56

2ª QUINZENA/MAIO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

QUESTIONADA A DISTRIBUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS, REAFIRMAÇÃO DO CRITÉRIO USADO PELA SECRETARIA

Em face da impugnação efetuada pelos dois Membros Titulares Dr. Eduardo Antônio Dantas Nobre e Dr. Moacir Guimarães Moraes Filho quanto ao critério de distribuição da 5ªCCR sob a alegação de que propiciaria dirigismo pela Secretaria, resolveu a Coordenadora realizar audiência de distribuição dos procedimentos com a presença de um membro do MPF indicado pelo Conselho Superior através da Relatora do citado Processo, solicitação que não foi atendida. Presentes, a citada audiência de distribuição representando a PRR1 o Procurador Regional Luiz Augusto Santos Lima e a PR-DF os Procuradores da República Valquíria Oliveira Quixadá Nunes e Luciano Sampaio Gomes Rolim.

O ofício nº 1701/2006/5ªCCR de solicitação da presença de membro do MPF e a Ata da sessão de distribuição podem ser lidos nos seguintes links:

Internet:

http://ccr5.pgr.mpf.gov.br/atas_Pautas/atas-de-distribuicao/atas_2006

Intranet:

http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/atas_e_pautas/atas_distribuicao/2006/menu2006.htm

ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA 5ªCCR

Os dois Membros Titulares da 5ªCCR desejam alterar o Regimento Interno no que diz respeito à distribuição de procedimentos que, de conformidade com o art. 16, está sendo realizada entre membros titulares e suplentes. A íntegra do ofício propondo a alteração está na página da Câmara no link:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/composicao/regimento/oficio17maio2006propostadealteracaoreginterno.pdf>

O referido ofício foi encaminhado ao Conselho Superior pelo Ofício nº 1700/2006/5ªCCR, onde consta que a Coordenadora “está dando plena vigência ao referido Regimento Interno, que prevê no art. 16 distribuição dos procedimentos entre todos os membros, efetivos e suplentes, seguindo prática bem sucedida na 2ªCCR em face do alto volume de procedimentos com ingresso diário na Câmara”.

TRAMITAÇÃO DO REGIMENTO DA 5ªCCR NO CONSELHO SUPERIOR

O processo nº 1.00.001.000006/2006-15 é da Relatoria da Conselheira Delza Curvelo Rocha que despachou nos autos no sentido de que fosse apreciada na Câmara as alterações propostas pelos referidos Membros Titulares. O mencionado processo foi distribuído na audiência do dia 24/05/2006 ao Membro Suplente Antônio Carlos Fonseca da Silva, que já o devolveu, sem sugestões, tendo sido pedido vista dos autos pelo Subprocurador-Geral Moacir Guimarães Morais Filho.

ATA DE REUNIÃO DA 5ªCCR:

No dia 31 do mês passado foi realizada a primeira reunião com a nova composição onde foi novamente impugnada pelos dois Membros Titulares supracitados a distribuição de procedimentos entre os Membros Suplentes, sendo alertado mais uma vez pela Coordenadora o grande número de feitos em tramitação na Câmara, cerca de 1.845. Foram ainda deliberados 56 procedimentos. A íntegra da ata pode ser lida no link:

Internet:

http://ccr5.pgr.mpf.gov.br/atas_Pautas/atas-de-reuniao/folder.2006-03-22.3606297482/ata351.pdf

Intranet:

http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/atas_e_pautas/atas_reuniao/2006/ata351.pdf

CORREIÇÃO DE PROCEDIMENTOS

O Membro Titular Moacir Guimarães Morais Filho comunicou à Coordenadora que, para resguardar sua responsabilidade, solicitou ao Corregedor-Geral do MPF imediata correição nos 444 procedimentos que lhe foram distribuídos.

INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE

A PRR1 indicou como seu representante perante a 5ªCCR o Procurador Regional Luiz Augusto Santos Lima. Ofício nº 135/2006-NIDCIN/PRR1.

PROCEDIMENTOS/AÇÕES PROPOSTAS SOBRE IRREGULARIDADES NO EXTINTO DNER (QUADRO)

Está publicado na intranet quadro com procedimentos administrativos, ações civis públicas e outras peças processuais instaurados a partir do ano de 2001 que visam apurar irregularidades no extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER.

O documento se encontra no link:

http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//listadediscussao/obraspublicas/quadro_dner.pdf

COORDENAÇÃO DA ÁREA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL NA PR-TOCANTINS

O Procurador da República no Estado do Tocantins Gustavo Magno Goskes Briggs de Albuquerque assumiu a coordenação da área do patrimônio público e social daquela procuradoria.

ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA NA PRR3 - SP

A Procuradora Regional da República da 3ª Região Luiza Cristina Fonseca Frischeisen será a responsável pela administração do NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA naquela procuradoria e sua substituta será a Procuradora Regional da República Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini.

CURSO DE CAPACITAÇÃO DE ENSINO À DISTÂNCIA - E-PROINFO/MEC

No período de 15 de maio a 18 de maio de 2006 , foi realizado o curso do sistema E-proinfo, ministrado pelo técnico em assuntos educacionais do Ministério da Educação - MEC, Fausto Márcio Barbosa. Participaram do curso os servidores: Carlos Alberto Lima, Karine Santana Moraes, Fernando Souza Sanches, Rogério Carneiro Paes, Rosilene Silva Alvarenga, representando a 5ª Câmara; Valgmar Lopes de Lima, Jozeida Garrido Calembó Marra, representando a ESMPU e Leonardo Silva Pinto representando a PRDF.

Este treinamento teve por objetivo capacitar os participantes quanto à criação e manutenção de cursos à distância utilizando a plataforma do E-proinfo.

Para maiores informações desta ferramenta consulte o site:

<http://www.eproinfo.mec.gov.br>

GRUPO DE TRABALHO “PROJETO E METAS” DA 5ªCCR – NOVO INTEGRANTE

O Procurador Regional da República da 1ª Região Oswaldo J. B. Silva participará do Grupo de Trabalho “Projeto e Metas”, em substituição à Procuradora Regional da República da 1ª Região Andréa Lyrio Ribeiro de Souza.

PRÁTICA DE ORAÇÃO CATÓLICA ANTES DO INÍCIO DAS SESSÕES NO TRT – 7ª REGIÃO

O procedimento administrativo nº 1.15.000.010.000171/2006-29 que visa apurar contrariedade aos artigos 5º, VI e 19, I da Constituição Federal por prática de rezar-se uma oração católica antes do início de cada um das sessões de julgamento pelo TRT da 7ª Região foi encaminhado da 5ªCCR à 1ªCCR e teve homologado seu arquivamento. Sob o argumento de que a “utilização de símbolos religiosos é fruto da tradição romanista, e não de uma aliança permanente entre Estado e igreja”.

Portanto a 1ª Câmara concluiu que tal prática não fere a Carta Maior e os seus autos foram remetidos à Procuradoria da República de origem, a PR/CE.

PROPOSITURA DE ACP

AMAPÁ – LICITAÇÃO DE

MEDICAMENTOS

QUIMIOTERÁPICOS

Ação Civil Pública: 2004.31.00.00.2664-0 (ação principal).

Oficiante: Dr. Paulo Roberto Olegário de Sousa.

Objeto: Propositura de Ação Cautelar Incidental em desfavor do Estado do Amapá (Secretaria de Estado da Saúde e Secretário de Estado de Saúde) com pedido de provimento liminar por situação calamitosa que se fixou durante sua gestão. O pedido da concessão de medida liminar é: 1) decretar a suspensão da execução do contrato nº 005/2006 – SESA; 2) condenar o Estado do Amapá nas obrigações de fazer: 2.1) imediato contrato novo tendo como objeto o aluguel da Capela de Fluxo Laminar, até aquisição da nova Capela, para que o serviço de quimioterapia seja restabelecido no Hospital de Clínicas Alberto Lima, com a utilização dos recursos do próprio Estado; 2.2) aquisição de uma nova Capela de Fluxo Laminar, no prazo de 30 dias, com fundamento no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93 no intuito de se evitar o superfaturamento. Requer no mérito ainda: a confirmação da liminar e a anulação do contrato referido anteriormente.

Comunicação: Ofício nº 102/2006 – GAB/PROS/RGS/PR/AP

*AMAPÁ – LICITAÇÃO DE
MEDICAMENTOS
QUIMIOTERÁPICOS*

Ação Cautelar Incidental: 2006.31.00.000820-3.

Oficiante: Dr. Paulo Roberto Olegário de Sousa e Dr. José Cardoso Lopes.

Objeto: Propositura de Ação Civil Pública em desfavor do Estado do Amapá (Secretaria de Estado da Saúde e Secretário de Estado de Saúde) com pedido de antecipação de tutela por situação calamitosa que se fixou durante a sua gestão. O pedido consiste na condenação destes para garantir, “aos que deles necessitem, o fornecimento permanente e ininterrupto de todos os medicamentos necessários ao tratamento dos pacientes transplantados e aos submetidos à quimioterapia”. Quanto ao pedido de antecipação de tutela consiste na exigência de imediata resposta do Poder Público para evitar danos irreparáveis a vida humana, caso faltem remédios, atendimento médico/hospitalar/ambulatorial.

Decisão nº 35/2006 - 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amapá: O juiz federal titular João Bosco Costa Soares da Silva deferiu a medida liminar pleiteada pelo MPF em face do Estado do Amapá na pessoa do Senhor Secretário de Estado da Saúde em 04 de maio de 2006. A liminar objetivando provimento é determinando que: a) a suspensão da execução do Contrato nº 005/2006-SESA, inclusive do pagamento, até a decisão de mérito; b) a realização imediata de outro contrato até a aquisição de uma nova capela de fluxo laminar para que o serviço de quimioterapia seja restabelecido no Hospital de Clínicas Alberto Lima, com a utilização dos recursos humanos, medicamentos, insumos pertencentes ao próprio Estado do Amapá; e c) a aquisição de uma nova capela de fluxo laminar, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 24, IV da Lei nº 8.666/93, a fim de evitar-se superfaturamento.

Comunicação: Ofício nº 102/2006 – GAB/PROS/RGS/PR/AP

INSTAURAÇÃO DE ICP

SANTA CATARINA -

GERENTE DO IBGE

ICP: Portaria PRM/JOINVILLE/SC nº 005/2006

Oficiante: Dr. Eduardo Barragan Serôa da Motta.

Objeto: Apuração de atos de improbidade administrativa praticados por gerente de agência do IBGE em Joinville/SC.

Comunicação: Ofício nº 375/06/PDC/EBSM-38

INSTAURAÇÕES DE PA's

RIO DE JANEIRO –

CEF/SAQUES

FRAUDULENTOS

PA: 1.31.009.0000056/2006-93.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Apurar omissão da Caixa Econômica Federal - CEF no tocante a saques fraudulentos em contas correntes.

Comunicação: Ofício nº 028/2006 – PRM/SPA/SCP – São Pedro da Aldeia/RJ

RIO DE JANEIRO –

INCRA/PROJETO DE

ASSENTAMENTO

PA: 1.31.009.0000059/2006-27.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Apurar irregularidades na liberação de verbas federais oriundas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA destinado a Projeto de Assentamento Campos Novos.

Comunicação: Ofício nº 029/2006 – PRM/SPA/SCP – São Pedro da Aldeia/RJ

RIO DE JANEIRO –

*PROGRAMA NACIONAL
DE CONTROLE DA
DENGUE*

PA: 1.31.009.000060/2006-51.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Apurar irregularidades quanto à ausência de materiais e equipamentos para o Programa Nacional de Controle da Dengue, de acordo com relatório de atividades realizado por agentes de saúde.

Comunicação: Ofício nº 030/2006 – PRM/SPA/SCP – São Pedro da Aldeia/RJ

RIO DE JANEIRO –

*CURSO DE CAPACITAÇÃO
PARA PROFESSORES*

PA: 1.31.009.000065/2006-84.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Apurar irregularidades no desvio de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para Curso de Capacitação para Professores - CIEP.

Comunicação: Ofício nº 037/2006 – PRM/SPA/SCP – São Pedro da Aldeia/RJ

RIO DE JANEIRO –

SERVIDORES DO INSS

PA: 1.30.010.000142/2006-67.

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Apuração de concessões irregulares de diversos benefícios previdenciários realizados por servidores do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Comunicação: Ofício PRM/VR/SCP nº 37/2006 – Volta Redonda/RJ

RIO DE JANEIRO –

*TRECHO VOLTA
REDONDA E BARRA DO
PIRAÍ*

PA: 1.30.010.000170/2006-84.

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Verificação da regularidade na prestação do serviço e cumprimento de metas estabelecidas no contrato de concessão operada pela concessionária MRS Logística S/A realizada no trecho de Volta Redonda (Terminal Intermodal da CSN) e Barra do Piraí (Posto de Manutenção Diesel e Inspeção de Locomotivas).

Comunicação: Ofício PRM/VR/SCP nº 38/2006 – Volta Redonda/RJ

*RIO DE JANEIRO –
PERÍCIA MÉDICA*

PA: 1.30.010.000171/2006-29.

Oficiante: Dr. Gustavo Torres Soares.

Objeto: Apurar omissão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em realizar perícia médica em empregados temporariamente afastados da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

Comunicação: Ofício PRM/VR/SCP nº 38/2006 – Volta Redonda/RJ

*RIO DE JANEIRO –
CONTA VINCULADA DE
FGTS*

PA: 1.30.005.000032/2006-74.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Apurar falha no serviço prestado pela Caixa Econômica Federal – CEF em pagamento indevido, em tese, de conta vinculada de FGTS.

Comunicação: Ofício/PRM/Niterói/WD/nº 169/06

*RIO DE JANEIRO – CEF
E COMPANHIA DE
HABITAÇÃO*

PA: 1.30.005.000020/2006-40.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Apurar irregularidades envolvendo a Caixa Econômica Federal – CEF e a Companhia de Habitação pelo uso indevido do FGTS e recursos públicos no financiamento de imóveis.

Comunicação: Ofício/PRM/Niterói/WD/nº 178/06

*RIO GRANDE DO SUL –
FARMÁCIA POPULAR DO
BRASIL*

PA: 1.29.015.000034/2006-65.

Oficiante: Dra. Patrícia Muxfeldt.

Objeto: Apurar fraudes no programa federal “Farmácia Popular do Brasil” financiado com recursos oriundos do Ministério da Saúde.

Comunicação:Ofício/PRDC/PRM/SR/RS nº 393

*RIO DE JANEIRO –
VERBAS DESTINADAS À
EDUCAÇÃO*

PA: 1.30.005.000056/2006-67.

Oficiante: Dr. José Maurício Gonçalves.

Objeto: Averiguar a correta aplicação de verbas públicas federais destinadas à educação repassadas aos municípios de Niterói e Maricá no Estado do Rio de Janeiro.

Comunicação:Ofício/PRM/NITEROI/JM/Nº 129/06

*RIO DE JANEIRO –
PETI*

PA: 1.30.006.0000063/2006-15.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apurar o funcionamento da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e verificar irregularidades no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Município de Sebastião do Alto/RJ.

Comunicação:Ofício/PRM-NF/JJ-M/Nº 355/06

*RIO DE JANEIRO –
COBRANÇA DE
INGRESSOS PARA ACESSO
ÀS PRAIAS*

PA: 1.30.009.0000078/2006-53.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: Apurar irregularidades na cobrança de ingressos para acesso às praias do Morro do Pontal do Atalaia.

Comunicação:Ofício nº 039/2006 – PRM/SPA/SCP

RIO DE JANEIRO –

OCUPAÇÃO DE TERRENO **PA: 1.30.005.000063/2004-63.**

ACRESCIDO DE

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

MARINHA

**Objeto: Apurar irregularidades na ocupação de terreno
acrescido de Marinha localizado na Av. Florestan
Fernandes s/nº, Cambinhas, Niterói.**

Comunicação: OFÍCIO/PRM/NITERÓI/WD/Nº 185/06

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000270/2006-10	524.051	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos- Ministério da Ciência e Tecnologia	Prefeitura Municipal de Santana do Livramento/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$164.896,29 para implantação de Sistema de Integração das Cadeias Produtivas de Fruticultura e Apicultura.
1.04.000.000128/2006-76	495.416	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$57.668,10 para aquisição de materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000129/2006-17	497.943	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$143.928,00 para aquisição de unidade móvel de saúde.
1.04.000.000249/2006-14	518.644	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$240.000,00 para manutenção de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000092/2006-27	497.385	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$453.649,00 destinadas à aquisição de equipamentos, materiais permanentes e implantação do Sistema de Informatização para o Atendimento Ambulatorial de Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENENTE:	OBJETO:
1.04.000.000250/2006-49	515.603	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Ministério dos Transportes	Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$4.775.520,00 destinadas à execução de obra de intervenção na linha férrea no trecho Santa Maria/Uruguaiana.
1.04.000.000267/2006-04	506.771	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde	Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$280.000,00 destinadas à aquisição de unidades móveis de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000273/2006-53	478.432	Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional	Prefeitura Municipal de Bagé/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$545.371,77 destinadas à drenagem pluvial para as ruas Narciso Sune, Dr Penha e Emílio Guilain e construção de uma ponte sobre o arroio na rua Onofre Pires.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000418/2006-16	521.830	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal do Espigão Alto do Iguaçu/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$120.000,00 destinadas à construção de oito cabeceiras de pontes.
1.04.000.000135/2006-74	530.033	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$213.840,00 para formação continuada de professores.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000244/2006-91	524.618	Coordenação Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$90.000,00 para aquisição de materiais de consumo.
1.04.000.000139/2006-52	551.909	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$200.000,00 para apoio a Centros Colaboradores para a atenção à saúde das pessoas em situações de violência e outras causas externas.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000440/2006-66	488.271	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Ijuí/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$101.000,00 para construção de um Centro de Múltiplo Uso no bairro de Thomé de Souza.
1.04.000.000429/2006-04	504.945	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$188.000,00 para construção de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000444/2006-44	523.494	Coordenação Geral de Convênios	Prefeitura Municipal de Cambará do Sul/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$84.539,00 para elaboração do Projeto e Fortalecimento da Gestão Municipal de Cambará do Sul/RS.
1.04.000.000430/2006-21	449.945	Fundo Nacional do Meio Ambiente	Prefeitura Municipal de Canoas/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$172.066,00 para gestão pública dos riscos urbanos.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000391/2006-61	525.166	Fundo Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos no referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$30.000,00 para o atendimento à pessoa portadora de deficiência (manutenção da APAE).
1.04.000.000067/2006-43	419.766	Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos no referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$450.000,00 para construção de centro de controle de zoonoses.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000396/2006-94	490.292	Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Marema/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$59.975,15 para melhorias sanitárias domiciliares.
1.04.000.000291/2006-35	524.177	Superintendência Estadual do Paraná – Incra/MDA	Prefeitura Municipal de Tamarana/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$115.895,61 para readequação de 14,5 km de estradas rurais no PA Mundo Novo.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000436/2006-06	526.107	Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração	Prefeitura Municipal de Ivoti/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$104.000,00 para implantação de núcleos de esporte do programa esporte e lazer da cidade.
1.04.000.000289/2006-66	521.743	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Tapira/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$120.000,00 para pavimentação asfáltica em ruas da cidade.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENENTE:	OBJETO:
1.04.000.000254/2006-27	521.634	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Lagoão/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$350.000,00 para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em 12 escolas municipais de ensino fundamental.
1.04.000.000274/2006-06	521.617	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade/MC	Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$150.000,00 para construção do teatro da casa de cultura.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000313/2006-67	524.923	Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Indaial/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$120.000,00 para construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento à criança e adolescentes.
1.04.000.000104/2006-13	539.538	Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$15.000,00 para serviços de proteção sócio-assistencial à pessoa portadora de deficiências.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000243/2006-47	524.892	Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$210.000,00 para construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento a crianças e adolescentes.
1.04.000.000105/2006-68	548.066	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$160.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000106/2006-11	522.460	Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$311.972,26 para implantação de sistema de coleta de resíduos sólidos.
1.04.000.000107/2006-57	548.063,	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$2.279.145,22 para construção e reforma de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC´s:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000111/2006-15	531.971	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$56.528,08 para conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000148/2006-43	531.296	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$1.817.775,89 para aquisição de gêneros alimentícios para alunos do programa PROJOVEM.
1.04.000.000097/2006-50	530.205	Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$279.807,84 para implantação de sistema de resíduos sólidos e aplicação do programa de educação em saúde e mobilização social.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000077/2006-89	534.483	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$366.494,02 para apoiar com assistência financeira suplementar as ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
1.04.000.000132/2006-31	513.980	Coordenação Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Curitiba/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$105.915,20 para projeto de inclusão produtiva.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000327/2006-81	524.668	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Ministério do Esporte	Prefeitura Municipal de Tijucas/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$50.000,00 destinadas à implantação de dois núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000076/2006-34	531.188	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$52.066,08 para conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.
1.04.000.000290/2006-91	520.145	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Congonhinhas/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$150.000,00 para aquisição de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000140/2006-87	551.903	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$60.000,00 para capacitação de profissionais de saúde na área de saúde do adolescente e do jovem.
1.04.000.000144/2006-87	542.068	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$350.018,25 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000311/2006-78	490.276	Fundação Nacional de Saúde – Ministério da Saúde	Prefeitura Municipal de Paraíso/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$165.435,50 para o Sistema de Abastecimento de Água.
1.04.000.000410/2006-50	490.276	Superintendência Estadual do Paraná - Inkra	Prefeitura Municipal de Nova Tamarana/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$75.988,59 para o auxílio ao pequeno agricultor rural na readequação de 2 km de estradas rurais e a construção de uma ponte de concreto.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000306/2006-65	521.844	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Nova Londrina/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$200.034,00 para execução de obras de drenagem pluvial de 670 metros no conjunto Copagra I.
1.04.000.000406/2006-91	525.912	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	Prefeitura Municipal de Bituruna/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$89.556,04 para implantação de núcleos de esporte do programa segundo tempo.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000401/2006-69	483.162	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Guatembu/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$30.000,00 para construção de unidade de abate de suínos e bovinos.
1.04.000.000320/2006-69	524.634	Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$79.950,00 para implantação e estruturação do Centro de Atendimento às Famílias.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000445/2006-99	504.947	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$80.000,00 para aquisição de unidade de saúde.
1.04.000.00450/2006-00	503.013	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Guaíba/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$80.000,00 para melhoramento no atendimento à saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000259/2006-50	439.917	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Ajuricaba/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$200.000,00 para melhoria habitacional ao enfrentamento da doença de chagas.
1.04.000.000284/2006-33	507.410	Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça/PR	Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$220.389,60 destinadas à aquisição de equipamentos para a guarda municipal comunitária.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000288/2006-11	497.351	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Moreira Sales/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$308.785,23 destinadas à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000438/2006-97	503.562	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Pinheirinho do Vale/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$96.000,00 para aquisição de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000124/2006-94	495.831	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$91.240,00 destinadas à execução de cursos para capacitar profissionais para atenção integral em saúde mental e à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000119/2006-81	497.384	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$193.134,74 para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000118/2006-37	503.040	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos pelo referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$5.160.800,00 para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000115/2006-01	495.832	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$374.342,50 para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000083/2006-36	521.233	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$3.242.132,38 transferido para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000072/2006-56	527.287	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$75.141,00 para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000435/2006-53	505.459	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Capão do Leão/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$120.000,00 transferido para aquisição de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.00088/2006-69	487.407	Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Presidência da República	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$191.000,00 para a execução do projeto “Implantação do CAVC – Porto Alegre/RS”.
1.04.000.000413/2006-93	502.775	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Ampére/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$64.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000280/2006-55	506.662	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Inajá/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$165.000,00 para reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.00260/2006-84	439.878	Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$400.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000258/2006-13	439.878	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$700.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000326/2006-36	506.799	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Tilias/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$32.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000402/2006-11	490.428	Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Pitangueiras/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$79.975,00 para construção de um barranco em alvenaria com 345 m² para reciclar lixo.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000082/2006-91	505.653	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/MTE	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$148.812,00 para execução de atividades inerentes à qualificação social e profissional no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000318/2006-90	524.195	Coordenação-Geral de Convênios – Ministério do Turismo	Prefeitura Municipal de Penha/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$76.000,00 para conceder apoio financeiro para a promoção de turismo no Município por meio da realização de projeto intitulado “Adequação do Plano Diretor Municipal de Penha”.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.00068/2006-98	505.000	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos no referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$80.000,00 para a complementação da informatização dos Centros de Saúde da Rede Municipal.
1.04.000.000279/2006-21	523.696	Fundação Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Mangueirinha/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$149.848,66 para execução de Sistema de Abastecimento de Água.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000317/2006-45	526.866	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ME	Prefeitura Municipal de Otacilio Costa/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$9.174,33 para conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam o aperfeiçoamento da qualidade de ensino e o melhor atendimento aos alunos da educação infantil.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000425/2006-18	523.287	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Prefeitura Municipal de Soledade/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$450.000,00 para implantação e estruturação do Centro Tecnológico de Pedras, Gemas e Jóias do Rio Grande do Sul.
1.04.000.00300/2006-98	504.712	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Nova Londrina/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$200.000,00 para aquisição de materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000408/2006-81	489.312	Fundação Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$75.000,00 para implantação de sistema de resíduos sólidos.
1.04.000.000116/2006-48	533.165	Fundação Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$378.450,08 para implantação de sistema de resíduos sólidos.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

Comunicação de prorrogação das Portarias de Instauração nos seguintes PAC's:

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000395/2006-40	524.647	Fundo Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Prefeitura Municipal de Mafra/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$60.000,00 para serviços de proteção sócio-assistencial a infância e a adolescência.

ESTATÍSTICA DE E-MAILS RECEBIDOS (5camara@pgr.mpf.gov.br) NA 2ª QUINZENA DE MAIO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Maio –2ª Quinzena
<i>Base de Dados</i>	Quantidade
Solicitação de Cadastramento de Usuário	1
Solicitação de Inclusão de Documentos	1
<i>CPF/CNPJ</i>	
Solicitação de Reativação de Senhas de Acesso	1
Denúncias	17
EmPauta	16
Newsletter	13
PETSE	1
Portarias e Recomendações	5
<i>Solicitação de Informações</i>	
Atribuições do MP	1
Consulta Andamento de Processo	0
Outras Informações	1
Treinamentos & Eventos (Informes)	9
Outros Diversos	1
Spans	12
Total de E-mails:	81

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no Ofício do Patrimônio Público e Social que insiram, na Base de Dados, as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* “Base de Dados”.

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de alimentação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5camara@pgr.mpf.gov.br

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

Este informativo é produzido pelo Setor de Informação e Documentação da 5ªCCR – SID.

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C

Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305

Brasília/DF

Cep: 70050-900

E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

Site - intranet: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp>

Site - internet: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

Fone: (61) 3031-6064

Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº55

1ª QUINZENA/MAIO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS PELOS MEMBROS

No ano de 2006 até a data de 03 de maio foram distribuídos 1.196 procedimentos e relatados 1.606, conforme tabela abaixo:

ANO DE 2006

Membros		Distribuídos	Vista	Relatados
Subprocurador(a)-Geral da República				
Janeiro a Maio	Gilda Pereira de Carvalho	399	1	517
	Moacir Mendes Sousa	398*	0	510
	Célia Regina Souza Delgado	399	0	562
	Haroldo Ferraz Nóbrega	0	0	10
	José Eduardo de Santana	0	0	7
TOTAL		1.196	1	1.606

Fonte: Ata da Reunião e Distribuição

*Distribuído 01 (um) procedimento a menos em face da impossibilidade numérica de realizar distribuição igualitária na última ata de distribuição dessa gestão.

FLUXO DE PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS NO PERÍODO DE 2000 A 2006:

A 5ª CCR a cada ano vem recebendo um número maior de procedimentos para homologação de arquivamento. A tabela a seguir espelha esse contínuo aumento:

	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
		2000	Distribuídos	0	0	10	0	60	60	0	119	60	140	40
	Relatados	0	7	6	5	16	36	0	84	32	81	59	0	326
2001	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	0	50	0	0	0	0	6	40	180	42	0	318
	Relatados	0	16	34	72	47	7	0	11	29	66	64	28	374
2002	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	51	0	15	60	185	0	257	190	328	270	80	1.436
	Relatados	0	20	54	113	31	65	38	152	206	79	287	70	1.115
2003	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	328	300	336	144	264	0	432	239	200	120	0	2.363
	Relatados	0	153	173	118	95	535	113	284	152	258	255	115	2.251
2004	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	100	460	144	110	314	0	390	240	297	174	246	2.475
	Relatados	0	64	637	580	0	16	0	256	221	88	62	57	1.981
2005	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	204	336	238	228	300	108	426	306	324	474	198	3.142
	Relatados	0	193	180	176	381	199	216	153	193	271	254	278	2.494
2006	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	197	355	391	255	35 (*)	0	0	0	0	0	0	0	1.198
	Relatados	24	410	500	483	248 (**)	0	0	0	0	0	0	0	1.665

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

*PA's recebidos até 05/05/2006.

**Encontra-se em fase de expedição

COMUNICADOS DA SESSÃO DO DIA 03 DE MAIO:

Assunto: OF.PR/PA/GAB6/nº 101/2006 – procedimento administrativo 1.01.001.000901/2005-11 – desanexação de documentos.

Deliberação: A Coordenadora deu conhecimento ao Colegiado de que o Procurador da República Alexandre Silva Soares desanexou e determinou o arquivamento dos documentos que integravam o Anexo I do PA 1.01.001.000901/2005-11, por serem idênticos aos juntados ao volume principal do citado procedimento, que trata de acórdão do TCU referente à tomada de contas especial no município de Limoeiro do Ajuru/PA, em razão da omissão na prestação de contas de convênio firmado no âmbito do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Assunto: Ofício nº 129/2006/1ªCCR.

Deliberação: A Coordenadora deu conhecimento ao Colegiado da decisão da 1ª Câmara que homologou o arquivamento do PA 1.19.000.000286/2004-38, que trata da apuração de irregularidades na aprovação do estatuto social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Bom Jesus das Selvas – MA.

Assunto: 1.00.000.008384/2005-36.

Deliberação: O Colegiado deliberou encaminhar ao Procurador-Geral da República o procedimento acima referido para que adote as providências que entendam cabíveis quanto à proposta de cancelamento das súmulas 618, 416, 345 e 164 do STF, referentes a juros compensatórios em desapropriação.

Assunto: Grupo de trabalho: projetos e metas.

Deliberação: A Coordenadora deu conhecimento ao Colegiado das conclusões do trabalho do GT projetos e metas que estava incumbido de analisar e apresentar sugestões sobre diversos projetos-de-lei de interesse do MPF.

1) O Colegiado faz votos de louvor à coordenadora do GT, a Procuradora Regional da República Denise Vinci Túlio – PRR1, e aos membros do grupo, os Procuradores Regionais da República Andréa Lyrio de Souza Mayer Soares - PRR 1ª Região, Ana Borges Coelho Santos - PRR 1ª Região, Maria Soares Camelo Cordioli - PRR 1ª Região, Francisco Chaves dos Anjos Neto - PRR 5ª Região, Fábio George Cruz da Nóbrega - PRR 5ª Região, Maria Hilda Marsiaj Pinto - PRR 4ª Região que trabalharam com esmero e dedicação.

2) O Colegiado deliberou encaminhar as conclusões do Grupo de trabalho projetos e metas ao Procurador-Geral da República, sugerindo o encaminhamento das conclusões aos Relatores dos projetos de lei analisados e a designação dos integrantes do GT para formarem comissão e juntos com a Assessoria de Articulação Parlamentar sensibilizarem os parlamentares para as sugestões de alteração nos projetos de lei oferecidas pelo GT.

Assunto: Termo de ajustamento de conduta com os Conselhos de Fiscalização Profissional.

Deliberação: O Colegiado deliberou reafirmar sua posição sobre a possibilidade de celebração de termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público e os Conselhos de Fiscalização Profissional visando regularizar a situação dos empregados admitidos sem concurso público após o dia 18 de maio de 2001. Registra que o exame da compatibilidade do que foi decidido em mandado de segurança com as conclusões do VI Encontro Nacional deve ser realizado pelos membros encarregados da análise do processo judicial.

Assunto: Agradecimentos dos membros titulares.

Deliberação: Os Membros-Titulares Célia Regina Souza Delgado e Moacir Mendes Sousa registraram a satisfação de terem participado dos trabalhos da 5ª Câmara. E, aproveitaram a oportunidade para agradecer e destacar a dedicação da Coordenadora Gilda Carvalho na condução das atividades da 5ªCCR.

Assunto: Agradecimentos da coordenadora.

Deliberação: A Coordenadora Gilda Carvalho agradeceu aos Membros Célia Regina Souza Delgado e Moacir Mendes Sousa pela harmoniosa convivência e inestimável dedicação aos trabalhos da Câmara.

Assunto: Voto de louvor à Secretaria, Assessoria Jurídica e Pericial.

Deliberação: O Colegiado faz voto de louvor ao excelente trabalho desenvolvido pela Secretaria, Assessoria Jurídica e Pericial.

Assunto: Voto de louvor aos Procuradores que auxiliaram a Câmara.

Deliberação: O Colegiado faz votos de louvor aos Procuradores Regionais José Adércio Leite Sampaio, Paulo Vasconcelos Jacobina e Eliana Péres Torelly de Carvalho que auxiliaram nas atividades da Câmara.

RECONDUÇÃO DA COORDENADORA DA 5ª CCR

A Subprocuradora-Geral da República Gilda Pereira de Carvalho foi reconduzida para exercer, por mais 2 (dois) anos, a partir do dia 06 de maio de 2006, a função de Coordenadora da 5ª CCR. De acordo com a Portaria PGR nº 184, de 04 de maio de 2006. Veja a íntegra desta no seguinte link:

http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/composicao/membros/portaria184_06.pdf

COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES

A nova composição da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão conforme a Portaria PGR nº 179, de 04 de maio de 2006, com o mandato de 2 (dois) anos, a partir do dia 06 de maio de 2006, é a seguinte:

Membros Titulares:

Gilda Pereira de Carvalho – Coordenadora

Moacir Guimarães Morais Filho

Eduardo Antônio Dantas Nobre

Membros Suplentes:

Antônio Carlos Fonseca da Silva

Paulo da Rocha Campos

Henrique Fagundes Filho

Veja a íntegra desta no seguinte link:

http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/composicao/membros/portaria179_06.pdf

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2005 DA 5ª CÂMARA

Em cumprimento ao art. 7º, III, da Resolução nº 20/96, a 5ªCCR apresentou o relatório de atividades do ano de 2005.

O relatório apresenta uma retrospectiva e um balanço do que aconteceu no Ano de 2005, reunindo uma variedade de informações oriundas de várias fontes.

A íntegra desse documento pode ser encontrada no link abaixo:

http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/publicacoes/relatorios/ra2005/relatorio_atividades2005.pdf

PROPOSITURA DE ACP

***PARANÁ – SERVIDOR
PÚBLICO DA FUNAI***

P.A.: 1.25.004.000055/2005-78.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor de servidor público federal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI no município de Guarapuava/PR.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento se encontra na base de dados desta Câmara.

***PARANÁ –
IMPLANTAÇÃO DE 01
POÇO ARTESIANO***

P.A.: 1.25.004.000080/2005-51.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor de servidores públicos municipais em razão de irregularidades praticadas em procedimento licitatório destinados à implantação de 01 poço artesiano sob pena de aplicação das sanções da Lei 8.429/92.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento se encontra na base de dados desta Câmara.

***PARANÁ –
ANTT/OBRIGAÇÃO
CONTRATUAL***

A.C.P.: 2006.70.13.001025-3.

Oficiante: Dr. Marcos Ângelo Grimone.

Objeto: Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. O objeto da ação é compelir o cumprimento das obrigações contratuais na qualidade de concessionária de um serviço público federal no que tange à recuperação das estações de trem nos trechos de Marques dos Reis, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Joaquim Távora.

Comunicação: E-mail.

*SANTA CATARINA –
FMS/PROCESSO
LICITATÓRIO*

A.C.P.: 2006.72.04.001577-1.

Oficiante: Dr. Darlan Airton Dias.

Objeto: Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor de agentes públicos da Prefeitura Municipal de Morro Grande em função de desvio de verbas federais em processo licitatório de aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde - FMS. O pedido é o ressarcimento ao erário público o montante de R\$ 60.256,65 (sessenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) e aplicação das sanções da Lei nº 8429/92.

Comunicação: E-mail.

*UBERLÂNDIA –
PROGRAMA BOLSA-
FAMÍLIA*

A.C.P.: 2006.38.03.002831-1.

Oficiante: Dr. Leonardo Augusto Santos Melo.

Objeto: Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor de dois funcionários Caixa Econômica Federal – CEF em Monte Carmelo/MG em razão do desvio de verbas federais advindas do Programa Bolsa-Família. O pedido é o ressarcimento ao erário público o montante de R\$ 117.539,00 (cento e dezessete mil, quinhentos e trinta e nove reais) e aplicação das sanções da Lei nº 8429/92.

Comunicação: E-mail.

MATO GROSSO DO SUL – CAMPO GRANDE

Oficiantes: Dr. Allan Versiani de Paula e Dr. Mauro Cichowshi dos Santos.

As íntegras destes documentos podem ser consultadas na Base de Dados da 5ª CCR.

<i>AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº:</i>	<i>COMUNICAÇÃO</i>	<i>OBJETO:</i>
2006.60.00.002683-0	e-mail	Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor da União Campo-grandense de Associações de Moradores - UCAAM e outros, em função do desvio de verbas federais oriundas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O pedido é o ressarcimento ao erário público o montante de R\$ 4.228.793,36 (quatro milhões de reais, duzentos e vinte e oito mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos) devidamente acrescido de juros e correção monetária, condenação solidária dos requeridos a pagar indenização a título de dano moral coletivo e aplicação das sanções da Lei nº 8429/92.

MATO GROSSO DO SUL – CAMPO GRANDE

Oficiantes: Dr. Allan Versiani de Paula e Dr. Mauro Cichowshi dos Santos.

As íntegras destes documentos podem ser consultadas na Base de Dados da 5ª CCR.

<i>AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº:</i>	<i>COMUNICAÇÃO</i>	<i>OBJETO:</i>
2006.60.00.002682-8	e-mail	Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor do Projeto Ação em Vida e outros em função do desvio de verbas federais provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O objeto do pedido é o ressarcimento ao erário público o montante de R\$ 81.999,44 (oitenta e um mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos) devidamente acrescido de juros e correção monetária e aplicação das sanções da Lei nº 8429/92.

MATO GROSSO DO SUL – CAMPO GRANDE

Oficiantes: Dr. Allan Versiani de Paula e Dr. Mauro Cichowshi dos Santos.

As íntegras destes documentos podem ser consultadas na Base de Dados da 5ª CCR.

<i>AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº:</i>	<i>COMUNICAÇÃO</i>	<i>OBJETO:</i>
2006.60.00.002642-7	e-mail	Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor do Instituto de Educação dos Trabalhadores - IET e outros, em função do desvio de verbas federais procedentes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O objeto do pedido é o ressarcimento ao erário público o montante de R\$ 140.677,32 (cento e quarenta mil, seiscentos e setenta reais e sete e trinta de dois centavos) devidamente acrescido de juros e correção monetária, condenação solidária dos requeridos a pagar indenização a título de dano moral coletivo e aplicação das sanções da Lei nº 8429/92.

MATO GROSSO DO SUL – CAMPO GRANDE

Oficiantes: Dr. Allan Versiani de Paula e Dr. Mauro Cichowshi dos Santos.

As íntegras destes documentos podem ser consultadas na Base de Dados da 5ª CCR.

<i>AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº:</i>	<i>COMUNICAÇÃO</i>	<i>OBJETO:</i>
2006.60.00.002644-0	e-mail	Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Ruas e outros em função do desvio de verbas federais originárias do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O objeto do pedido é o ressarcimento ao erário público o montante de R\$ 3.043.231,32 (três milhões, quarenta e três mil, duzentos e trinta e um e trinta reais e dois centavos) devidamente acrescido de juros e correção monetária e aplicação das sanções da Lei nº 8429/92.

MATO GROSSO DO SUL – CAMPO GRANDE

Oficiantes: Dr. Allan Versiani de Paula e Dr. Mauro Cichowshi dos Santos.

As íntegras destes documentos podem ser consultadas na Base de Dados da 5ª CCR.

<i>AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº:</i>	<i>COMUNICAÇÃO</i>	<i>OBJETO:</i>
2006.60.00.002681-6	e-mail	Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul e outros em razão do desvio de verbas federais provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O objeto do pedido é o ressarcimento ao erário público o montante de R\$ 118.436,34 (cento e dezoito mil, quatrocentos e trinta e seis e trinta reais e quatro centavos) devidamente acrescido de juros e correção monetária e aplicação das sanções da Lei nº 8429/92.

INSTAURAÇÕES DE PA'S

RIO DE JANEIRO –

RODOVIA UNIÃO E

INDÚSTRIA

PA: 1.31.018.0000039/2006-47.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: Apurar notícia de má conservação da Rodovia União e Indústria – Trecho no Município de Três Rios.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/Setor Processual nº 45/2006

RONDÔNIA –

PROGRAMA DST/AIDS

PA: 1.31.000.000498/2005-00.

Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Objeto: Apurar irregularidades na aplicação de verbas federais do Programa DST/AIDS em Porto Velho/RO.

Comunicação: Ofício 027/2006/SOTC/PRRO – 5ªCCR

RECOMENDAÇÃO

*RIO DE JANEIRO –
PUBLICIDADE AO
RECEBIMENTO DE
VERBAS*

Recomendação: 07/2006.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Extrato: Recomendou ao Sr. Prefeito do Município de Comendador Levy Gasparian, que dê publicidade ao recebimento de verbas federais decorrentes de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse, termos de parceria) no site do Município, no prazo de dois dias úteis contados da data do recebimento dos respectivos recursos, sob pena de prática de ato de improbidade administrativa.

**Comunicação: Ofício/MPF/GAB/VS nº 209/2006-A
A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.**

*MATO GROSSO DO SUL –
UFMS/VEÍCULOS
OFICIAIS*

Recomendação: 06/2006.

Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula, Dr. Alexandre Collares Barbosa e Dr. Marcos Salati.

Extrato: Recomendou à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na pessoa de seu Reitor, que promova a instauração de sistema de controle e registro de uso dos veículos oficiais em todo o seu Campus.

Comunicação: OF/PR/MPF/TLS nº 454/06 -Três Lagoas

ESTATÍSTICA DE E-MAILS RECEBIDOS (5camara@pgr.mpf.gov.br) NA 1ª QUINZENA DE MAIO DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Maio – 1ª Quinzena
<i>Ações Civas Públicas</i>	Quantidade
Servidor Federal da Funai	1
Agência Nacional de Transporte Terrestre	1
Verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador	5
Fundo Municipal de Saúde – SC	1
Servidores da Caixa Econômica Federal - MG	1
Sub-Total	9
<i>Outros</i>	
Empauta e-mail	15
Propaganda de cursos, palestras e seminários	11
Informativos Diversos	7
Spans	4
Sub-Total	37
Total de E-mails:	46

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no Ofício do Patrimônio Público e Social que insiram, na Base de Dados, as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* “Base de Dados”.

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de alimentação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5camara@pgr.mpf.gov.br

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C

Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305

Brasília/DF

Cep: 70050-900

E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

Site - intranet: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp>

Site - internet: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

Fone: (61) 3031-6064

Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº54

2ª QUINZENA/ABRIL/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2004 a 2ª Quinzena de abril de 2006, recebeu 5938 e relatou 4420 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)- Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes
Dra. Gilda	2015	1683	332
Dra. Célia	1838	1191	647
Dr. Moacir	1709	1176	533
Dr. Haroldo	274	268	6
Dr. José Eduardo	102	102	0
Total Geral	5938	4420	1518

COMUNICADOS DAS SESSÕES DOS DIAS 19/04 E 26/04:

Assunto: III Encontro Nacional da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Deliberação: A Coordenadora comunicou que será realizado nos dias 25 e 26 de abril do corrente, no auditório da ESMPU, o III Encontro da 1ª Câmara.

Assunto: Questionário da avaliação institucional.

Deliberação: A Coordenadora deu ciência ao Colegiado do resultado do questionário de avaliação institucional, o qual foi respondido, de forma secreta, por todos os servidores da 5ª Câmara.

Assunto: PA 1.26.000.002458/2004-73 – recurso contra decisão da Câmara.
Deliberação: A Coordenadora trouxe em mesa o procedimento administrativo 1.26.000.002458/2004-73, com recurso do Procurador da República Antonio Carlos de V. Coelho Barreto Campello, contra decisão da Câmara que havia decidido “pelo retorno dos autos à PR/PE para a realização das diligências cabíveis e pelo envio de cópia dos autos ao MPE/PE”.

O Colegiado, após as considerações da Dra. Célia Regina Souza Delgado, decidiu pela remessa dos autos ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal.

Assunto: Ofício PRM/CIT/ES 0135/2006.

Deliberação: A Coordenadora apresentou, em mesa, o pedido de informações do Procurador da República Fábio Magrinelli Coimbra acerca da necessidade de autuação como procedimento administrativo de todo e qualquer documento recebido na Procuradoria, mesmo quando, de plano, é determinado o seu arquivamento.

O Colegiado deliberou, embora a questão mereça apreciação pelo CSMPF, ser necessária a autuação dos documentos referentes à denúncia/representação como procedimento administrativo, recebendo numeração única, capa padronizada e numeração de folhas. A autuação permite assegurar o controle e registro de toda a documentação referente a uma representação ou denúncia. Essa formalidade oferece transparência e segurança ao trabalho do Procurador oficiante e da Câmara que profere sua decisão de homologação ou não de arquivamento baseando-se nos documentos inseridos nos autos, ficando para a posteridade o registro dos fatos ocorridos. Justifica-se, ainda, a necessidade de autuação para possibilitar a pesquisa sobre a representação/denúncia, seja pelo próprio MPF, parte interessada ou órgão público. E, também, para propiciar extração de estatística.

Assunto: Ofício 078/2006/MPF/PRM/CRU, OF/PRR4/NAOR/GAB1 769/2006.

Deliberação: A Coordenadora ressaltou ao Colegiado a necessidade de uniformização de linguagem quanto aos expedientes em tramitação no MPF, exemplificando a variedade de nomenclatura: peças de informação e procedimento administrativo de acompanhamento.

Assunto: Portaria nº 02/2006 – Supervisão das Assessorias.

Deliberação: A Coordenadora deu conhecimento ao Colegiado da Portaria nº 02 que especificou os servidores responsáveis pela supervisão das Assessorias (Administrativa, Jurídica, Técnico-Pericial) e Secretaria desta

Câmara.

Assunto: Grupo de Trabalho Projetos e Metas.

Deliberação: A Coordenadora comunicou que o Grupo de Trabalho Projetos e Metas reuniu-se nos dias 17 e 18, participaram da reunião a coordenadora GT Procuradora Regional da República Denise Vinci Túlio e os seguintes Procuradores Regionais da República: Andréa Lírio de Souza Mayer Soares – PRR1; Ana Borges Coelho Santos – PRR1; Maria Soares Camelo Cordioli – PRR1; Francisco Chaves dos Anjos Neto – PRR5; Maria Hilda Marsiaj Pinto – PRR4. No dia 18 do corrente a Secretária de Fiscalização e Avaliação de Programas do TCU Selma Maria Hayakawa e o Diretor Técnico da Secretaria de Planejamento - Secretário de Planejamento – TCU José Fernando Garcia de Almeida proferiram exposição ao grupo sobre auditoria operacional e indicadores de gestão.

Assunto: Grupo de estudos força-tarefa consulta ao CSMPF.

Deliberação: O Colegiado deliberou, em face de solicitação do coordenador do grupo Dr. Januário Paludo, efetuar consulta ao CSMPF acerca do alcance do art. 22, da Resolução nº 84/2006, que trata da vedação da realização de reuniões no período de 30 dias antecedentes às inscrições e eleições para composição do CSMPF.

A consulta é para saber se a proibição do art. 22, da citada Resolução abrange a realização de reunião por videoconferência e “chat”.

Assunto: Relatório da 9ª reunião da comissão de peritos do mecanismo de acompanhamento da implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção - MESICIC.

Deliberação: A Coordenadora deu conhecimento ao Colegiado do relatório acima referenciado produzido pela Dra. Mônica Nicida que participou de reuniões, no período de 27.03 a 01.04.2006, em Washington, por designação do Procurador-Geral da República, objetivando a análise dos itens da mencionada Convenção sobre normas de conduta e mecanismos para tornar efetivo o seu cumprimento, sistema para a declaração de receitas, ativos e passivos, órgãos de controle superior, participação da sociedade civil, assistência e cooperação, autoridades centrais.

Assunto: Filmagem das reuniões da Câmara.

Deliberação: O Colegiado deliberou solicitar ao Vice-Procurador-Geral da República as providências necessárias para possibilitar a filmagem das

reuniões da Câmara.

Assunto: Ofício nº36/2066-Núcleo/PRM – Representação nº 1.34.024.000159/2005-35 – recursos do FUNDEF – verba estadual.

Deliberação: A Coordenadora deu ciência ao Colegiado que o Procurador da República Antônio Arthur Barros Mendes encaminhou à Promotoria de Justiça em Ourinhos à representação acima referida por tratar de verbas do FUNDEF, repassadas pelo Estado de Minas Gerais ao Município de Ourinhos para edificação de prédios da Unesp, entidade de ensino estadual.

Assunto: Grupo de estudos Regulamentação do Procedimento Administrativo Civil – parceria da 5ªCCR e ESMPU.

Deliberação: O Colegiado deliberou, em face do pedido de afastamento do Procurador da República Paulo Gustavo Guedes Fontes – PRSE da função de coordenador do referido grupo de estudos, designar o Procurador da República Danilo Pinheiro Dias - PRBA como o novo coordenador do grupo de estudos Regulamentação do Procedimento Administrativo Civil.

Assunto: Grupo de trabalho concurso público e servidores – relatório.

Deliberação: A Coordenadora deu ciência ao Colegiado que o GT Concurso Público e Servidores, coordenado pela Procuradora Regional da República Mônica Nicida, o qual estava incumbido de estudar a recém promulgada Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção encaminhou à Câmara o resultado dos trabalhos consubstanciado no texto denominado “Breves Comentários à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”, que introduz e sumariza um quadro comparativo entre a referida Convenção e a legislação brasileira.

O Colegiado fez votos de louvor à coordenadora do GT Mônica Nicida e aos membros do grupo Isabel Cristina Groba Vieira, Samantha Chantal Dobrowolski, Ronaldo Pinheiro de Queiroz, Luciano Sampaio Gomes Rolim, Alexandre Espinosa Bravo Barbosa e Raquel Branquinho P. M. Nascimento que trabalharam com esmero e dedicação.

Assunto: Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Deliberação: O Colegiado deliberou que é importante o acompanhamento pelo Ministério Público Federal do processo de avaliação da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção no país, para isso decidiu sugerir ao Procurador-Geral da República a designação da Procuradora Regional da República Mônica Nicida Garcia - PRR3ª Região para incumbir-se dessa tarefa, suplentes a Procuradora Regional da República Isabel Cristina Groba Vieira - PRR 3ª Região e o Procurador da República Ronaldo Pinheiro de Queiroz - PRM Campinas.

INSTAURAÇÕES DE PA'S

MATO GROSSO -

***RODOVIAS FEDERAIS –
PETSE***

PA: 1.20.000.000224/2006-77.

Oficiante: Dr. Marcello Santiago Wolff.

Objeto: Acompanhamento do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE, no que concerne aos contratos das rodovias federais no Estado do Mato Grosso.

Comunicação: OF/PR/MT/1º Cível nº 204/2006.

MATO GROSSO - PONTE

***MARECHAL RONDON –
PETSE***

PA: 1.20.000.000464/2006-71.

Oficiante: Dr. Marcello Santiago Wolff.

Objeto: Acompanhamento do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE, no que versa sobre a obra de recuperação emergencial da Ponte Marechal Rondon (BR 070).

Comunicação: OF/PR/MT/1º Cível nº 204/2006.

RIO GRANDE DO NORTE

– PETSE

PA: 1.28.000.000099/2006-15.

Oficiante: Dra. Caroline Maciel da Costa.

Objeto: Apuração de irregularidades na execução de serviços e obras de caráter emergencial em rodovias de 25 Estados do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE.

Comunicação: e-mail.

PARANÁ – PETSE

PA: 1.25.000.000847/2006-63.

Oficiante: Dr. Elton Venturi.

Objeto: Apuração de irregularidades nos Processos de Contratação nº 5069.000041/06-29 e 5069.000042/06-73, promovido pelo DNIT/9ªUNIT-PR, no bojo do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas - PETSE.

Comunicação:Oficionº 2972/2006–5ªCA/PR - Curitiba.

RORAIMA – PLANO

INTEGRADO DE

ASSISTÊNCIA À SAÚDE

PA: 1.01.001.000006/2006-88

Oficiante: Dr. Hugo Gueiros Bernardes Filho.

Objeto: Acompanhamento da apelação da Ação Civil Pública nº 1997.42.00.001648-1, tramitando no TRF1ªRegião, contra a efetivação do Plano Integrado de Assistência à Saúde.

Comunicação:Ofício nº12/2006-NIDCIN/PRR 1ªRegião – Roraima.

RIO DE JANEIRO –

PROGRAMA À PESSOA

PORTADORA DE

DEFICIÊNCIA

PA: 1.30.006.000039/2006-86.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a Prefeitura Municipal de Carmo destinados ao Programa de atendimento à pessoa portadora de deficiência em situação de pobreza - PDD.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 233/2006.

RIO DE JANEIRO –

*PROGRAMA SAÚDE DA
FAMÍLIA*

PA: 1.30.006.000035/2006-06.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos repassados pelo Ministério da Saúde para a Prefeitura Municipal de Carmo destinados ao Programa Saúde da Família.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 230/2006.

RIO DE JANEIRO –

PROGRAMA PAB-FIXO

PA: 1.30.006.000037/2006-97.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos provenientes do Ministério da Saúde para a Prefeitura Municipal de Carmo destinados ao Programa PAB-Fixo (Atendimento assistencial básico no municípios brasileiros).

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 231/2006.

RIO DE JANEIRO –

PROGRAMA DE

PROTEÇÃO

SOCIOASSISTENCIAL

PA: 1.30.006.000038/2006-31.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos procedentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a Prefeitura Municipal de Carmo destinados ao Programa serviços de proteção socioassistencial à criança e ao adolescente - Nacional.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 232/2006.

RIO DE JANEIRO –

PROGRAMA DE

PREVIDÊNCIA SOCIAL

BÁSICA – SISOBI

PA: 1.30.006.000045/2006-33.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de verbas federais no Programa de Previdência Social Básica – Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – SISOBI no Município de Carmo.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 239/2006.

*RIO DE JANEIRO –
PROGRAMA DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL
BÁSICA*

PA: 1.30.006.000044/2006-99.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de verbas federais no Programa de Previdência Social Básica – Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – 90 Anos no Município de Carmo.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 238/2006.

*RIO DE JANEIRO –
PROGRAMA BOLSA
JOVEM*

PA: 1.30.006.000041/2006-55.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a Prefeitura Municipal de Carmo destinados ao Programa Bolsa Jovem (Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo).

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 235/2006.

*RIO DE JANEIRO –
PROGRAMA
ATENDIMENTO À
PESSOA IDOSA-API*

PA: 1.30.006.000040/2006-19.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a Prefeitura Municipal de Carmo destinados ao Programa de valorização e saúde do idoso/Atendimento à Pessoa Idosa-API.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 234/2006.

*RIO DE JANEIRO –
PROGRAMA DE
SANEAMENTO EM
PEQUENAS
LOCALIDADES*

PA: 1.30.006.000034/2006-53.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos procedentes do Ministério da Saúde para a Prefeitura Municipal de Carmo destinados ao Programa de ações de saneamento em pequenas localidades (Construção de um laboratório e compra de material para ETA – Estação de Tratamento de Água).

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 229/2006.

*PARANÁ – RELATÓRIO
DA CGU*

PA: 1.25.004.000014/2006-62.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Apuração de irregularidades no Município de Prudentópolis apontadas em relatório de auditoria da CGU.

Comunicação: Ofício nº 205/2006 PRM-Guarapuava.

*RIO DE JANEIRO –
ACUMULAÇÃO DE
FUNÇÃO PÚBLICA*

PA: 1.30.005.000076/2005-13.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Apuração de improbidade administrativa praticada por servidor público quanto à declaração de não acumulação de cargo, emprego e função pública.

Comunicação: Ofício nº 205/2006 PRM-Guarapuava.

*RIO DE JANEIRO –
BENEFÍCIO
PREVIDENCIÁRIO*

PA: 1.30.006.000046/2006-88.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades no pagamento de benefício previdenciário pela Agência do INSS no Município de Nova Friburgo.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 240/2006.

RIO DE JANEIRO –

BOLSA ESCOLA

PA: 1.30.006.000047/2006-22.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades no pagamento do benefício Bolsa Escola no Município de Nova Friburgo.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ-B/Nº 241/2006.

RIO GRANDE DO SUL –

SUS

PA: 1.29.006.000055/2006-90.

Oficiante: Dr. Michael von Mühlen de Barros Gonçalves.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de São José do Norte/RS.

Comunicação: Ofício CDC/PRM/RG/RS nº 351/2006 – Rio Grande.

A íntegra deste documento se encontra na Base de Dados da 5ª CCR.

RIO DE

JANEIRO/PETRÓPOLIS -

EDUCAÇÃO

PA: 1.30.007.000179/2005-63.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de verbas públicas federais em educação no Município de Petrópolis/RJ.

Comunicação: Memo nº35/2006 PRM/Petrópolis/SOTC.

RIO DE JANEIRO / SÃO

JOSÉ DO VALE DO RIO

PRETO – EDUCAÇÃO

PA: 1.30.007.000180/2005-98.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de verbas públicas federais em educação no Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ.

Comunicação: Memo nº35/2006 PRM/Petrópolis/SOTC.

*RIO DE JANEIRO –
TRIBUNAL REGIONAL
FEDERAL DE JUSTIÇA
ARBITRAL*

PA: 1.30.007.000202/2005-10.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apuração de irregularidades na utilização do nome Tribunal Regional Federal de Justiça Arbitral.

Comunicação: Memo nº35/2006 PRM/Petrópolis/SOTC.

*RIO DE JANEIRO –
ACUMULAÇÃO CARGOS
PÚBLICOS*

PA: 1.30.007.000004/2006-37.

Oficiante: Dr. Fabiano de Moraes.

Objeto: Apurar irregular acumulação de cargos públicos por parte de servidora da Prefeitura de Petrópolis.

Comunicação: Memo nº35/2006 PRM/Petrópolis/SOTC.

*RIO DE JANEIRO –
ORDEM TRIBUTÁRIA*

PA: 1.30.017.000062/2006-41.

Oficiante: Dr. Carlos Bruno Ferreira da Silva.

Objeto: Apuração de prática de crime contra a ordem tributária praticada por pessoa jurídica.

**Comunicação: Ofício MPF/PRM/SJM/GAB/CBFS
nº 189/2006**

ESTATÍSTICA DE E-MAILS RECEBIDOS (5camara@pgr.mpf.gov.br) NA 2ª QUINZENA DE ABRIL DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Abril – 2ª Quinzena
<i>Denúncias</i>	<i>Quantidade</i>
Desvio de verbas federais	5
Sub-Total	10
<i>Outros</i>	
Relatório de Atividades 2005	1
Eleições	3
Spans	16
Sub-Total	20
Total de E-mails:	26

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no **Ofício do Patrimônio Público e Social** que insiram, na **Base de Dados**, as **Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos** elencados em **“Tipo do Documento”** conforme os tópicos **“Orientações de Uso”** e **“Ajuda”** localizados no *link* **“Base de Dados”**.

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o **Sistema Unificado de Informações do MPF**, logo, não haverá duplicidade de alimentação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a **Base de Dados**, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5camara@pgr.mpf.gov.br

INFORMATIVO

Visando a produção do **Informativo**, solicita-se aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C

Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305

Brasília/DF

Cep: 70050-900

E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

Site - intranet: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.jsp>

Site - internet: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br>

Fone: (61) 3031-6064

Fax: (61) 3031-6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº53

1ª QUINZENA/ABRIL/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2004 a 1ª Quinzena de abril de 2006, recebeu 5776 e relatou 4080 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)- Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes
Dra. Gilda	1961	1549	412
Dra. Célia	1784	1102	682
Dr. Moacir	1655	1059	596
Dr. Haroldo	274	268	6
Dr. José Eduardo	102	102	0
Total Geral	5776	4080	1696

COMUNICADOS DA SESSÃO DO DIA 07/04:

Assunto: Publicação de monografias premiadas

Deliberação: A Coordenadora comunicou que será aberto procedimento de licitação para publicar as monografias premiadas no Concurso de Monografias sobre o tema “O papel do Ministério Público no combate à corrupção”, promovido por esta Câmara, em comemoração aos 10 anos da Lei Complementar nº 75/93.

As três monografias vencedoras serão publicadas em um livro, com tiragem inicial de 1.000 exemplares e serão doadas às bibliotecas dos Ministérios Públicos e das Instituições parceiras.

As monografias vencedoras de autoria dos Procuradores Regionais e Procuradora da República foram as seguintes:

**1º lugar: O protagonismo do Ministério Público no Estado de Direito:
A cidadania contra a corrupção.**

Autor : Mário Pimentel Albuquerque

2º lugar: O papel do Ministério Público no combate à corrupção

Autor : Humberto Jacques de Medeiros

**3º lugar: O combate à corrupção no mundo contemporâneo e o papel do
Ministério Público no Brasil**

Autor : Márcia Noll Barboza

Assunto: Sessões do Colegiado

Deliberação: O Colegiado, em face dos feriados do mês de abril, definiu as seguintes datas para as reuniões: 19/04/2006 (quarta-feira), 26/04/2006 (quarta-feira) e 03/05/2006 (quarta-feira).

Assunto: Reunião do Grupo de trabalho projetos e metas

Deliberação: A Coordenadora comunicou que o GT Projetos e Metas, coordenado pela Procuradora Regional da República da 1ª Região Denise Vinci Túlio, reunir-se-á nos dias 17 e 18 do corrente, com os Procuradores Regionais da República: Andréa Lyrio de Souza Mayer Soares – PRR1; Ana Borges Coelho Santos – PRR1; Maria Soares Camelo Cordioli – PRR1; Francisco Chaves dos Anjos Neto – PRR5; Fábio George Cruz da Nóbrega – PRR5; Maria Hilda Marsiaj Pinto – PRR4.

Assunto: Grupo de trabalho concurso público e servidores

Deliberação: A Coordenadora comunicou que o GT Concurso Público e Servidores, coordenado pela Dra. Mônica Nicida, reuniu-se no dia 05 do corrente para estudo de implementação, no âmbito do MPF, da Convenção contra a corrupção. Participaram da reunião, além da coordenadora do GT, os seguintes membros: Dra. Isabel Cristina Groba Vieira -PRSP, Dr. Luciano Sampaio Gomes Rolim - PRDF, Dr. Ronaldo Pinheiro Queiroz PRM/Campinas e Dr. Alexandre Spinoza Bravo Barbosa -PRR1.

Assunto: Grupo de estudos a imprescritibilidade ou prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário público

Deliberação: O Colegiado deliberou que, em face de sugestão do coordenador do grupo Dr. André de Carvalho Ramos, integrará o grupo de estudos acima referido o Procurador da República Allan Versiani de Paula – PRMS.

Assunto : Grupo de estudos: regras básicas para uma força-tarefa no âmbito do MPF

Deliberação: O Colegiado deliberou que, em face de sugestão do coordenador do grupo Dr. Januário Paludo, integrará o grupo de estudos acima referido a Procuradora Regional da República a Dra. Solange Mendes de Souza – PRR4ª Região.

RECOLHIMENTO DO ICMS

O Procurador da República Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto – PR/DF remeteu a Representação nº 1.16.000.000123/2006-29 ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que versa sobre denúncia anônima sobre ações irregulares da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal na fiscalização do recolhimento do ICMS por se tratar de matéria afeta a este Órgão.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E SINDICATO DOS PROFESSORES

O Procurador da República Dr. Carlos Henrique Martins Lima – PR/DF encaminhou o PA/MPF nº 1.16.000.000606/2006-23 ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que versa sobre apuração de omissão da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/RIO GRANDE DO SUL

O Procurador da República Dr. Carlos Henrique Martins Lima – PR/DF encaminhou o PA/MPF nº 1.16.000.000058/2006-31 à Procuradoria da República em Passo Fundo/RS que trata de apuração de irregularidades praticadas pela Universidade de Passo Fundo na contratação de consultoria financeira e indícios de remessa de dinheiro ao exterior por se tratar de matéria afeta a esta Unidade.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE COMBUSTÍVEIS

A Procuradora Regional da República Dra. Gicelma Santos do Nascimento recebeu por distribuição a cópia do “Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Combustíveis” encaminhado pela 5ª CCR.

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA

Está disponível na página da intranet da 5ª Câmara, orientações para a utilização do serviço de discussões e reuniões em grupo com recursos de áudio e visual chamado videoconferência. Ressaltando informações importantes como: unidades que dispõem desse serviço no âmbito do MPF, tempo de duração ideal para uma reunião, horário para melhor desempenho dos recursos eletrônicos, número de participantes, etc.

Link:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//informacoes/videoconferencia.pdf>

CONCURSO DE ARRAZOADOS PREMIADOS

Estão publicados na página da intranet da 5ª Câmara, as íntegras dos arrazoados premiados no “Concurso de Arrazoados Jurídicos – Defesa do Patrimônio Público e Social – Comemoração aos 10 anos da Lei de Improbidade Administrativa”.

Abaixo o link com a relação:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/eventos/concursos/menuconcursos.htm>

EXPOSIÇÃO TCU: AUDITORIA OPERACIONAL E INDICADORES DE GESTÃO

Foi realizada no dia 10 de abril do corrente, na sala de reunião da 5ª CCR, uma exposição do TCU sobre metodologia de gestão de projetos bem como diagnóstico de indicadores de eficiência e eficácia. É possível adquirir mais informações sobre a exposição no seguinte link da página intranet desta Câmara:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/eventos/cursos/menucursos.htm>

CARTA ABERTA – UNIÃO NACIONAL DOS AUDITORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - UNASUS

Está publicada na página da intranet dessa Câmara, a Carta Aberta da UNASUS que expõe a importância da efetivação e fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, bem como da criação da Carreira de Auditor Fiscal de Saúde. A íntegra deste documento encontra-se no seguinte link:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/listadediscussao/concurso/CartaAbertaUNASUS.pdf>

GRUPO DE TRABALHO - LICITAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS: MAPEAMENTO DOS CANAIS DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS ÀS RODOVIAS FEDERAIS PELO DNIT

Foi publicado na página da intranet desta Câmara, o trabalho elaborado pelo analista pericial em contabilidade Almir Pereira da Silva, o analista pericial em economia Fernando Sanchez de Souza, o analista pericial em contabilidade Romeu Bizó Drumond e a analista em economia Maria Luzinete Lira de Alcântara. A informação técnica trata do mapeamento dos canais de transferências de recursos federais destinados às Rodovias Federais pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT/MT, que é objeto do GT - Licitações e Obras Públicas, coordenado pela Dra. Isabel Groba/PPR3. No link “Informações Técnicas/Informações/Técnicas-Periciais” é possível visualizar a íntegra do documento:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/informacoes/menuinformacoes.htm>

PROPOSITURA DE ACP

SÃO PAULO - BR-153

P.A.: 1.34.024.000018/2006-01

Oficiante: Dr. Antônio Arthur Barros Mendes.

Objeto: Propositura de ACP em desfavor do DNIT e COPLAN. Os pedidos consistem na da declaração da nulidade do processo administrativo da BR-153/SP e a nulidade do contrato de empreitada celebrado entre os réus; e também para que o DNIT seja declarado desobrigado de realizar pagamentos à COPLAN a

qualquer título pelas obras e serviços executados.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

MATO GROSSO DO SUL –

DESVIO DE VERBAS

A.C.P.: 2006.60.00.002257-4

*FEDERAIS ORIUNDAS DO
FAT*

Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula e Dr. Mauro Cichowski dos Santos.

Objeto: Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor do ex-Secretário de Trabalho, Emprego e Renda, Associação de Grupo de Mulheres e outros referente a desvio de verbas federais oriundas do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. O pedido consiste no ressarcimento dos danos causados ao erário público e da aplicação das sanções elencadas na Lei de Improbidade Administrativa.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

MATO GROSSO DO SUL –

DESVIO DE VERBAS

A.C.P.: 2006.60.00.001999-0

*FEDERAIS ORIUNDAS DO
FAT*

Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula e Dr. Mauro Cichowski dos Santos.

Objeto: Propositura de ACP por ato de improbidade administrativa em desfavor do ex-Secretário de Trabalho, Emprego e Renda, Associação Estadual de Cooperação Agrícola e outros referente a desvio de verbas federais oriundas do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. O pedido consiste no ressarcimento dos danos causados ao erário público e da aplicação das sanções elencadas na Lei de Improbidade Administrativa.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

INSTAURAÇÃO DE ICP

**RIO DE JANEIRO –
BR-393**

ICP: Portaria de ICP nº 001/2006.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: Acompanhamento do processo de outorga de concessão do trecho da Rodovia BR-393, trecho entre os Municípios de Três Rios, Sapucaia e Paraíba do Sul, aferindo a regularidade do processo licitatório com a adoção das medidas cabíveis diante de eventual constatação de atos lesivos ao patrimônio público.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/TRÊS RIOS/SETOR PROCESSUAL Nº 36/2006

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

INSTAURAÇÕES DE PA's

**RIO DE JANEIRO –
SERVIÇOS DE
VIGILÂNCIA
EPIDEMIOLÓGICA**

PA: 1.30.016.000044/2006-70.

Oficiante: Dra. Cristiane Pereira Duque Estrada.

Objeto: Apurar a regularidade dos serviços de vigilância epidemiológica no município de Magé. Contratos temporários da FUNASA.

**Comunicação: Ofício/MPF/PRM/MAGÉ/GAB/CPDE/
nº 127/2006 – Magé/RJ**

**ESPÍRITO SANTO –
MALHA RODOVIÁRIA
FEDERAL**

PA: 1.17.002.000006/2006-16.

Oficiante: Dra. Nadja Machado Botelho.

Objeto: Estudo de medidas referentes à malha rodoviária federal pelo Grupo de Trabalho de Transportes criado pela 3ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Comunicação: Ofício PR/ES/GAB/NMB nº 00114/2006.

*RIO DE JANEIRO –
REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DO
MUNICÍPIO DE AREAL*

PA: 1.30.018.000037/2006-58.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: Regime próprio de previdência do Município de Areal – Apurar irregularidades noticiadas no Relatório de Fiscalização da Secretaria de Receita Previdenciária.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/TRÊS RIOS/SETOR PROCESSUAL nº 33/2006

*RIO DE JANEIRO –
CONCESSÃO DA
RODOVIA BR-393*

PA: 1.30.018.000038/2006-10.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: Processo de concessão da Rodovia BR-393. Apurar eventual falta de audiência pública na região do empreendimento e fixação de tarifa em desconsideração às obras realizadas pelo governo federal através do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – possível inexistência de via de acesso aos Municípios de Sapucaia e Paraíba do Sul.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/TRÊS RIOS/SETOR PROCESSUAL nº 33/2006

*PARANÁ – GESTÃO DOS
RECURSOS FEDERAIS
REPASSADOS PELO
MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO*

PA: 1.00.004.000080/2005-51.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Apuração de irregularidades na gestão dos recursos federais repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário conforme relatório da CGU concernentes à Auditoria feita no Município de Laranjeiras do Sul.

Comunicação: Ofício nº 170/2006 - Guarapuava-PR

*PARANÁ – GESTÃO DOS
RECURSOS FEDERAIS
REPASSADOS PELO
MINISTÉRIO DA
CULTURA*

PA: 1.00.004.000008/2005-13.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Apuração de irregularidades na gestão dos recursos federais repassados pelo Ministério da Cultura conforme relatório da CGU concernente à Auditoria feita

no Município de Laranjeiras do Sul.

Comunicação: Ofício nº 170/2006 - Guarapuava-PR

*PARANÁ – GESTÃO DOS
RECURSOS FEDERAIS
REPASSADOS PELO
MINISTÉRIO DAS
CIDADES*

PA: 1.00.004.000009/2005-50.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Apuração de irregularidades na gestão dos recursos federais repassados pelo Ministério das Cidades conforme relatório da CGU concernente à Auditoria feita no Município de Laranjeiras do Sul.

Comunicação: Ofício nº 171/2006 - Guarapuava-PR

*PARANÁ – GESTÃO DOS
RECURSOS FEDERAIS
REPASSADOS PELO
MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E COMBATE À
FOME*

PA: 1.00.004.000007/2005-61.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Apuração de irregularidades na gestão dos recursos federais repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome conforme relatório da CGU concernente à Auditoria feita no Município de Laranjeiras do Sul.

Comunicação: Ofício nº 173/2006 - Guarapuava-PR

*PARANÁ – USO DE
VEÍCULO*

PA: 1.00.004.000010/2006-84.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Apurar irregularidade no uso de veículo por vereador de Laranjeiras do Sul.

Comunicação: Ofício nº 177/2006 - Guarapuava-PR

*RIO DE JANEIRO –
CONTRATOS
TEMPORÁRIOS DA
FUNASA*

PA: 1.30.016.000046/2006-69.

Oficiante: Dra. Cristiane Pereira Duque Estrada.

Objeto: Apurar a regularidade dos serviços de vigilância epidemiológica no município de Guapimirim. Contratos temporários da FUNASA.

Comunicação:

Ofício/MPF/PRM/MAGÉ/GAB/CPDE/nº118/2006

RIO DE JANEIRO –

*LIGAÇÃO DA BR-393 À
BR-116*

PA: 1.30.010.000080/2006-93.

Oficiante: Dr. Bruno Costa Magalhães.

Objeto: Relatório da Comissão Temporária de Obras Inacabadas do Senado Federal – Rodovia do Contorno – Ligação da Br-393 (Rodovia Lúcio Meira) à Br-116 (Rodovia Presidente Dutra) – Desmembramento do PA SOTC PR/RJ 08120.000551/99-12 – Volta Redonda/RJ.

Comunicação: Ofício PRM/VR/SCP nº 04/2006 - Volta Redonda/RJ.

RIO DE JANEIRO – PRM/RESENDE

Oficiante: Dr. Guilherme Guedes Raposo.

<i>PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N°:</i>	<i>OFÍCIO PRM/N°:</i>	<i>MUNICÍPIO:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.30.008.000019/2006-95	226	Itatiaia	Fiscalização de aplicação das verbas federais disponibilizadas para os programas Bolsa Família e Alimentação Escolar
1.30.008.000021/2006-64	230	Quatis	
1.30.008.000020/2006-10	223	Porto Real	
1.30.008.000018/2006-41	219	Resende	

As íntegras destes documentos podem ser consultadas na Base de Dados da 5ª CCR.

RIO DE JANEIRO –

OBRAS INACABADAS

PA: 1.30.008.000017/2006-04.

Oficiante: Dr. Guilherme Guedes Raposo.

Objeto: Apuração de irregularidades levantadas pela Comissão Temporária de Obras Inacabadas do Senado Federal – Implantação de Unidade de Enriquecimento de Urânio Nacional - INB

Comunicação: Ofício PRM/RES/GAB/GGR/241/2006 - Resende/RJ.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

*RIO DE JANEIRO/
SÃO GONÇALO -
CONVÊNIOS*

PA: 1.30.005.000047/2006-32.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Apuração de irregularidades nos pagamentos de convênios firmados com clínicas, laboratórios e hospitais pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

Comunicação: Ofício PRM/NITERÓI/WD/Nº138/2006.

*RIO DE JANEIRO –
BENEFÍCIO
PREVIDENCIÁRIO*

PA: 1.30.005.000033/2006-19.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Apuração de irregularidade na manutenção de benefício previdenciário praticado, em tese, por servidor do INSS.

Comunicação: Ofício PRM/NITERÓI/WD/Nº136/2006.

*PARANÁ – PROGRAMAS
BOLSA FAMÍLIA E
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR*

PA: 1.25.004.000006/2006-16.

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Fiscalização da aplicação das verbas federais disponibilizadas para os programas Bolsa Família e Alimentação Escolar na Prefeitura de Guarapuava.

Comunicação: Ofício nº 124/2006 - Guarapuava/PR.

*MATO GROSSO DO SUL –
BR-158 (TRECHO QUE
LIGA APARECIDA DO
TABOADO/MS À
CASSILÂNDIA)*

PA: 1.21.002.000019/2006-54.

Oficiante: Dr. Marcos Salati.

Objeto: Apuração da denúncia de abandono da Rodovia BR-158 (trecho entre Aparecida do Taboado/MS à Cassilândia) e promoção de medidas para sua recuperação.

Comunicação: OF/PR/MPF/TLS nº361/2006 – Três Lagoas/MS.

SÃO PAULO – PERÍCIAS

MÉDICAS

PA: 1.34.030.000242/2005-25.

Oficiante: Dr. Fausto Kozo Kosaka.

Objeto: Verificação da regularidade do procedimento que vem sendo adotado pela Agência da Previdência Social de Jales/SP no tocante às perícias médicas realizadas.

Comunicação: Ofício MPF/SOTC nº 79/2006

PARANÁ – APLICAÇÃO

DOS RECURSOS DO

PRONAF-A

PA: 1.25.000.00801/2006-44

Oficiante: Dr. Pedro Paulo Reinaldin.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação dos recursos do PRONAF-A e descumprimento das regras do Programa Banco da Terra.

Comunicação: Ofício nº 189/2006-PRM/Guarapuava

RIO DE JANEIRO –

ATENÇÃO BÁSICA DE

SAÚDE

PA: 1.30.006.000031/2006-10.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos de Convênio firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Carmo/RJ destinados ao Programa Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde.

Comunicação: OF/PRM-NF/JJ/Nº220/2006

Nova Friburgo/RJ

RIO GRANDE DO NORTE

– CONSTRUÇÃO DE

PRÉDIO PÚBLICO

INACABADO

PA: 1.28.200.000008/2006-87

Oficiante: Dr. Kleber Martins de Araújo.

Objeto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do Convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN destinado à construção de um prédio público que se encontra inacabado.

Comunicação: Ofício nº 089/2006 – PRM/Caicó

*RIO DE JANEIRO –
ENRIQUECIMENTO
ILÍCITO DE
FUNCIONÁRIOS*

PA: 1.30.005.0000115/2005-82

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Apuração de denúncia de atos de enriquecimento ilícito, em tese, por parte de funcionários da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, decorrente de aplicação irregular de dotações federais.

Comunicação: OFÍCIO/PRM/NITERÓI/WD/Nº 130/06

*RIO DE JANEIRO –
CENTRO CIRÚRGICO*

PA: 1.30.005.000043/2006-54

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Apuração de denúncia das condições inadequadas do Centro Cirúrgico Oto-oftalmológico da Central de Esterilização e da Lavanderia do Hospital Universitário Antônio Pedro/Niterói - RJ.

Comunicação: OFÍCIO/PRM/NITERÓI/WD/Nº144/06

*RIO DE JANEIRO –
VENDA IRREGULAR DE
TERRENO*

PA: 1.30.005.000049/2006-21

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Apuração de possível venda irregular de terreno que pertencia à Rede Ferroviária Federal S/A para construção do condomínio Chácara Fróes.

Comunicação: OFÍCIO/PRM/NITERÓI/WD/Nº153/06

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000270/2006-10	524.051	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos- Ministério da Ciência e Tecnologia	Prefeitura Municipal de Santana do Livramento/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$164.896,29 para implantação de Sistema de Integração das Cadeias Produtivas de Fruticultura e Apicultura.
1.04.000.000128/2006-76	495.416	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$57.668,10 para aquisição de materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000129/2006-17	497.943	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$143.928,00 para aquisição de unidade móvel de saúde.
1.04.000.000249/2006-14	518.644	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$240.000,00 para manutenção de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000092/2006-27	497.385	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$453.649,00 destinadas à aquisição de equipamentos, materiais permanentes e implantação do Sistema de Informatização para o Atendimento Ambulatorial de Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000250/2006-49	515.603	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Ministério dos Transportes	Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$4.775.520,00 destinadas à execução de obra de intervenção na linha férrea no trecho Santa Maria/Uruguaiana.
1.04.000.000267/2006-04	506.771	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde	Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$280.000,00 destinadas à aquisição de unidades móveis de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000273/2006-53	478.432	Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional	Prefeitura Municipal de Bagé/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$545.371,77 destinadas à drenagem pluvial para as ruas Narciso Sune, Dr Penha e Emilio Guilain e construção de uma ponte sobre o arroio na rua Onofre Pires.
1.04.000.000418/2006-16	521.830	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal do Espigão Alto do Iguaçu/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$120.000,00 destinadas à construção de oito cabeceiras de pontes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000135/2006-74	530.033	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$213.840,00 para formação continuada de professores.
1.04.000.000244/2006-91	524.618	Coordenação Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$90.000,00 para aquisição de materiais de consumo.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000139/2006-52	551.909	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$200.000,00 para apoio a Centros Colaboradores para a atenção à saúde das pessoas em situações de violência e outras causas externas.
1.04.000.000440/2006-66	488.271	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Ijuí/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$101.000,00 para construção de um Centro de Múltiplo Uso no bairro de Thomé de Souza.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000429/2006-04	504.945	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$188.000,00 para construção de unidade de saúde.
1.04.000.000444/2006-44	523.494	Coordenação Geral de Convênios	Prefeitura Municipal de Cambará do Sul/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$84.539,00 para elaboração do Projeto e Fortalecimento da Gestão Municipal de Cambará do Sul/RS.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000430/2006-21	449.945	Fundo Nacional do Meio Ambiente	Prefeitura Municipal de Canoas/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$172.066,00 para gestão pública dos riscos urbanos.
1.04.000.000391/2006-61	525.166	Fundo Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos no referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$30.000,00 para o atendimento à pessoa portadora de deficiência (manutenção da APAE).

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000067/2006-43	419.766	Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos no referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$450.000,00 para construção de centro de controle de zoonoses.
1.04.000.000396/2006-94	490.292	Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Marema/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$59.975,15 para melhorias sanitárias domiciliares.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000291/2006-35	524.177	Superintendência Estadual do Paraná – Incra/MDA	Prefeitura Municipal de Tamarana/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$115.895,61 para readequação de 14,5 km de estradas rurais no PA Mundo Novo.
1.04.000.000436/2006-06	526.107	Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração	Prefeitura Municipal de Ivoti/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$104.000,00 para implantação de núcleos de esporte do programa esporte e lazer da cidade.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000289/2006-66	521.743	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Tapira/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$120.000,00 para pavimentação asfáltica em ruas da cidade.
1.04.000.000254/2006-27	521.634	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Lagoão/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$350.000,00 para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em 12 escolas municipais de ensino fundamental.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000274/2006-06	521.617	Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade/MC	Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$150.000,00 para construção do teatro da casa de cultura.
1.04.000.000313/2006-67	524.923	Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Indaial/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$120.000,00 para construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento à criança e adolescentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000104/2006-13	539.538	Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$15.000,00 para serviços de proteção sócio-assistencial à pessoa portadora de deficiências.
1.04.000.000243/2006-47	524.892	Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$210.000,00 para construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento a crianças e adolescentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000105/2006-68	548.066	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$160.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000106/2006-11	522.460	Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$311.972,26 para implantação de sistema de coleta de resíduos sólidos.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000107/2006-57	548.063,	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$2.279.145,22 para construção e reforma de unidade de saúde.
1.04.000.000111/2006-15	531.971	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$56.528,08 para conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000148/2006-43	531.296	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$1.817.775,89 para aquisição de gêneros alimentícios para alunos do programa PROJOVEM.
1.04.000.000097/2006-50	530.205	Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$279.807,84 para implantação de sistema de resíduos sólidos e aplicação do programa de educação em saúde e mobilização social.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000077/2006-89	534.483	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$366.494,02 para apoiar com assistência financeira suplementar as ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
1.04.000.000132/2006-31	513.980	Coordenação Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Curitiba/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$105.915,20 para projeto de inclusão produtiva.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000327/2006-81	524.668	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – Ministério do Esporte	Prefeitura Municipal de Tijucas/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$50.000,00 destinadas à implantação de dois núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade.
1.04.000.000076/2006-34	531.188	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$52.066,08 para conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000290/2006-91	520.145	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Congonhinhas/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$150.000,00 para aquisição de unidade de saúde.
1.04.000.000140/2006-87	551.903	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$60.000,00 para capacitação de profissionais de saúde na área de saúde do adolescente e do jovem.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000144/2006-87	542.068	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Curitiba/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$350.018,25 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000311/2006-78	490.276	Fundação Nacional de Saúde – Ministério da Saúde	Prefeitura Municipal de Paraíso/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$165.435,50 para o Sistema de Abastecimento de Água.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000410/2006-50	490.276	Superintendência Estadual do Paraná - Incra	Prefeitura Municipal de Nova Tamarana/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$75.988,59 para o auxílio ao pequeno agricultor rural na readequação de 2 km de estradas rurais e a construção de uma ponte de concreto.
1.04.000.000306/2006-65	521.844	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Nova Londrina/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$200.034,00 para execução de obras de drenagem pluvial de 670 metros no conjunto Copagra I.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000406/2006-91	525.912	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	Prefeitura Municipal de Bituruna/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$89.556,04 para implantação de núcleos de esporte do programa segundo tempo.
1.04.000.000401/2006-69	483.162	MI/SE/DGI/ Administração Geral	Prefeitura Municipal de Guatembu/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$30.000,00 para construção de unidade de abate de suínos e bovinos.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000320/2006-69	524.634	Coordenação-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS	Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$79.950,00 para implantação e estruturação do Centro de Atendimento às Famílias.
1.04.000.000445/2006-99	504.947	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$80.000,00 para aquisição de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.00450/2006-00	503.013	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Guaíba/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$80.000,00 para melhoramento no atendimento à saúde.
1.04.000.000259/2006-50	439.917	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Ajuricaba/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$200.000,00 para melhoria habitacional ao enfrentamento da doença de chagas.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000284/2006-33	507.410	Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça/PR	Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$220.389,60 destinadas à aquisição de equipamentos para a guarda municipal comunitária.
1.04.000.000288/2006-11	497.351	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Moreira Sales/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$308.785,23 destinadas à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000438/2006-97	503.562	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Pinheirinho do Vale/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$96.000,00 para aquisição de unidade de saúde.
1.04.000.000124/2006-94	495.831	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$91.240,00 destinadas à execução de cursos para capacitar profissionais para atenção integral em saúde mental e à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000119/2006-81	497.384	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$193.134,74 para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000118/2006-37	503.040	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos pelo referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$5.160.800,00 para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000115/2006-01	495.832	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$374.342,50 para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000083/2006-36	521.233	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$3.242.132,38 transferido para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000072/2006-56	527.287	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$75.141,00 para custeio, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000435/2006-53	505.459	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Capão do Leão/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$120.000,00 transferido para aquisição de unidade de saúde.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.00088/2006-69	487.407	Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Presidência da República	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$191.000,00 para a execução do projeto “Implantação do CAVC – Porto Alegre/RS”.
1.04.000.000413/2006-93	502.775	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Ampére/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$64.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000280/2006-55	506.662	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Inajá/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$165.000,00 para reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.00260/2006-84	439.878	Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$400.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000258/2006-13	439.878	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$700.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
1.04.000.000326/2006-36	506.799	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Tilias/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$32.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000402/2006-11	490.428	Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Pitangueiras/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$79.975,00 para construção de um barranco em alvenaria com 345 m² para reciclar lixo.
1.04.000.000082/2006-91	505.653	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/MTE	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$148.812,00 para execução de atividades inerentes à qualificação social e profissional no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000318/2006-90	524.195	Coordenação-Geral de Convênios – Ministério do Turismo	Prefeitura Municipal de Penha/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$76.000,00 para conceder apoio financeiro para a promoção de turismo no Município por meio da realização de projeto intitulado “Adequação do Plano Diretor Municipal de Penha”.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.00068/2006-98	505.000	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos no referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$80.000,00 para a complementação da informatização dos Centros de Saúde da Rede Municipal.
1.04.000.000279/2006-21	523.696	Fundação Nacional de Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Mangueirinha/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$149.848,66 para execução de Sistema de Abastecimento de Água.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000317/2006-45	526.866	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ME	Prefeitura Municipal de Otacilio Costa/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$9.174,33 para conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam o aperfeiçoamento da qualidade de ensino e o melhor atendimento aos alunos da educação infantil.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000425/2006-18	523.287	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Prefeitura Municipal de Soledade/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$450.000,00 para implantação e estruturação do Centro Tecnológico de Pedras, Gemas e Jóias do Rio Grande do Sul.
1.04.000.00300/2006-98	504.712	Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Nova Londrina/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$200.000,00 para aquisição de materiais permanentes.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:	CONVÊNIO N°:	CONCEDENTE:	CONVENIENTE:	OBJETO:
1.04.000.000408/2006-81	489.312	Fundação Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu/PR	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$75.000,00 para implantação de sistema de resíduos sólidos.
1.04.000.000116/2006-48	533.165	Fundação Nacional da Saúde/MS	Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$378.450,08 para implantação de sistema de resíduos sólidos.

RIO GRANDE DO SUL – PORTO ALEGRE

Oficiante: Procurador Regional da República Dr. Jorge Luiz Gasparini da Silva/PRR4

<i>PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONVÊNIO N°:</i>	<i>CONCEDENTE:</i>	<i>CONVENIENTE:</i>	<i>OBJETO:</i>
1.04.000.000395/2006-40	524.647	Fundo Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Prefeitura Municipal de Mafra/SC	Apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos oriundos do referido convênio, bem como esclarecimentos acerca da aplicação do montante de R\$60.000,00 para serviços de proteção sócio-assistencial a infância e a adolescência.

RECOMENDAÇÃO

AMAPÁ –

*RESTABELECIMENTO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO*

Recomendação: 01/2006.

Oficiante: Dr. Paulo Roberto Olegário de Sousa.

Extrato: Recomendou ao Sr. Secretário de Saúde do Estado do Amapá o restabelecimento da prestação do serviço de quimioterapia até o dia 27/03/06 e a aquisição de nova Capela de Fluxo Laminar para o serviço de quimioterapia do Hospital das Clínicas Dr. Alberto Lima, no prazo máximo de 60 dias.

Comunicação: Ofício nº 022/2006/GAB/PROS/RGS/PR/AP

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

RIO DE JANEIRO –

PROCEDIMENTO

LICITATÓRIO

Recomendação: 06/2006.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Extrato: Recomendou ao Prefeito do Município de Três Rios/RJ que observasse as disposições da Lei 8666/93 quanto à realização de procedimento licitatório sempre precedido de ampla pesquisa de mercado, sob pena de prática de ato de improbidade administrativa.

Comunicação: Ofício / MPF / PRM / Três Rios/ Setor Processual nº 35/ 2006 – Petrópolis / RJ.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

ESTATÍSTICA DE E-MAILS RECEBIDOS (5camara@pgr.mpf.gov.br) NA 1ª QUINZENA DE ABRIL DE 2006 E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Abril – 1ª Quinzena
<i>Denúncias</i>	<i>Quantidade</i>
Desvio de verbas federais	5
Concessão de serviço de canal de TV	1
Licitação pública	1
Improbidade	3
Sub-Total	10
<i>Outros</i>	
Relatório de Atividades 2005	11
Termo de Ajustamento de Conduta	2
Adulteração da Ata de Reunião	1
Cobrança de Taxas	1
Reclamação sobre impunidade e corporativismo no Congresso Nacional	1
Segurança Externa	1
Propaganda de cursos e palestras seminários	5
Eleições	2
Spans	20
Sub-Total	44
Total de E-mails:	54

A 5ªCCR REALIZOU, PRESERVANDO O SIGILO DOS AVALIADORES, UMA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL QUE FOI RESPONDIDO PELOS 30 FUNCIONÁRIOS LOTADOS NESTA CÂMARA.

- RESSALTA-SE QUE 90% DOS SERVIDORES DA CÂMARA AFIRMAM QUE ESTÃO MOTIVADOS PARA A REALIZAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES.**
- BUSCANDO A EXCELÊNCIA QUANTO AO QUESITO FUNCIONALIDADE DA PÁGINA DA 5ªCCR, O SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JÁ ESTÁ ELABORANDO UM MAPA DO SITE PARA FACILITAR A NAVEGAÇÃO.**

ABAIXO O RESULTADO DA AVALIAÇÃO:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª Câmara de Coordenação e Revisão - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

	QTDE	
I - Regimento Interno		
Você sabe quais são as competências da Câmara?		
Sim	25	83,33%
Não	1	3,33%
Vou procurar saber	4	13,33%
Não Respondeu	0	0,00%
Você sabe quais são as Atribuições da Coordenadora da Câmara?		
Sim	25	83,33%
Não	0	0,00%
Vou procurar saber	5	16,67%
Não Respondeu	0	0,00%
Você já leu o relatório de atividades 2004?		
Sim	12	40,00%
Não	7	23,33%
Vou procurar saber	11	36,67%
Não Respondeu	0	0,00%
II - Atividades e Rotinas de Trabalho da 5ª Câmara		
Você conhece o manual de rotinas?		
Sim	27	90,00%
Não	2	6,67%
Não Respondeu	1	3,33%

Você conhece as atividades desenvolvidas por cada Assessoria da Câmara?

Sim	28	93,33%
Não	2	6,67%
Não Respondeu	0	0,00%

Você identifica a sua atividade diária no manual de rotinas?

Sim	27	90,00%
Não	3	10,00%
Não Respondeu	0	0,00%

III - Intranet/Internet**Você já navegou em nossa página da Intranet/Internet?**

Sim	30	100,00%
Não	0	0,00%
Não Respondeu	0	0,00%

A nossa página atinge o objetivo de divulgar as atividades da 5ª Câmara?

Sim	30	100,00%
Não	0	0,00%
Não Respondeu	0	0,00%

Falta alguma informação ou serviço? Qual?

Dê sua sugestão:	0	0,00%
Sim	0	0,00%
Não	26	86,67%
Não Respondeu	4	13,33%

- Em uma escala de conceitos, avalie nossa página quanto:**Conteúdo**

Excelente	10	33,33%
Muito Bom	15	50,00%
Bom	5	16,67%
Regular	0	0,00%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	0	0,00%

Layout

Excelente	7	23,33%
Muito Bom	12	40,00%
Bom	6	20,00%
Regular	4	13,33%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	1	3,33%

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Funcionalidade

Excelente	9	30,00%
Muito Bom	14	46,67%
Bom	4	13,33%
Regular	1	3,33%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	2	6,67%

IV - Relacionamento Interpessoal

- Em uma escala de conceitos, avalie seu relacionamento com:

Colegas de Trabalho

Excelente	10	33,33%
Muito Bom	13	43,33%
Bom	7	23,33%
Regular	0	0,00%
Não tem relacionamento	0	0,00%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	0	0,00%

Supervisores

Excelente	14	46,67%
Muito Bom	7	23,33%
Bom	8	26,67%
Regular	0	0,00%
Não tem relacionamento	0	0,00%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	1	3,33%

Membros

Excelente	6	20,00%
Muito Bom	11	36,67%
Bom	8	26,67%
Regular	0	0,00%
Não tem relacionamento	4	13,33%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	1	3,33%

Coordenadora

Excelente	9	30,00%
Muito Bom	11	36,67%
Bom	7	23,33%
Regular	0	0,00%
Não tem relacionamento	2	6,67%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	1	3,33%

V - Condições de Trabalho

- Em uma escala de conceitos, avalie o ambiente de trabalho quanto à:

Mobiliário

Excelente	10	33,33%
Muito Bom	11	36,67%
Bom	7	23,33%
Regular	2	6,67%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	0	0,00%

Equipamento

Excelente	4	13,33%
Muito Bom	12	40,00%
Bom	8	26,67%
Regular	5	16,67%
Ruim	1	3,33%
Não Respondeu	0	0,00%

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Espaço Físico

Excelente	8	26,67%
Muito Bom	8	26,67%
Bom	7	23,33%
Regular	7	23,33%
Ruim	0	0,00%
Não Respondeu	0	0,00%
Dê sua sugestão para melhorar a integração dos servidores, o relacionamento com os supervisores, Coordenadora da Câmara, Membros e condições de trabalho.	3	10,00%

VI - Motivação na Realização do Trabalho

Você está motivado para a realização das suas atividades?

Sim	27	90,00%
Não	0	0,00%
Não Respondeu	3	10,00%

VII - Nova Conduta

- Você pretende em curto espaço de tempo

Melhorar seu desempenho

Sim	24	80,00%
Não	1	3,33%
Prejudicado	3	10,00%
Não Respondeu	2	6,67%

Melhorar o seu relacionamento interpessoal

Sim	22	73,33%
Não	1	3,33%
Prejudicado	4	13,33%
Não Respondeu	3	10,00%

Conhecer o regimento interno, página da câmara e as rotinas de trabalho

Sim	18	60,00%
Não	0	0,00%
Prejudicado	6	20,00%
Não Respondeu	6	20,00%

Dê sua sugestão para melhorar a integração dos servidores, o relacionamento com os supervisores, Coordenadora da Câmara, Membros e condições de trabalho.

1. Realização de reunião periódica; cafés-da-manhã ou lanches de confraternização; melhor distribuição de funções comissionadas, a fim de valorizar o servidor com algumas responsabilidades; sistema de busca na página da câmara, para facilitar as pesquisas.
2. Considero interessante confraternização pelo menos bimestral, com a participação de todos da Câmara.
3. Distribuir de forma mais equânime as funções comissionadas.

Nº de Servidores Avaliados: 30



5ª CÂMARA INFORMA

Nº52

2ª QUINZENA/MARÇO/2006

**BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL**

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR, de maio de 2004 a março de 2006, recebeu 5677 e relatou 3936 Procedimentos Administrativos. Conforme tabela abaixo:

Membros Subprocurador(a)-Geral da República	PA's Distribuídos	PA's Relatados	PA's Remanescentes
Gilda Carvalho	1928	1488	440
Célia Regina	1751	1080	671
Moacir Mendes	1622	998	624
Haroldo Nóbrega	274	268	6
José Eduardo Santana	102	102	0
Total Geral	5677	3936	1741

COMUNICADOS DA SESSÃO DO DIA 22/03:

Assunto: PA 1.15.000.000207/2006-08 - realização de orações antes das sessões públicas do TRT-7ª Região.

Deliberação: A Coordenadora apresentou em mesa o procedimento administrativo acima referido, tendo o Colegiado deliberado encaminhar os autos à 1ª Câmara, em face da temática ser constitucional.

Assunto: Ofício-Circular nº 01/2006/SDE/CFDD. Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD. Prazo para apresentação de Carta Consulta ao Conselho Federal Gestor do FDD.

Deliberação: A Coordenadora comunicou que divulgou na lista membros o inteiro teor do ofício acima citado e solicitou sugestões para apresentação de Carta Consulta ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

Assunto: Grupo de Estudos, parceria 5^aCCR/ESMPU: A imprescritibilidade ou prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário público.

Deliberação: O Colegiado deliberou que integrarão o grupo de estudos acima referido os seguintes procuradores: André de Carvalho Ramos, PRR3, Coordenador; Ana Lúcia Amaral, PRR3; Sergei Medeiros de Araújo, PRMA; Walter Claudius Rothenburg, PRR3.

Assunto: Grupo de Estudos, parceria 5^aCCR/ESMPU: Regulamentação do Procedimento Administrativo Civil.

Deliberação: O Colegiado deliberou que integrarão o grupo de estudos acima referido os seguintes procuradores: Paulo Gustavo Guedes Fontes, PRSE, Coordenador; Analúcia de Andrade Hartmann, PRSC; Alexandre Amaral Gavronski, PRSP; Márcio Andrade Torres, PRCE.

Assunto:CSMPF nº 1.00.001.000171/2005-96.

PA PRDF 1.16.000.001759/2004-26. Exercício da advocacia por membros do Ministério Público Federal admitidos antes de 05.10.1998.

Deliberação: A Câmara tomou ciência da decisão do CSMPF que arquivou a consulta encaminhada pelo Promotor de Justiça do MP-MG, André Luís Alves de Melo.

A Conselheira Relatora Maria Caetana Cintra Santos assim fundamentou a decisão que não conheceu da consulta formulado, e conseqüentemente determinou seu arquivamento:

“ (...) extenso rol de atribuições do Conselho Superior do Ministério Público Federal não inclui a apreciação de consultas formuladas, em tese, por membros da Instituição, ou por terceiros.

(...)

Ademais reveste-se de magnitude constitucional a norma que faculta a advocacia aos membros do Ministério Público Federal admitidos na carreira antes do advento da Constituição Federal de 1988”.

Assunto: Relatórios da CGU – Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas - PETSE

Deliberação: A Coordenadora comunicou que a Controladoria-Geral da União está enviando os relatórios de auditoria referentes ao Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE, conforme solicitado pela Câmara.

Assunto: Aviso nº 244-GP//TCU – Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas - PETSE.

Deliberação: A Coordenadora deu ciência ao Colegiado que o Ministro-Presidente Benjamin Zymler do TCU informou que o Órgão de Contas está dando prioridade às análises dos relatórios de auditoria do PETSE e tão logo sejam apreciadas pelo Tribunal serão remetidas à Câmara.

Assunto: Of/PR/TLS/nº 206/06. PA 1.21.002.000005/2005-50. Prorrogação de prazo para encerramento de PA.

Deliberação: O Colegiado deliberou conceder o prazo de 06 meses para conclusão do procedimento administrativo acima referido, sem prejuízo da concessão de nova prorrogação, caso devidamente justificado pelo procurador oficiante.

Assunto: Ofício 114/2006-PR/RJ/SOTC/CH – Peças de informação.

Deliberação: O Colegiado deliberou pelo retorno dos documentos encaminhados pelos Procuradores da República Carlos Alberto Bermond Natal e Vinícius Panetto do Nascimento, por intermédio do ofício acima referenciado, para que sejam autuados na PR-RJ, recebendo número de procedimento administrativo, de modo a viabilizar a sua inserção na base de dados.

Assunto: PA 1.22.000.002081/2005-82 e PA 1.22.000.003314/2000-50.

Deliberação: A Coordenadora trouxe em mesa o PA 1.22.000.002081/2005-82, referente a apuração de irregularidades de médica que atuava simultaneamente como perita do INSS e médica do trabalho de empresa particular. Os autos foram encaminhados à Câmara em face de despacho do Procurador da República Adailton Ramos do Nascimento que determinou seu apensamento ao PA 1.22.000.003314/2000-50 por tratarem de assuntos idênticos.

O Colegiado deliberou que devem ser apensados os referidos procedimentos administrativos em razão do objeto idêntico. Essa providência é cabível mesmo com a homologação do arquivamento do PA 1.22.000.003314/2000-50, que se deu em decorrência da propositura de ação civil pública de improbidade administrativa contra a médica perita, conforme Voto nº 747/MMS, Relator Dr. Moacir Mendes Sousa.

Assunto: Reunião da Câmara

Deliberação: O Colegiado deliberou transferir, excepcionalmente, a reunião semanal da Câmara de segunda-feira (27/03/2006) para quinta-feira (30/03/2006), às 14h00, em razão da participação em comissões dos membros titulares Dra. Célia Regina de Souza Delgado e Dr. Moacir Mendes Sousa.

REUNIÃO DA COORDENADORA DA 5ª CCR COM REPRESENTANTES DA FENASERA

A Coordenadora da 5ª CCR, no dia 07 de fevereiro, às 17 horas, reuniu-se com os representantes da Federação dos Servidores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional - FENASERA:

- William Ferreira de Souza – 1º Secretário-Geral;**
- Antônio do Carmo – 1º Secretário da Região Centro-Oeste;**
- Paulo Guimarães – Assessor Jurídico.**

Participaram também o Procurador da República Luciano Rolim (PRDF) e o Procurador do Trabalho Fábio Leal Cardoso (MPT).

A reunião teve por objetivo tratar de termo de ajustamento de conduta dos Conselhos Profissionais e informar sobre a proposta de medida provisória elaborada pela FENASERA.

PROJETOS A SEREM APRESENTADOS AO CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

A Coordenadora da 5ª CCR divulgou na lista patrimônio público o inteiro teor do Ofício Circular nº 001/2006/SDE/CFDD e solicitou sugestões para apresentação de Carta Consulta ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD.

Os membros do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos selecionarão as Cartas Consultas que serão consideradas prioritárias para apoio com recursos do FDD e que em caso de aprovação, poderão ser contemplados por intermédio de convênios.

Informações sobre a forma de apresentação e seleção da Carta Consulta podem ser obtidas através do site:

<http://www.mj.gov.br/cfdd>

REUNIÃO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO

A Dra. Mônica Nicida (PRR-3) representará o MPF na reunião da Convenção Interamericana contra a Corrupção – MESICIC no período de 27/03 a 01/04. Na página da OEA (<http://www.oea.org>) é possível adquirir mais informações sobre o assunto e a agenda do evento.

PROPOSITURA DE ACP

SÃO PAULO –

*DESVIOS DE VERBAS DO
PROGRAMA DE
ALFABETIZAÇÃO
SOLIDÁRIA*

Ação Civil: 2006.61.24.000.368-0.

Oficiante: Dr. Fausto Kozo Kosaka.

Objeto: Propositura de ACP em desfavor das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – FISA e outros. Visando a responsabilização do desvio de verbas do programa de Alfabetização Solidária financiado por convênios firmados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), SUDENE e BNDES. Pede-se na mesma, a aplicação do art.12, I da Lei nº 8.429/92, bem como ressarcimento integral por danos causados pelos réus.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

INSTAURAÇÃO DE ICP

DISTRITO FEDERAL -

OPERAÇÃO TAPA -BURACO

ICP: Portaria nº 001/2006 – MPF/PRDF/PJ.

Oficiante: Dr. Luciano Sampaio Gomes Rolim e Dr. Paulo José Rocha Júnior.

Objeto: Operação Tapa-Buraco. Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança instituído. Visa apurar a dispensa irregular de licitação e de indevidos aditamentos contratuais.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

*DISTRITO FEDERAL –
RETARDAMENTO NA
ENTREGA DE
DOCUMENTOS*

ICP: Portaria PR/DF nº 003/2006.

Oficiante: Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto.

Objeto: Retardamento na entrega de documentos requisitados pelo Ministério Público à Delegacia da Receita Federal em Brasília.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

*RIO DE JANEIRO -
AGÊNCIAS DO INSS -
CONDIÇÕES DE
ATENDIMENTO*

ICP: Portaria de Instauração de ICP/PR/RJ nº 13/2005.

Oficiante: Dra. Aline Mancino da Luz Caixeta e Dr. José Gomes Riberto Schettino.

Objeto: Apurar as condições de atendimento e qualidade dos serviços essenciais, comprometidas pelo número de servidores e a falta de renovação no quadro funcional das Agências do INSS no Rio de Janeiro.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

*DISTRITO FEDERAL -
REGULARIDADE
CONTRATUAL*

ICP: Portaria PR/DF nº 002/2006.

Oficiante: Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto.

Objeto: DNIT – Casa Civil Presidência da República – Ministério do Exército – Contratos de Seguros, Assistência Médica e correlatos – Regularidade contratual – Repercussão esferas financeira e tributária – danos ao

Patrimônio Público.

Comunicação: E-mail

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

INSTAURAÇÕES DE PA'S

RIO DE JANEIRO -

AGENTE PÚBLICO

PA: 1.30.017.000009/2006-41.

Oficiante: Dra. Ana Paula Ribeiro Rodrigues.

Objeto: Apurar prática de atos de improbidade administrativa por agente público (Juiz Federal em exercício na Subseção Judiciária da Justiça Federal em São João de Meriti).

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/SJM/ GAB / APRR / nº 32/2006– São João do Meriti/RJ.

RIO DE JANEIRO -

DISPOSIÇÃO IRREGULAR

DE TERRAS DA UNIÃO

PELO INCRA

PA: 1.30.017.000007/2006-51.

Oficiante: Dra. Ana Paula Ribeiro Rodrigues.

Objeto: Investigar indícios de disposição irregular, pelo INCRA, de terras de propriedade da União, com lesão a direitos de grupo de moradores do local, com situação consolidada reconhecida pelo próprio INCRA e inobservância do regular processo administrativo para disposição das terras em questão.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/SJM/ GAB / APRR / nº 38/2006– São João de Meriti/RJ.

RONDÔNIA –

CONSTRUÇÃO DA

PENITENCIÁRIA

MODELO

PA: 1.30.000.000133/2006-58.

Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Objeto: Apurar irregularidades na construção da Penitenciária Modelo – convênio nº 082/2003.

Comunicação: Ofício 016/2006/SOTC/PRRO-5ªCCR – Porto Velho/RO.

***RONDÔNIA –
CONCURSO PÚBLICO***

PA: 1.31.000.000128/2006-45.

Oficiante: Dr. Reginaldo Pereira da Trindade.

Objeto: Apurar supostas irregularidades no concurso público da Infraero.

Comunicação: Ofício 015/2006/SOTC/PRRO-5ªCCR – Porto Velho/RO.

***PERNAMBUCO –
FUNCIONÁRIO DA CEF***

PA: 1.26.001.000004/2005-39.

Oficiante: Dr. Pablo Coutinho Barreto.

Objeto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa por funcionário de Caixa Econômica Federal, Agência de Ouricuri/PE.

Comunicação: Ofício 033/2006/PRM/PTA/2ºOTCC – Petrolina/PE.

***RIO GRANDE DO SUL -
OBRAS DE CONSERVAÇÃO
E RECUPERAÇÃO DA
BR 101***

PA: 1.29.006.000040/2006-81.

Oficiante: Dr. Michael von Mühlen de Barros Gonçalves.

Objeto: Obras de conservação e recuperação da BR 101 – Lote nº 02 – trecho Bujuru/Estreito, no Município de São José do Norte, RS.

Comunicação: Ofício / CDC / PRM / RG / RS – nº 237/2006 – Rio Grande/RS.

***DISTRITO FEDERAL –
AVOCAÇÃO DE
COMPETÊNCIA***

PA: 1.16.000.000599/2006-60.

Oficiante: Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto.

Objeto: Improbidade Administrativa – Alteração de competência para julgamento de processo judicial – apuração da veracidade dos motivos alegados para

avocação.

Comunicação: E-mail.

PA's ORIUNDOS DE REPRESENTAÇÕES DO TCU

PERNAMBUCO -

INAMPS - VERBAS

PARA A SAÚDE

PA:1.00.000.013105/2005-96.

(Reautuação: 1.26.000.000520/2006-54)

Oficiante: Dr. Marcelo Mesquita Monte.

Objeto: Apurar notícia de irregularidades, no âmbito do Município de Jaboatão dos Guararapes/PE, praticadas pelo então Prefeito, na aplicação dos recursos federais oriundos do Convênio nº 392/91, firmado entre a referida municipalidade e o extinto INAMPS, com o objetivo de municipalizar as ações de saúde, em nível orçamentário e financeiro. Referência: TC 011.380/2003-0 (Arcórdão nº 2.328/2005-TCU-2ª Câmara).

Comunicação: Ofício 221/2006-MPF/PRPE/SOTC

PERNAMBUCO

CONVÊNIO -

APLICAÇÃO DE

RECURSOS

PA:1.00.000.008567/2005-91.

(Reautuação: 1.26.002.000007/2006-43)

Oficiante: Dr. Edson Virgínio Calvancante Júnior.

Objeto: Apurar motivos da não comprovação da aplicação dos recursos oriundos do Convênio Nº 550/97, celebrado entre o Município de Brejo da Madre de Deus/PE e a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Comunicação: Ofício 078/2006-MPF/PRM/CRU

RECOMENDAÇÃO

RIO DE JANEIRO –

OBSERVÂNCIA DA

LEI 8.666/93

Recomendação: 23/2006.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Extrato: Recomendou ao Prefeito do Município de Três

Rios/RJ que observasse as disposições da Lei 8666/93 e da Instrução Normativa nº 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional, quanto à realização de procedimento licitatório sempre precedido de ampla pesquisa de mercado.

Comunicação: Ofício / MPF / PRM / Três Rios/ Setor Processual nº 23/ 2006 – Petrópolis / RJ.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

*RIO GRANDE DO NORTE
– EXECUÇÃO DAS
DECISÕES DO TRIBUNAL
DE CONTAS ESTADUAL*

Recomendação: 001/2006.

Oficiante: Dr. José Alves da Silva.

Extrato: Recomendou aos Promotores de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte que fiscalizassem se os gestores dos Municípios e do Estado do Rio Grande do Norte, da administração pública direta e indireta, estão cumprindo as decisões do Tribunal de Contas do Estado. E que instaurem inquéritos civis públicos destinados à apuração de atos de improbidade.

Comunicação: E-mail.

*ESTATÍSTICA DE E-MAILS RECEBIDOS NO ANO DE 2005 (5camara@pgr.mpf.gov.br) E
DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS*

Assunto	Quantidade
Bens Públicos	22
Desapropriação	4
Concursos Públicos	16
Servidores	28
Licitação	8
Obras Públicas	4
Educação	4
Saúde	6
Improbidade	58
Verbas Públicas	80
Sub-Total	230
Outros:	
* Mega Sena	6
* Sonegação	6
* Apologia ao Crime	2

* Diário Oficial/Publicação	2
* Dilapidação do Patrimônio	12
* Bolsa Universitária	2
* Convênio	2
* Desarquivamento/Procedimentos	2
* Termo de ajustamento de conduta	4
* Elogio à 5ª CCR	2
* Cadastro – Link (Base de Dados)	2
* Propaganda de cursos e palestras	10
Sub-Total	60
Total de E-mails:	290

ESTATÍSTICA DE E-MAILS RECEBIDOS EM MARÇO DE 2006 (5camara@pgr.mpf.gov.br) E DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS

Assunto	Março – 1ª Quinzena	Março – 2ª Quinzena
	Quantidade	Quantidade
<i>DENÚNCIAS</i>		
Desvio de verbas federais	2	1
Concessão de serviço de canal de TV	2	0
Licitação pública	1	0
Sub-Total	5	1
<i>OUTROS</i>		
Relatório de Atividades 2005	26	66
Recomendações	0	1
Ação Civil Pública	0	4
Portarias	2	3
Recurso à Decisão 06/2006 – LR – PRDF/MPF	3	0
Erro na transmissão	0	20
Reclamação sobre impunidade e corporativismo no Congresso Nacional	1	0
Pergunta sobre o SIAFI	1	0
Senha SERPRO – reativação	4	0
Propaganda de cursos e palestras	9	1
Spans	13	9
Sub-Total	59	104
Total de E-mails:	64	105

*ESTATÍSTICA DA ATUAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO MPF NO ANO DE 2005,
NO ÂMBITO DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL*

A Coordenadora da 5ª CCR solicitou, por intermédio do Ofício-Circular nº 02/2006/5ª CCR, a todas as PR's, PRR's e PRM's o envio de dados visando a produção do relatório anual de atividades da 5ª Câmara, ano-base 2005, destinado ao Conselho Superior e a publicidade das atividades desenvolvidas pelos membros, no âmbito do patrimônio público e social.

Os membros desta Câmara agradecem a todas as unidades do MPF a pronta resposta.

Abaixo segue a consolidação das informações enviadas.

ANEXOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2006 (ANO-BASE 2005)

- ***SINTÉTICO***
- ***ANÁLISE POR UNIDADE MPF***

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Relatório de Atividades 2006 (Ano-Base 2005)

ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

		Situação		TOTAL PAS/ICPs - 2005		Orientação para preenchimento do quadro, A menção dos assuntos é meramente exemplificativa. Preencha as colunas com os quantitativos de procedimentos por matéria instaurados no ano de 2005. Para tanto, utilize apenas números. Caso não exista procedimento com a temática, preencha o campo com 0 (ZERO). Ao final da tabulação dos dados, envie cópia do arquivo magnético para o endereço eletrônico: 5camara@pgr.mpf.gov.br
		Quantidade em Trâmite	Quantidade com Promoção de Arquivamento			
PAS/ICPs - 2005	Assistência Social	222	36	258		
	Desapropriação e Bens Públicos	215	34	249		
	Educação	526	101	627		
	Improbidade (Strictu Sensu)	2737	307	3044		
	Licitação e Obras Públicas	516	104	620		
	Previdência	203	62	265		
	Saúde	801	126	927		
	Servidores e Concursos	487	148	635		
	Verbas Públicas Diversas	1648	198	1846		
	Outros	1427	254	1681		
	Total	8782	1370	10152		
		Cumpridos(as)	Parcialmente Cumpridos(as)	Não Cumpridos(as)	Em Acompanhamento	TOTALS
Recomendações - 2005	Assistência Social	2	1	0	4	7
	Desapropriação e Bens Públicos	3	1	2	10	16
	Educação	5	0	3	12	20
	Improbidade (Strictu Sensu)	4	0	0	22	26
	Licitação e Obras Públicas	7	3	3	13	26
	Previdência	2	0	0	10	12
	Saúde	3	1	0	39	43
	Servidores e Concursos	13	0	1	16	30
	Verbas Públicas Diversas	14	2	1	58	75
	Outros	9	1	4	28	42
	Subtotal I	62	9	14	212	297
TACs - 2005	Assistência Social	0	0	0	2	2
	Desapropriação e Bens Públicos	0	0	0	4	4
	Educação	0	0	0	4	4
	Improbidade (Strictu Sensu)	0	0	0	0	0
	Licitação e Obras Públicas	0	1	0	0	1
	Previdência	0	0	0	0	0
	Saúde	0	0	0	4	4
	Servidores e Concursos	1	0	0	12	13
	Verbas Públicas Diversas	1	0	3	5	9
	Outros	4	0	0	7	11
	Subtotal II	6	1	3	38	48
TOTAL (I+II)	68	10	17	250	345	

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Relatório de Atividades 2006 (Ano-Base 2005)

ATUAÇÃO JUDICIAL

		Procedentes	Parcialmente Procedentes	Improcedentes	Subtotal I	Subtotal II	TOTAL
					(Concluídos)	(Em Tramitação)	
Ações Judiciais - 2005	Assistência Social	1	0	0	1	21	22
	Desapropriação e Bens Públicos	4	0	1	5	15	20
	Educação	0	0	1	1	99	100
	Improbidade (Strictu Sensu)	113	3	4	120	375	495
	Licitação e Obras Públicas	9	0	0	9	89	98
	Previdência	7	0	1	8	21	29
	Saúde	5	0	0	5	72	77
	Servidores e Concursos	4	1	4	9	55	64
	Verbas Públicas Diversas	3	1	2	6	126	132
	Outros	15	0	2	17	253	270
TOTAL		161	5	15	181	1126	1307

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Relatório de Atividades 2006 (Ano-Base 2005)

Unidade MPF		Atuação Extrajudicial			Atuação Judicial
		PAs/ICPs	Recomendações	TACs	Ações Judiciais
PR Alagoas	AL	245	2	13	3
PR Amapá	AP	77	7	0	24
PR Amazonas	AM	338	1	0	36
PR Bahia	BA	286	1	0	53
PR Ceará	CE	784	22	3	135
PR Distrito Federal	DF	585	45	5	110
PR Espírito Santo	ES	43	1	0	16
PR Goiás	GO	629	24	7	17
PR Maranhão	MA	443	0	0	87
PR Mato Grosso	MT	131	1	0	45
PR Mato Grosso do Sul	MS	250	0	0	7
PR Minas Gerais	MG	553	4	1	56
PR Paraíba	PB	213	7	3	7
PR Paraná	PR	86	3	0	3
PR Pernambuco	PE	446	6	1	63
PR Piauí	PI	404	4	1	89
PR Rio de Janeiro	RJ	450	8	0	11
PR Rio Grande do Norte	RN	283	8	0	8
PR Rio Grande do Sul	RS	122	2	0	14
PR Rondônia	RO	95	0	0	1
PR Roraima	RR	90	7	0	38
PR Santa Catarina	SC	115	8	0	1
PR São Paulo	SP	302	19	10	16
PR Sergipe	SE	170	1	0	10
PR Tocantins	TO	366	0	0	17
PRM Assis	SP	13	0	0	3
PRM Bagé	RS	28	18	1	1
PRM Bento Gonçalves	RS	15	2	0	5
PRM Cascavel	PR	6	0	0	2
PRM Colatina	ES	6	5	0	4
PRM Criciúma	SC	26	1	0	1
PRM Dourados	MS	46	1	0	0
PRM Francisco Beltrão	PR	22	0	0	1
PRM Guarapuava	PR	17	7	0	97
PRM Jales	SP	9	0	0	1
PRM Jaú	SP	10	0	0	0
PRM Joaçaba	SC	4	0	0	1
PRM Juiz de Fora	MG	18	0	0	1
PRM Lageado	RS	14	1	0	1
PRM Limoeiro	CE	46	0	0	0
PRM Londrina	PR	79	0	0	1
PRM Marília	SP	20	1	0	12
PRM Maringá	PR	16	0	0	0
PRM Niterói	RJ	49	0	0	2
PRM Nova Friburgo	RJ	69	12	0	1
PRM Ourinhos	SP	26	1	0	2
PRM Passo Fundo	RS	39	38	0	3
PRM Passos	MG	36	0	0	0
PRM Pato Branco	PR	14	8	0	0
PRM Pelotas	RS	30	2	2	3
PRM Petrópolis	RJ	13	0	0	2
PRM Piracicaba	SP	15	2	0	2
PRM Ponta Grossa	PR	57	2	0	7
PRM Presidente Prudente	SP	47	2	1	7
PRM Resende	RJ	28	4	0	0
PRM Santa Cruz do Sul	RS	22	1	0	4
PRM Santa Maria	RS	22	0	0	0
PRM Santo André	SP	12	0	0	0

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL
Relatório de Atividades 2006 (Ano-Base 2005)

Unidade MPF		Atuação Extrajudicial			Atuação Judicial
		PAs/ICPs	Recomendações	TACs	Ações Judiciais
PRM Santos	SP	204	0	0	0
PRM São Carlos	SP	23	0	0	1
PRM São João da Boa Vista	SP	7	0	0	1
PRM São José do Rio Preto	SP	44	0	0	0
PRM São José dos Campos	SP	48	1	0	0
PRM São Mateus	ES	19	2	0	12
PRM Sorocaba	SP	71	0	0	0
PRM Tabatinga	AM	48	0	0	8
PRM Três Lagoas	MS	23	2	0	2
PRM Três Rios	RJ	20	0	0	0
PRM Tubarão	SC	21	2	0	2
PRM Uruguaiana	RS	34	1	0	0
PRR1		1109	0	0	0
PRR2		0	0	0	22
PRR3		15	0	0	222
PRR4*		0	0	0	0
PRR5		86	0	0	6
TOTAIS		10152	297	48	1307

* Inexistem dados em face da Declaração de Inconstitucionalidade da Lei nº 10.628/02 pelo TRF/4ª Região.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº51

1ª QUINZENA/MARÇO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR se reuniu nos dias 06 e 13 do presente, quando foram relatados os seguintes procedimentos:

Membros	PA's relatados (06/03)	PA's relatados (13/03)	PA's remanescentes
Dra. Gilda	37	26	339
Dra. Célia	0	91	589
Dr. Moacir	40	41	583
Dr. Haroldo	2	8	19
Dr. José Eduardo	0	0	7

COMUNICADOS:

Assunto: PA 1.29.000.000321/2005-53

Deliberação: A Câmara deliberou receber o pedido de esclarecimento da Procuradora da República Suzete Bragagnolo, quanto ao cumprimento da decisão da Câmara no procedimento administrativo acima referido, como embargos de declaração.

O Colegiado esclareceu que o referido procedimento deve ser redistribuído entre os Procuradores da República atuantes na área temática.

Assunto: PA 1.29.012.000006/2002-44

Deliberação: A Câmara tomou ciência que o Procurador da República Alexandre Schneider remeteu o PA 1.29.012.000006/2002-44 à Advocacia-Geral da União - Procuradoria-Seccional da União em Caxias do Sul para que proceda a execução forçada em face dos devedores, conforme apurado pelo Tribunal de Contas da União.

Assunto: Ofício PRM/CIT/ES 0030/2006 - Protocolo MPF/PR/ES 2006.000777

Deliberação: O Colegiado deliberou pelo retorno dos documentos encaminhados pelo Procurador da República Fábio Magrinelli Coimbra, por intermédio do ofício acima referenciado, para que sejam autuados na PRM-Cachoeiro de Itapemirim, recebendo número de procedimento administrativo, de modo a viabilizar a sua inserção na base de dados.

Assunto: Grupo de trabalho bens públicos e desapropriação

Deliberação: A Coordenadora comunicou que o Procurador Regional da República - PRR 4ª Região - Roberto Luís Oppermann Thomé, será o novo coordenador do Grupo de Trabalho bens públicos e desapropriação em face do impedimento do Dr. Eduardo Kurtz Lorenzoni - PRR/4ª Região.

Assunto: Grupo de trabalho para estudo de projetos e metas

Deliberação: O Colegiado deliberou criar grupo de trabalho para reflexão de assuntos de interesse da Câmara e pela análise de projetos de lei de importância para o MPF.

Assunto: Projetos de lei distribuídos aos membros da Câmara

Deliberação: O Colegiado deliberou que os projetos de lei autuados e distribuídos aos membros da Câmara serão enviados para o Grupo de Trabalho para estudo de projetos e metas.

Assunto: Grupo de Estudos - Regras básicas para uma força-tarefa no âmbito do MPF

Deliberação: O Colegiado deliberou que integrarão o grupo de estudo acima referido os seguintes procuradores: Januário Paludo - PRR 4ª Região - Coordenador, Carlos Fernando dos Santos Lima - PRPR, Maria Luíza Rodrigues de Lima Carvalho Duarte - PRR3, Carlos Alberto Gomes de Aguiar - PRRJ, Vladimir Barros Aras - PRPR, José Robalinho Cavalcanti - PRDF, Marcelo de Figueiredo Freire - PRRJ.

Assunto: Reunião da Câmara

Deliberação: O Colegiado deliberou transferir, excepcionalmente, a reunião semanal da Câmara de segunda-feira (20/03/2006) para quarta-feira (22/03/2006), às 15h00, em razão de viagem, a serviço, do membro titular Dr. Moacir Mendes Sousa.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

A 5ª CCR disponibilizou na Seção “Links” de sua página mais quatro *links* para *sites* de algumas Organizações Não Governamentais: AMARRIBO, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, Instituto Ethos e Pacto Global.

Confira: <http://ccr5.pgr.mpf.gov.br/folder.2005-11-25.8592887538>

NOVOS REPRESENTANTES DA 5ª CCR NA PR/PI

Os novos representantes do Patrimônio Público no Estado do Piauí são os Procuradores da República Kelston Pinheiro Lages (titular) e Wellington Luís de Sousa Bonfim (suplente).

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA 5ª CCR

A Coordenadora da 5ª CCR, visando a produção do Relatórios de Atividades da 5ª CCR do ano de 2005, solicitou, no prazo de 10 dias úteis, por intermédio do Ofício Circular nº02/2006, a todos os Procuradores-Chefe o recebimento do quantitativo, discriminado por matéria, de procedimentos administrativos, inquéritos civis, termos de ajustamento de condutas, recomendações e ações judiciais promovidas no âmbito de cada unidade.

Vale ressaltar que o Relatório Anual de Atividades tem por objetivo a publicidade e a transparência do Órgão.

É possível conferir a íntegra desse ofício no seguinte endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/comunicados/menucomunicados.htm>

CPI DOS COMBUSTÍVEIS

Em face do encaminhamento à PR/PI e PR/SP de documentos e do Relatório Final da CPI dos Combustíveis, que objetivava investigar as operações nesse setor relacionadas à sonegação fiscal, adulteração, ação de organizações criminosas e possível indústria de liminares, foram instaurados Procedimentos Administrativos nas mencionadas unidades tendo sido distribuídos ao Dr. Tranvanvan da Silva Feitosa - PR/PI (1.27.000.000191/2006-12) e a Dra. Cristina Marelím Vianna – PR/SP (1.34.001.001222/2006-08).

SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS AO MINISTRO DA SAÚDE

A Coordenadora da 5ª CCR, atendendo solicitação dos Procuradores da República Dr. Daniel de Alcântara, Dra. Lisiane Cristina Braecher e Dra. Suzana Trajano S. Peixoto, responsáveis pelo PA nº 1.30.012.000117/2006-63, encaminhou ao Ministro da Saúde requisição de providências no que tange a ameaça de interrupção dos serviços de transplante hepático renal do Hospital Geral de Bonsucesso-HGB.

REPRESENTAÇÃO AO TCU

RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA PROFROTA

PESQUEIRA

Ref. PA: 1.29.006.000030/2000-09.

Oficiante: Dra. Anelise Becker

Objeto: Representação perante o TCU para adoção das medidas de controle cabíveis quanto ao Programa Profrota Pesqueira, financiado pelos recursos do Fundo da Marinha Mercante e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste.

Comunicação: Ofício CDC / PRM / RG / RS nº 0172/2006 – Rio Grande/RS.

INSTAURAÇÃO DE ICP

MATO GROSSO DO SUL
SUPERVALORIZAÇÃO DE
IMÓVEIS

ICP: Portaria de Instauração de ICP N° 1/2006.

Oficiante: Dr. Allan Versiani.

Objeto: Apurar a possível supervalorização de imóveis comprados diretamente do INCRA para fins de reforma agrária em Mato Grosso do Sul, de modo a subsidiar futura promoção de arquivamento ou adoção das providências (extrajudiciais e judiciais) cabíveis.

Comunicação: Ofício n° 129/2006 – MPF/PR/MS/TC / AVP – Campo Grande/MS.

SANTA CATARINA
IBAMA

ICP: Portaria PRM / Joinville / SC n° 003/2006.

Oficiante: Dr. Davy Lincoln Rocha.

Objeto: Reunir elementos de prova para instruir ACP 1.33.005.002390/2005-29 que trata de diversas práticas irregulares supostamente adotadas pela Gerência Regional do Ibama.

Comunicação: Ofício n° 115/2006 – PRM / JLLE – PDC – Joinville / SC.

INSTAURAÇÕES DE PA's

PARÁ

FUNASA – DISTRIBUIÇÃO
DE RECURSOS

PA: 1.23.000.000134/2006-74.

Oficiante: Dr. Felício Pontes Jr.

Objeto: Apurar pretensão privilégio aos Municípios cujos prefeitos sejam filiados ao PSDB ou aliados, especialmente em Ananindeua/PA, na distribuição de recursos alocados à Funasa para celebração de convênios com os mesmos; uso da assinatura de tais convênios como atos político-partidários e uso da Coordenação Regional da Funasa como meio de proselitismo político em Tucuruí/PA.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor

Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

COMENDADOR LEVY

GASPARIAN –

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

PA: 1.30.018.000011/2006-18.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 1807/2001, relativo a melhoria do Sistema Público de Abastecimento de Água – Município de Comendador Levy Gasparian – Relatório de Fiscalização nº 575/05 da CGU.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

COMENDADOR LEVY

GASPARIAN – PROGRAMA

ATENÇÃO BÁSICA

EM SAÚDE

PA: 1.30.018.000013/2006-07.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Eventual ausência de detalhamento da contrapartida do Município de Comendador Levy Gasparian, eventual inadequação de instrumento jurídico e possível irregularidade do Conselho Municipal de Saúde concernentes ao Programa “Atenção Básica em Saúde – Relatório de Fiscalização nº 575/2005 da CGU.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

COMENDADOR LEVY

GASPARIAN – INSS

PA: 1.30.018.000016/2006-32.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Inconsistências cadastrais na base de dados do INSS relativamente às aposentadorias de cidadãos com 90 anos de idade – Município de Comendador Levy Gasparian – Relatório de Fiscalização nº 575/2005 da CGU.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

COMENDADOR LEVY

***GASPARIAN – CADASTRO
NO SISTEMA DE ÓBITOS -
SISOBI***

PA: 1.30.018.000017/2006-87.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Inconsistências cadastrais no Sistema de Óbitos – SISOBI do Programa de Previdência Social Básica – Município de Comendador Levy Gasparian – Relatório de Fiscalização nº 575/2005 da CGU.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

COMENDADOR LEVY

***GASPARIAN –
CONTRIBUIÇÃO
PREVIDENCIÁRIA***

PA: 1.30.018.000018/2006-21.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Falta de retenção de contribuição previdenciária e inexistência de guias de recolhimentos – GPRS relativamente às contratações de mão-de-obra – Município de Comendador Levy Gasparian – Relatório de Fiscalização nº 575/2005 da CGU.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

COMENDADOR LEVY

***GASPARIAN – PRESTAÇÃO
DE CONTAS***

PA: 1.30.018.000021/2006-45.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Possíveis irregularidades relativas a falta de documentação essencial e de prestação de contas, bem como de procedimento licitatório referente ao Contrato de Repasse nº 0102442-80/2000 firmado com o Ministério das Cidades – Município de Comendador Levy Gasparian – Relatório de Fiscalização nº 575/2005 da CGU.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

COMENDADOR LEVY

**GASPARIAN – CONTRATO
DE REPASSE**

PA: 1.30.018.000022/2006-90.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Possíveis irregularidades concernentes ao Contrato de Repasse nº 102441-76 firmado com o Ministério das Cidades – ausência de procedimento licitatório e falhas no acompanhamento e execução das obras – Município de Comendador Levy Gasparian – Relatório de Fiscalização nº 575/2005 da CGU.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

COMENDADOR LEVY

**GASPARIAN – CONTRATO
DE REPASSE**

PA: 1.30.018.000023/2006-34.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Possíveis irregularidades relativas ao Contrato de Repasse firmado com o Ministério das Cidades para melhoria da infra-estrutura urbana do Município de Comendador Levy Gasparian – Relatório de Fiscalização nº 575/2005 da CGU.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 14/2006– Petrópolis/RJ.

RIO GRANDE DO SUL

**- ABORDAGEM POLICIAL –
ENCAMINHAMENTO DO
EXPEDIENTE À 2ª CCR**

PA: 1.29.006.000039/2006-05.

Oficiante: Dr. Michael Von Mülhen de Barros Gonçalves.

Objeto: Ameaça de irregularidades praticadas por Policial Rodoviário Federal em abordagem realizada, dia 04/02/2006, às 10h30min, no Km 3 da BR 604 em Rio Grande, RS.

**Comunicação: Ofício CDC / PRM / RG / RS nº
0214/06 – Rio Grande/RS.**

PROPOSITURA DE ACP

DISTRITO FEDERAL

**- SERVIDORES DA RECEITA
FEDERAL**

Ação Civil: 2005.34.00.037776-3

(Ref.ICP: 1.16.000.001277/2005-57)

**Oficiante: Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto e Dra.
Valquíria O Quixadá Nunes.**

Objeto: Defender a probidade administrativa e o patrimônio público, tendo em vista indícios da prática de atos omissivos e comissivos por parte de agentes da Receita Federal sem observância dos deveres da imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

RECOMENDAÇÃO

SÃO PAULO

- PETSE

Recomendação: 02/2006

Oficiante: Dr. Antônio Arthur Barros Mendes

Extrato: Recomendou ao Diretor-Geral do DNIT a suspensão imediata da execução dos serviços pertinentes ao Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (PETSE) na BR-153/SP, no trecho dos Kms 178,3 a 347,7; a não assinatura de contrato com qualquer empresa objetivando a execução do PETSE no referido trecho e a não efetivação de pagamentos por obras e serviços prestados no local já mencionado.

**Comunicação: Ofício 170/ 2006 – AABM/PRM –
Ourinhos / SP.**

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

MATO GROSSO DO SUL
- REFORMA AGRÁRIA –
SUPERVALORIZAÇÃO DE
IMÓVEL

Recomendação: 02/2006

(Ref. PA: 1.21.000.000128/2006-91)

Oficiante: Dr. Allan Versiani

Extrato: Recomendou à Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul a não aquisição de fazenda destinada à reforma agrária devido a suspeita de supervalorização de seu preço.

Comunicação: Ofício nº 129/2006 – MPF/PR/MS/TC / AVP – Campo Grande/MS.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

MATO GROSSO DO SUL
-INCRA – OCUPAÇÕES
IRREGULARES

Recomendação: 01/2006

(Ref. PA: 1.21.000.000589/2004-01)

Oficiante: Dr. Allan Versiani

Extrato: Recomendou à Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul a não legitimação das ocupações irregulares de parcelas do Projeto de Assentamento Campanário em São Gabriel do Oeste/MS e a promoção de medidas tendentes à retomada de tais parcelas.

Comunicação: Ofício nº 115/2006 – MPF/PR/MS/TC / AVP – Campo Grande/MS.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

RIO DE JANEIRO
- NOTIFICAÇÃO AOS
PARTIDOS POLÍTICOS

Recomendação: 01/2006

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Extrato: Recomendou ao Prefeito do Município de Três Rios – RJ, que observasse na íntegra do disposto na Lei nº 9.452/97, expedindo as notificações aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no Município, informando-os da liberação de recursos provenientes de órgãos e entidades da Administração Federal

ou das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais,

Comunicação: Ofício MPF/PRM/Três Rios nº 12/2006. – Três Rios/RJ.

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no Ofício do Patrimônio Público e Social que insiram, na Base de Dados, as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* “Base de Dados”.

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de alimentação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5camara@pgr.mpf.gov.br

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Setor de Administração Federal Sul, Quadra. 04, Conjunto C, Edifício Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305 – Brasília/DF - CEP 70050-900 - E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br

Site: www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm - Fone: (61) 3031 6064 - Fax: (61) 3031 6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº50

2ª QUINZENA/FEVEREIRO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÃO DA 5ª CCR

O Colegiado da 5ª CCR se reuniu no dia 20 do presente, quando foram relatados os seguintes procedimentos:

Membros	PA's relatados (20/02)	PA's remanescentes
Dra. Gilda	29	336
Dra. Célia	58	614
Dr. Moacir	40	596
Dr. José Eduardo	0	7

ESMPU APROVA 7 EVENTOS PROPOSTOS PELA 5ª CCR

O órgão colegiado da ESMPU aprovou os sete projetos de eventos para o ano de 2006 apresentados pela Câmara. Abaixo, a relação dos cursos aprovados:

- 2ª fase do Curso de “Aperfeiçoamento Sobre a Atuação Extrajudicial e Judicial do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa”;
- Grupo de trabalho sobre as “Regras Básicas Para Funcionamento da Força Tarefa no Âmbito do MPF”;
- Curso de “Atualização Pericial Para Contadores e Economistas da MPF”. Este projeto foi encaminhado à CRSA/MPF em face do público-alvo serem os servidores peritos do MPF;
- Curso sobre a “Metodologia Para a Realização de Perícias em Obras Públicas do MPF”. Este projeto foi encaminhado à CRSA em face do público-alvo serem os servidores peritos do MPF;

- Grupo de estudos sobre a “Imprescritibilidade ou Prescritibilidade da Ação de Ressarcimento ao Erário Público”;
- Grupo de estudos: “Perguntas e Respostas Sobre Improbidade Administrativa”;
- Grupo de estudos: Regulamentação do Procedimento Administrativo Civil.

REPRESENTAÇÃO AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Dr. Paulo Roberto Olegário de Sousa encaminhou Representação ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, referente à revisão do artigo 21 da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 21.899 (19/08/2004), a qual estabelece normas gerais para a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos criados pela Lei 10.842 (20/02/2004), no âmbito dos TRE's.

O Inteiro Teor do documento supracitado pode ser acessado na Base de Dados da 5ª CCR.

BASE DE DADOS DA 5ª CCR

Dr. Pedro Paulo Reinaldin (PR/PR), atendendo solicitação da Coordenadora da 5ª CCR (Ofício Circular nº 7/2005), vem promovendo regularmente a alimentação da Base de Dados da Câmara com os documentos por ele produzidos.

INSTAURAÇÕES DE PA's

RIO DE JANEIRO

MÁ CONSERVAÇÃO DE

RODOVIA

PA: 1.30.018.000010/2006-65.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: RESIDUAL. Notícia de má conservação da Rodovia BR-040 – Trechos entre os Municípios de Três Rios e Areal.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios/ Setor Processual Nº 09/2006– Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

TRÊS RIOS - AUSÊNCIA

DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

PA: 1.30.018.000034/2005-33.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Possível ausência de prestação de contas de despesas decorrentes de ações e serviços na área da Saúde no primeiro semestre do ano de 2005, consoante dados obtidos do sistema SIOPS – Município de Três Rios – RJ.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios / Setor Processual nº 07/2006 – Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

SAPUCAIA – AUSÊNCIA

DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

PA: 1.30.018.000035/2005-88.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Possível ausência de prestação de contas de despesas decorrentes de ações e serviços na área da Saúde nos anos de 2003, 2004 e 2005, consoante dados obtidos do sistema SIOPS – Município de Sapucaia – RJ.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios / Setor Processual nº 07/2006 – Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

SAPUCAIA – GESTÃO FISCAL

PA: 1.30.018.000002/2006-19.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Possíveis irregularidades na publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal no Município de Sapucaia – RJ.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios / Setor Processual nº 07/2006 – Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

DESCUMPRIMENTO DE

EMENDA CONSTITUCIONAL

PA: 1.30.018.000003/2006-63.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Eventual descumprimento ao disposto na Emenda Constitucional

nº 29/2000 – aplicação mínima de verbas nas ações e serviços públicos de Saúde – Município de Sapucaia.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios / Setor Processual nº 07/2006 – Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

DESCUMPRIMENTO DO

ART 212 DA CF

PA: 1.30.018.000004/2006-16.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Eventual descumprimento ao artigo 212 da Constituição da República – aplicação mínima de verbas na manutenção e desenvolvimento do Ensino – Município de Sapucaia.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios / Setor Processual nº 07/2006 – Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

PROGRAMA BOLSA

ESCOLA

PA: 1.30.018.000007/2006-41.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Possíveis irregularidades na execução do Programa Bolsa Escola – Município de Paraíba do Sul – Relatório de Fiscalização nº 035/03 da Controladoria-Geral da União.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios / Setor Processual nº 07/2006 – Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

PROGRAMA TODA CRIANÇA

NA ESCOLA

PA: 1.30.018.000009/2006-31.

Oficiante: Dra. Vanessa Seguezzi.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Eventuais irregularidades nos procedimentos licitatórios referentes à execução do Programa Toda Criança na Escola – Alimentação Escolar – Município de Paraíba do Sul - Relatório de Fiscalização nº 035/03 da Controladoria-Geral da União.

Comunicação: Ofício/MPF/PRM/Três Rios / Setor Processual nº 07/2006 – Petrópolis/RJ.

RIO DE JANEIRO

- SUMIDOURO

PA: 1.30.006.000024/2006-18.

COMBATE À DENGUE

Oficiante: Dr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa.

Objeto: Verificar a situação do Município de Sumidouro/RJ quanto ao programa federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício / PRM/NF/ GAB/ nº 139/2006 – Nova Friburgo / RJ.

RIO DE JANEIRO

- SÃO SEBASTIÃO DO ALTO

COMBATE À DENGUE

PA: 1.30.006.000023/2006-73.

Oficiante: Dr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa.

Objeto: Verificar a situação do Município de São Sebastião do Alto/RJ quanto ao programa federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício / PRM/NF/ GAB/ nº 138/2006 – Nova Friburgo / RJ.

RIO DE JANEIRO

- SANTA MARIA MADALENA

COMBATE À DENGUE

PA: 1.30.006.000022/2006-29.

Oficiante: Dr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa.

Objeto: Verificar a situação do Município de Santa Maria Madalena/RJ quanto ao programa federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício / PRM/NF/ GAB/ nº 137/2006 – Nova Friburgo / RJ.

RIO DE JANEIRO

- MUNICÍPIO DE DUAS

BARRAS

COMBATE À DENGUE

PA: 1.30.006.000021/2006-84.

Oficiante: Dr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa.

Objeto: Verificar a situação do Município de Duas Barras/RJ quanto ao programa federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício / PRM/NF/ GAB/ nº 136/2006 – Nova Friburgo / RJ.

RIO DE JANEIRO

- MUNICÍPIO DO CARMO

COMBATE À DENGUE

PA: 1.30.006.000019/2006-13.

Oficiante: Dr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa.

Objeto: Verificar a situação do Município do Carmo/RJ quanto ao programa federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício / PRM/NF/ GAB/ nº 134/2006 – Nova Friburgo / RJ.

RIO DE JANEIRO

- MUNICÍPIO DE CORDEIRO

COMBATE À DENGUE

PA: 1.30.006.000020/2006-30.

Oficiante: Dr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa.

Objeto: Verificar a situação do Município de Cordeiro/RJ quanto ao programa federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício / PRM/NF/ GAB/ nº 135/2006 – Nova Friburgo / RJ.

RIO DE JANEIRO

- GUAPIMIRIM

EDUCAÇÃO

PA: 1.30.016.000058/2005-11.

Oficiante: Dra. Cristiane Pereira Duque Estrada.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL. Apurar eventual irregularidade na gestão de verbas destinadas ao Município de Guapimirim, vinculadas aos serviços de educação. Prestação de Contas.

Comunicação: Ofício / MPF / MAGÉ / GAB / CPDE nº 44/2006 – Rio de Janeiro/RJ.

RIO DE JANEIRO

DANO AO PATRIMÔNIO

PÚBLICO

PA: 1.30.016.000042/2006-81.

Oficiante: Dra. Cristiane Pereira Duque Estrada.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO. Apurar notícia de abandono e deterioração de bens pertencentes ao Instituto de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Possível dano a patrimônio de Empresa Pública Federal.

Comunicação: Ofício / MPF / MAGÉ / GAB / CPDE nº 35/2006 – Rio de Janeiro/RJ.

RIO DE JANEIRO

- MAGÉ

EDUCAÇÃO

PA: 1.30.016.000066/2005-59.

Oficiante: Dra. Cristiane Pereira Duque Estrada.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL. Apurar eventual irregularidade na gestão de verbas destinadas ao Município de Magé, vinculadas aos serviços de educação. Prestação de Contas.

Comunicação: Ofício / MPF / MAGÉ / GAB / CPDE nº 45/2006 – Rio de Janeiro/RJ.

RIO DE JANEIRO

VERBAS DE COMBATE

À DENGUE

PA: 1.30.008.000011/2006-29.

Oficiante: Dr. Guilherme Guedes Raposo.

Objeto: PATRIMÔNIO PÚBLICO – Ausência de serviços necessários para combater eventual surto de Dengue – Prefeitura Municipal de Resende/RJ.

Comunicação: Ofício PRM/ RES / GAB/ GGR / 102/06 – Resende/RJ.

PA's ORIUNDOS DE REPRESENTAÇÕES DO TCU

PERNAMBUCO

FUNASA – TOMADA DE

CONTAS ESPECIAL

PA: 1.00.000.009510/2004-29.

(Reautuação: 1.26.000.000321/2006-46)

Oficiante: Dra. Mabel Seixas Menge.

Objeto: Ministério da Saúde-MS. Fundação Nacional de Saúde-FUNASA. Prefeitura Municipal de Olinda/PE. Convênio nº 20/93. Tomada de Contas Especial.

Comunicação: Ofício 144/2006 – MPF / PRPE / SOTC – Recife/PE.

PROPOSITURA DE ACP

CONCUSSÃO E

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Ação Civil: 2006.60.00.001288-0

(Ref.PA: 1.25.000.000783/2005-10)

Oficiante: Dr. Allan Versiani de Paula.

Objeto: ACP em face de auditor e ex-auditor fiscal da Previdência Social em função de crime de concussão e enriquecimento ilícito.

Comunicação: E-mail.

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

RECOMENDAÇÃO

ALAGOAS

- PETSE

Recomendação: 01/2006

Oficiante: Dr. Rodrigo Antonio Tenório Correia da Silva.

Extrato: Recomendou ao Coordenador da 20ª Unidade Nacional de Infra Estrutura de Transporte (UNIT) e ao Diretor-Geral do DNIT a obrigatoriedade de licitação em relação às obras do Programa de Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (PETSE) no Estado de Alagoas.

Comunicação: Ofício 30/ 2006/GRT/PRM

A íntegra deste documento pode ser consultada na Base de Dados da 5ª CCR.

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no Ofício do Patrimônio Público e Social que insiram, na Base de Dados, as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* “Base de Dados”.

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de alimentação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alilmentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:
coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

– Setor de Administração Federal Sul, Qd. 04, Conj. C, Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305 – Brasília/DF – CEP 70050-900 – **E-mail:** 5camara@pgr.mpf.gov.br – **Site:** www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm - **Fone:** (61) 3031 6064; - **Fax:** (61) 3031 6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº49

1ª QUINZENA/FEVEREIRO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

REUNIÕES DA 5ª CCR

As primeiras reuniões do Colegiado da 5ª CCR ano de 2006 ocorreram nos dias 7 e 14 de fevereiro e foram relatados os seguintes procedimentos:

Membros	PA's relatados (07/02)	PA's relatados (14/02)	PA's remanescentes
Dra. Gilda	84	28	313
Dra. Célia	56	54	621
Dr. Moacir	0	39	595
Dr. José Eduardo	0	0	7

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES

UNIDAS CONTRA A

CORRUPÇÃO

No dia 1º de Fevereiro foi publicado o Decreto 5.687 promulgando a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

O inteiro teor do decreto encontra-se no *site* da 5ª CCR no link “Legislação”.

SERVIDORA DEFENDE

MONOGRAFIA COM TEMA DE

INTERESSE DA 5ª CCR

A servidora da 5ª CCR, Marília M. M. Nascimento, defendeu sua Monografia de Graduação no Curso de Direito na Faculdade Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco no dia 14 de fevereiro. O tema do trabalho apresentado, que teve como orientadora a Professora Anamaria Campos Torres, foi: “Eficiência da Lei de Improbidade Administrativa: Atuação do Ministério Público no Combate à Corrupção”.

ACIDENTE NA 5ª CCR

No dia 07 do corrente houve a ruptura de um cano em uma das salas da Câmara acarretando estragos a diversos equipamentos e 24 procedimentos administrativos. E, este órgão permaneceu impossibilitado de funcionar por dois dias.

Em face do acidente a Assessoria Técnico-Pericial para não interromper suas atividades foi transferida provisoriamente para a sala 503, até o dia 20 de fevereiro, quando os reparos na sala 304.5 foram concluídos.

GRUPO DE TRABALHO DE LICITAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

O Grupo de Trabalho de Licitações e Obras Públicas, coordenado pela Dra. Isabel Groba, reuniu-se nos dias 09 e 10 de fevereiro, com a finalidade de propor à 5ª CCR planos de ação para os Membros do MPF no que tange o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (PETSE) instituído pelo DNIT, para realização de serviços e obras de caráter emergencial em 25 estados da Federação numa extensão de 26.442 km.

O Relatório com as propostas finais da Reunião pode ser acessado na intranet pelo link:

<http://intranet.mpf.gov.br/mpf/5camara//listadediscussao/obraspublicas/petse.htm>

O link será atualizado com os documentos oriundos dos membros que atuam na matéria e pelos peritos da 5ª CCR.

STJ – INDISPONIBILIDADE DE BENS – IMPORTANTE PRECEDENTE

A 1ª Turma do STJ, ao julgar o Recurso Especial Nº 439.918 – SP (2002/0066448-2), decidiu:

“A decretação de indisponibilidade de bens em decorrência da apuração de atos de improbidade administrativa deve observar o teor do art. 7º, parágrafo único, da Lei 8.429/92, limitando-se a constrição aos bens necessários ao ressarcimento integral do dano, ainda que adquiridos anteriormente ao suposto ato de improbidade”.

INSTAURAÇÕES DE PA's

RIO DE JANEIRO

SAÚDE - VERBAS FEDERAIS

PA: 1.30.006.000007/2006-81.

CANTAGALO

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Verificar a situação do Município de Cantagalo/RJ quanto ao Programa Federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício/PRM-NF/ JJ-E/ Nº 73/06– Nova Friburgo/RJ.

RIO DE JANEIRO

SAÚDE - VERBAS FEDERAIS

NOVA FRIBURGO

PA: 1.30.006.000005/2006-91.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Verificar a situação do Município de Nova Friburgo/RJ quanto ao Programa Federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício/PRM-NF/ JJ-E/ Nº 71/06– Nova Friburgo/RJ.

RIO DE JANEIRO

SAÚDE - VERBAS FEDERAIS

BOM JARDIM

PA: 1.30.006.000006/2006-36.

Oficiante: Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Júnior.

Objeto: Verificar a situação do Município de Bom Jardim/RJ quanto ao Programa Federal que destina verbas para combate à dengue.

Comunicação: Ofício/PRM-NF/ JJ-E/ Nº 72/06– Nova Friburgo/RJ.

RIO GRANDE DO SUL

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE VEÍCULOS

PA: 1.29.006.000008/2006-46.

Oficiante: Dr. Michael von Mühlen de Barros Gonçalves

Objeto: Transporte aquaviário de veículos entre os Municípios de São José do Norte e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Comunicação: Ofício CDC/PRM/RG/RS/ 0063/06 – Rio Grande/RS.

RIO GRANDE DO SUL

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PA: 1.29.006.000009/2006-91.

Oficiante: Dr. Michael von Mühlen de Barros Gonçalves.

Objeto: Transporte aquaviário de passageiros entre os Municípios de São José do Norte e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Comunicação: Ofício CDC/PRM/RG/RS/ 0061/06 – Rio Grande/RS.

RIO DE JANEIRO

SURTO DE DENGUE

PA: 1.30.008.000011/2006-29.

Oficiante: Dr. Guilherme Guedes Raposo.

Objeto: Patrimônio Público – Ausência de serviços necessários para combater eventual surto de Dengue – Prefeitura Municipal de Resende/RJ.

Comunicação: Ofício PRM/RES/GAB/GGF/102/06 – Resende/RJ.

PA's ORIUNDOS DE REPRESENTAÇÕES DO TCU

SÃO PAULO

ECT – APROPRIAÇÃO

INDÉBITA

PA:1.00.000.007213/2005-20.

(Reautuação: 1.34.001.005938/2005-95)

Oficiante: Dr. Rodrigo Fraga Leandro de Figueiredo.

Objeto: Empresa Brasileira de Correios Telégrafos-ECT. Agência dos Correios em Osasco/SP. Apropriação indébita. Tomada de Contas Especial.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 2157/05 – São Paulo/SP.

SÃO PAULO

FUNDO DE NACIONAL

DE SAÚDE

PA:1.00.000.003552/2005-37.

(Reautuação: 1.34.001.005808/2005-52)

Oficiante: Dr. Fábio Elizeu Gaspar.

Objeto: Ministério da Saúde-MS. Fundo Nacional de Saúde-FNS. Associação Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia-AFIP/SP. Convênio nº 387/91. Projeto de análise da produção, importação receituário e consumo de anfetaminas no Brasil. Tomada de Contas Especial.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 2156/05 –

São Paulo/SP.

SÃO PAULO

CEF – APROPRIAÇÃO

INDÉBITA DE FGTS

PA:1.00.000.006192/2005-25.

(Reautuação: 1.34.001.005807/2005-16)

Oficiante: Dr. Patrick Montemor Ferreira.

Objeto: Caixa Econômica Federal-CEF. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS. Agência Jardim da Saúde/SP. Apropriação indébita. Tomada de Contas Especial.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 2155/05 – São Paulo/SP.

SÃO PAULO

CNPQ – BOLSA DE

ESTUDOS

PA: 1.00.000.009017/2005-90.

(Reautuação: 1.34.001.005053/2005-96)

Oficiante: Dr. Paulo Taubemblatt..

Objeto: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. Concessão de bolsa de estudo. Curso de Doutorado. Ausência de documentação comprobatória de conclusão. Irregularidades.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 24180/05 – São Paulo/SP.

SÃO PAULO

RESPONSABILIDADE DE EX-

DIRETORES DE ENTIDADE

EDUCACIONAL

PA: 1.00.000.009109/2005-70.

(Reautuação: 1.34.001.005052/2005-41)

Oficiante: Dr. Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva.

Objeto: Responsabilidade da Organização Santamarense de Educação e Cultura, mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo Amaro, e de ex-diretor-presidente e ex-diretor financeiro da entidade.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 24183/05 – São Paulo/SP.

SÃO PAULO

CEF – CONCESSÃO

IRREGULAR DE

EMPRÉSTIMOS

PA: 1.00.000.009120/2005-30.

(Reautuação: 1.34.001.005097/2005-16)

Oficiante: Dr. Ana Carolina Previtalli Nascimento.

Objeto: Caixa Econômica Federal-CEF. Agência de Franco da Rocha/SP. Concessão de empréstimos.

Irregularidades.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 24182/05 – São Paulo/SP.

SÃO PAULO

CEF – MOVIMENTAÇÕES

FINANCEIRAS

PA: 1.00.000.007923/2005-50.

(Reautuação: 1.34.001.005039/2005-92)

Oficiante: Dr. Fábio Elizeu Gaspar.

Objeto: Caixa Econômica Federal-CEF. Agência Barueri/SP. Contas de depósitos judiciais. Movimentações financeiras. Irregularidades.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 24192/05 – São Paulo/SP.

SÃO PAULO

OMISSÃO DO DEVER

DE PRESTAR CONTAS

PA: 1.00.000.009116/2005-71.

(Reautuação: 1.34.001.005145/2005-76)

Oficiante: Dr. Marcos José Gomes Correa.

Objeto: Instaurada pelo FNS, contra ex-presidente da Associação de Pesquisa e Docência de Musicoterapia de São Paulo, em decorrência da omissão do dever de prestar contas dos recursos federais repassados por força do Convênio nº 12/95, tendo por objeto a realização da "V Jornada Multidisciplinar de Musicoterapia", no período de 21 a 25/08/95.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 2308/05 – São Paulo/SP.

SÃO PAULO

CAPES – BOLSA DE

ESTUDOS

PA: 1.00.000.009019/2005-89.

(Reautuação: 1.34.001.005056/2005-20)

Oficiante: Dr. Fábio Elizeu Gaspar.

Objeto: Instaurado contra doutorando em função do descumprimento de compromisso de não interromper o curso antes de prévia autorização mediante justificativa e de retornar ao Brasil após a conclusão de Curso de Doutorado no exterior custeado por bolsa de estudos concedida pela CAPES.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 2309/05 – São Paulo/SP.

SÃO PAULO

CEF – APROPRIAÇÃO

INDÉBITA

PA: 1.00.000.004287/2005-12.

(Reautuação: 1.34.001.005662/2005-45)

Oficiante: Dr. Carlos Renato Silva e Souza.

Objeto: Caixa Econômica Federal-CEF. Agência Avenida Paulista/SP. Apropriação indébita. Tomada de Contas Especial.

Comunicação: Ofício NCRIM/MPF/SP nº 2061/05 – São Paulo/SP.

PROPOSITURAS DE ACP's

DISTRITO FEDERAL

IMPROBIDADE DE

SERVIDORES DA RECEITA

FEDERAL

ACP's: 2005.34.00.013284-8; 2005.34.00.013888-3; 2005.34.00.015734-5; 2005.34.00.0342888-3.

Oficiantes: Dr. Lauro Pinto Cardoso Neto e Dra. Valquíria O. Quixadá Nunes.

Objeto: As 4 ACP's foram propostas em desfavor de diversos servidores da Receita Federal e outros em face de atuações irregulares consistentes na prestação de serviços a contribuintes em débito com o Fisco. As ACP's visam a reparação de danos à União e responsabilização dos servidores e contribuintes envolvidos com os atos irregulares.

DISTRITO FEDERAL

INSS - AQUISIÇÃO DE

EQUIPAMENTOS DE

INFORMÁTICA

ACP - DF: 2004.34.00.042155-4.

Oficiantes: Dr. José Alfredo de Paula Silva e Dra. Raquel Branquinho P. M. Nascimento.

Objeto: A Ação Civil pública de improbidade administrativa foi instruída com a íntegra do Procedimento Administrativo nº 1.16.000.001351/2004-54 e refere-se às ilicitudes praticadas pelos dirigentes do INSS e outros, no processo de contratação, na modalidade locação, de equipamentos de informática, destinados à instalação das chamadas “estações de trabalho” nas agências da Previdência Social espalhadas por todo o País.

RECOMENDAÇÕES

DISTRITO FEDERAL

**AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS DE
INFORMÁTICA**

Recomendação: Ofício GAB PR/DF/RB n.º 327/2005

Ref. P.A.: 1.16.000.001944/2005-00.

Oficiante: Dr. José Alfredo de Paula Silva e Dra. Raquel Branquinho P. M. Nascimento.

Extrato: Recomendou ao Secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a anulação do Pregão n.º 05/05 e o contrato dele resultante, que tinha por objeto a prestação de serviços de locação de equipamentos de informática.

Comunicação: E-mail

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no Ofício do Patrimônio Público e Social que insiram, na Base de Dados, as Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no *link* “Base de Dados”.

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de alimentação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:
coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL –

Setor de Administração Federal Sul, Qd. 04, Conj. C, Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305 – Brasília/DF – CEP 70050-900 – **E-mail:** 5camara@pgr.mpf.gov.br – **Site:** www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm - **Fone:** (61) 3031 6064; - **Fax:** (61) 3031 6123.



5ª CÂMARA INFORMA

Nº48

2ª QUINZENA/JANEIRO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

INSTAURAÇÕES DE PA's

**RISCO DE EPIDEMIA
PELO Aedes Aegypti**

PA: 1.30.016.000041/2006-36.

Oficiante: Dra. Cristiane Pereira Duque Estrada.

Objeto: Saúde. Vigilância Sanitária. Notícia de alto risco de epidemia causada pelo vírus Aedes Aegypti no Município de Magé.

Comunicação: Ofício/MPF/ PRM/ MAGÉ / GAB / CPDE Nº 25/06– Rio de Janeiro/RJ.

**CONCURSO PÚBLICO –
CARGO DE PROFESSOR
ADJUNTO**

PA: 1.30.005.000006/2006-46.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Trata-se de representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no concurso público para o cargo de professor adjunto do Setor de Transporte, do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense.

Comunicação: Ofício/PRM/NIT/WD/ 033/06 – Niterói/RJ.

**CONCURSO PÚBLICO -
DIREITO DE VISTA
DE PROVA**

PA: 1.30.005.000005/2006-00.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Trata-se de expediente visando recomendar à UFF que faça constar o direito à vista de prova nos

próximos editais de concursos que promova.

Comunicação: Ofício/PRM/NIT/WD/ 027/06 – Niterói/RJ.

VERBAS DA EDUCAÇÃO

ESPECIAL

PA: 1.30.005.000007/2006-91.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Trata-se de expediente de documentação remetida pela PR/SP a partir do desmembramento do procedimento nº 1.34.001.004912/2002-87, destinado à verificação dos convênios e transferências de verbas da Educação Especial, efetuadas para instituições privadas, filantrópicas ou não.

Comunicação: Ofício/PRM/NIT/WD/ 035/06 – Niterói/RJ.

INCRA - AQUISIÇÕES DE

FAZENDAS

PA:1.26.000.000204/2006-82.

Oficiante: Dr. Marcelo Mesquita Monte.

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no processo de aquisição das fazendas “Santa Rita”, “Portarias” e “São Boa Ventura” pelo INCRA.

Comunicação: E-mail.

INCRA - CONVÊNIOS

COM COOPERATIVAS

PA: 1.26.000.000208/2006-61.

Oficiante: Dr. Marcelo Mesquita Monte.

Objeto: Apurar possíveis irregularidades em convênios celebrados entre a Superintendência do INCRA no Estado de Pernambuco com cooperativas do MST.

Comunicação: E-mail.

INCRA -

DESAPROPRIAÇÕES

PA: 1.30.009.000006/2006-14.

Oficiante: Dr. Helder Magno da Silva.

Objeto: PRM São Pedro da Aldeia/RJ – S.P. da Aldeia/RJ. PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – INCRA – IMÓVEIS – DESAPROPRIAÇÕES – ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO PEDRO DA ALDEIA E IGUABA – POSSÍVEIS

IRREGULARIDADES.

**Comunicação: Ofício Nº 004/2006 – PRM/SPA/SCP
– São Pedro da Aldeia/RJ.**

**SAÚDE – CONVÊNIO COM
FUNDO NACIONAL
DE SAÚDE**

PA: 1.34.030.000009/2006-23.

Oficiante: Dr. Fausto Kozo Kosaka.

**Objeto: Apurar notícia de irregularidades cometidas pela
que a Administração Municipal de Jales em convênio
firmado com o Fundo Nacional de Saúde.**

**Comunicação: Ofício MPF/SOTC nº 42/2006 –
Jales/SP.**

RECOMENDAÇÕES

**MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES - CONTRATO
COM FUNDAÇÃO CULTURAL**

Recomendação: 001/2006

Ref. P.A.: 1.34.003.000172/2005-32.

Oficiante: Dr. Fábio Bianconcini de Freitas.

**Extrato: Recomendou ao Ministro de Estado das
Comunicações, com o escopo de prevenir
responsabilidades e visando a salvaguarda do
princípio da legalidade e a defesa do patrimônio
público, a não celebração do contrato de concessão
com a Fundação Cultural e Educativa de Rádio e
Televisão Lanhoso de Lima, em Botucatu/SP.**

**Comunicação: Ofício nº 0021/1/2006 – CART –
Bauru/SP.**

**MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES –
CANCELAMENTO DE OUTORGA
À FUNDAÇÃO/SP**

Recomendação: 002/2006

Ref. P.A.: 1.34.003.000171/2005-98.

Oficiante: Dr. Fábio Bianconcini de Freitas.

**Extrato: Recomendou ao Ministro de Estado das
Comunicações, com o escopo de evitar o ajuizamento
de eventual Ação Civil Pública, de prevenir
responsabilidades e visando a salvaguarda do
princípio da legalidade e a defesa do patrimônio
público, que procedesse o cancelamento do ato de**

outorga à Fundação Prevê de Bauru/SP da execução do serviço de radiofusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Bauru/SP, e a conseqüente rescisão do contrato de concessão celebrado com a mesma.

Comunicação: Ofício nº 0021/1/2006 – CART – Bauru/SP.

DNIT -

BALANÇAS DE PESAGEM

Recomendação: 001/2006.

Ref. P.A.: 1.21.002.000030/2005-33.

Oficiante: Dr. Marcos Salati.

Extrato: Recomendou ao Diretor-Geral do DNIT que fossem instaladas as balanças de pesagem nas rodovias federais que transpõem a área de atribuição da Procuradoria da República em Três Lagoas/MS.

Comunicação: Ofício PR/MS/TLS/Nº 052/06 – Três Lagoas/MS.

PROPOSITURAS DE ACP's

CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO

DE STJ

Ação Civil: 2006.34.00.001818-7

(Ref.PA: 1.16.000.000092/2000-71)

Oficiantes: Dra. Raquel Branquinho P. Mamede Nascimento e o Dr. José Alfredo de Paula Silva.

Objeto: Ressarcimento de valores na ordem de R\$71 milhões que foram pagos indevidamente à Construtora OAS Ltda. para a construção do edifício do STJ em Brasília, que representa, em valores atualizados, um custo total de 750 milhões de reais.

SERVIDORES

DA PRF SOB

SUSPEITA

Ação Civil: 2005.61.18.001286-0

(Ref.PA: 1.34.029.000027/2005-63)

Oficiante: Dr. Adjame Alexandre Gonçalves Oliveira

Objeto: Apropriação, por parte de Policiais Rodoviários Federais, de bens privados de que tinham guarda em razão da função pública que então

ocupavam.

**Comunicação: OFÍCIO Nº 2005.000024 PRM/GTA –
Guaratinguetá/SP**

OPERAÇÃO

“TAPA-BURACOS”

Ação Civil: 2006.34.00.002163-0.

**Oficiantes: Dr. Luciano Sampaio Gomes Rolim e Dr.
Paulo José Rocha Junior.**

**Objeto: Impugnação da autorização para contratação
emergencial contida na Portaria DNIT nº 1.806
(30/31/2005) em virtude de flagrante desrespeito
ao princípio licitatório, uma vez que a inoperância
da Administração Federal, sob a alegação de falta de
recursos, não pode se transmutar em emergência
para fins de contratação de obras com dispensa de
licitação.**

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no
Ofício do Patrimônio Público e Social que insiram,
na Base de Dados, as Portarias de instauração de
Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as
Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros
elementos elencados em “Tipo do Documento”
conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda”
localizados no *link* “Base de Dados”.

Todas as informações inseridas nessa base serão
migradas para o Sistema Unificado de Informações
do MPF, logo, não haverá duplicidade de alimentação
quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de
Dados, solicita-se que os documentos supracitados
sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se
aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos
estados e nas PRMs, remeterem as informações

julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:
coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL –

Setor de Administração Federal Sul, Qd. 04, Conj. C, Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala

305 – Brasília/DF - CEP 70050-900 - **E-mail:** 5camara@pgr.mpf.gov.br – **Site:**

www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm - **Fone:** (61) 3031 6064; - **Fax:** (61) 3031 6123

ANEXO I

PROJETOS DE LEI, PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, MEDIDAS PROVISÓRIAS E REQUERIMENTOS IDENTIFICADOS PELA ASSESSORIA PARLAMENTAR

A 5ªCCR condensou os Projetos de Lei, PEC's, Medidas Provisórias e Requerimentos remetidos pela Assessoria Parlamentar.

Espera-se receber sugestões e críticas sobre referidos projetos. Abaixo, é possível acompanhar tal relação:

Endereços: www.camara.gov.br
www.senado.gov.br

Número	Autor	Assunto	Situação
Projeto de Lei 147/05	SENADOR José Sarney	Autoriza a União a doar ao Estado do Amapá as terras devolutas sob seu domínio localizadas no território desse Estado.	Aguardando designação do relator na CCJ.
Projeto de Lei 344/04	SENADOR Rodolpho Tourinho	Dispõe sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros pela Administração Pública Federal.	20/07/2005 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A Pauta NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador Demóstenes Torres, com voto pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Proposta de Emenda à Constituição 15/04	DEPUTADO Edison Andrino	Altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).	Promulgada e transformada na Emenda Constitucional nº 46.
Proposta de Emenda à Constituição 603/98	DEPUTADA Laura Carneiro	Revoga o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	4/11/2003 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos Termos do Paragrafo 2º do Artigo 202 do RI.
Proposta de Emenda à Constituição 43/2000	SENADOR Júlio Eduardo	Modifica a redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.	27/04/2005 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.
Projeto de Lei 687/99	SENADOR Paulo Souto	Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-lei 2848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992, que " dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou	22/01/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO Recebido na CCJ. Aguardando Instalação da Comissão.

		função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências", para tipificar novas condutas, e dá outras providências	
Projeto de Lei 284/01	SENADOR Lúcio Alcântara	Altera a Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	31/03/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Encaminhado ao Gabinete do Relator, Senador Jefferson Peres, para prosseguimento da tramitação. (Tramita em conjunto com o PLS nº 142, de 1999).
Projeto de Lei 257/02	SENADOR JEFFERSON PERES	Altera as Leis nºs 8429, de 2 de junho de 1992, e 1079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como ato de improbidade administrativa e como crime de responsabilidade, a utilização da publicidade oficial para promoção pessoal.	19/03/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador Luiz Otávio, com voto pela aprovação do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Projeto de Lei 420/03	SENADOR Marcelo Crivella	Altera o artigo 15 da Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	31/03/2004 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador José Maranhão, com voto pela aprovação do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Projeto de Lei 537/03	SENADOR Demostenes Torres	Altera o artigo 23, e revoga os seus incisos I e II, da Lei nº 8429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito, para estabelecer prazo prescricional a ser contado da data do ato ou fato praticado.	03/06/2004 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador Álvaro Dias, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Projeto de Lei 129/04	SENADOR Pedro Simon	Acrescenta incisos ao artigo 11 da Lei nº 8429, de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	13/06/2005 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador Fernando Bezerra, com voto pela rejeição do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Projeto de Lei 3854/00	DEPUTADO Paulo José Gouvêa	Acresce parágrafo ao art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	14/4/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Mauro Benevides (PMDB-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo

Projeto de Lei 5139/01	DEPUTADO Osmar Serraglio	Altera os artigos 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa.	31/5/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Nelson Trad (PMDB-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa
Projeto de Lei 345/03 e Projetos de Lei apensados 3736/00 e 2585/03	SENADO FEDERAL	Regulamenta o § 7º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer os requisitos e as restrições aos ocupantes dos cargos públicos que especifica, considerados facilitadores de acesso a informações privilegiadas no âmbito da Administração Pública Federal.	14/4/2004 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA)
Projeto de Lei 1361/03	DEPUTADO Francisco Turra	Altera a redação do art. 20 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	13/7/2004 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer da Relatora, Dep. Juíza Denise Frossard, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com Subemenda, e pela inconstitucionalidade do PL 1448/2003, apensado.
Projeto de Lei 1467/03	DEPUTADO Chico Alencar	Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências."	23/12/2004 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Bosco Costa (PSDB-SE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.
Projeto de Lei 1523/03	DEPUTADO Carlos Sampaio	Estabelecendo a possibilidade da ação civil pública proposta pelo Ministério Público para as ações de improbidade administrativa, ou pela pessoa jurídica ou qualquer cidadão através de ação popular.	21/10/2004 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. José Eduardo Cardozo, pela inconstitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.
Projeto de Lei 2511/03	DEPUTADO Neucimar Fraga	Altera o inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, e dá outras providências.	19/4/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. João Almeida (PSDB-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela rejeição.
Projeto de Lei 3981/04	DEPUTADO Chico Alencar	Altera os arts. 11 e 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá	22/7/2005 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Apensação do PL 5621/2005 a esta proposição.

		outras providências".	
Projeto de Lei 4017/04	SENADO Antonio Carlos Magalhães	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências, para dispor sobre viagens oficiais.	25/8/2004 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.
Projeto de Lei Complementar 178/04	DEPUTADA Luciana Genro	Altera a redação do art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional" e dá outras providências.	20/6/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Roberto Magalhães (PFL-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo; e pela inconstitucionalidade do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Projeto de Decreto Legislativo 1734/05	DEPUTADO Aroldo Cedraz	Aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.	4/8/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Sigmaringa Seixas (PT-DF)
Requerimento 71/05	DEPUTADOS Nelson Bornier Carlos Willian	Requer sejam convidados o ex-Secretário da Receita Federal - Senhor Everardo Maciel, o ex-Secretário Adjunto da Receita Federal - Senhor Paulo Baltazar, o Auditor Fiscal da Receita Federal - Senhor Sandro Martins, o Promotor do Ministério Público - Senhor Lauro Cardoso, o Representante da Empresa SBS Consultoria Tributária - Senhor Jorge Vitor Rodrigues, o Advogado a Empresa Fiat S/A do Brasil - Senhor Alberto Andrade e o Presidente da Empresa Fiat S/A do Brasil, para prestarem esclarecimentos sobre acusação de sonegação de fiscal.	10/8/2005 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Aprovado, unanimemente, o requerimento, com alteração. ALTERAÇÃO: transformado o Requerimento em apresentação de Proposta de Fiscalização e Controle - PFC.
Requerimento 282/05	DEPUTADO Eduardo Valverde	Requer que esta Comissão convide os representantes do Departamento de Nacional de Produção Mineral - DNPM, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, do Ministério Público Federal em Rondônia, da Empresa Metal MIG da Federação Nacional dos Garimpeiros e da Cooperativa dos Garimpeiros, para expor a situação dos garimpos existentes na Floresta Nacional do JAMARI em Rondônia.	8/6/2005 Comissão de Minas e Energia (CME) Aprovado unanimemente o requerimento.
Medida Provisória 249/05 - Revogada pela MP 254/05	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade	16/8/2005 Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Pedro Canedo (PP-GO), para proferir parecer em Plenário, pela Comissão Mista do

		futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências.	Congresso Nacional, a esta Medida Provisória.
Proposta de Fiscalização e Controle 89/2005	DEPUTADO João Alfredo	Propõe que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados fiscalize a privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC), Banco do Estado do Piauí (BEP) e Banco do Estado de Santa Catarina (BESC)	18/8/2005 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebimento pela CFT.
Proposta de Fiscalização e Controle 110/2005	DEPUTADO Alexandre Santos	Propõe que a Comissão de Viação e Transportes, através da AGU, CGU, TCU e MPF, realize atos de fiscalização, no que concerne aumentos dos pedágios das rodovias federais.	29/11/2005 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Recebimento pela CVT.
Projeto de Lei 6101/2005	SENADOR Paulo Octavio	Dispõe sobre a venda direta de lotes de terreno da União, por interesse social, aos ocupantes de boa-fé, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	17/11/2005 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Milton Cardias (PTB-RS)
Projeto de Lei 6228/2005	DEPUTADO Carlos Souza	Altera o inciso III do parágrafo único do art. 163 e o § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 – Código Penal,	7/12/2005 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Recebimento pela CCJC.
Proposta de Fiscalização e Controle 109/2005	DEPUTADO Alexandre Santos	Propõe que a Comissão de Viação e Transportes, através da AGU, TCU, e o MPF, exerçam fiscalização sobre a concessão de rodovias federais.	29/11/2005 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Recebimento pela CVT.
Projeto de Lei Nº 46/2004	SENADOR Cristovam Buarque	Altera o artigo 6º da Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII da Constituição Federal, e estabelece os critérios pelos quais uma propriedade pode ser considerada produtiva.	19/10/2005 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Em reunião realizada nesta data, foi lido e aprovado requerimento de audiência pública, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa (com adendo do Senador Gilberto Goellner), para instruir a matéria. Juntado o original do Requerimento nº 30/2005-CRA. (fls. 23/24).
Requerimento Nº 146/2005	DEPUTADO Eduardo Valverde	Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convide a Diretoria da empresa VARIG e representantes do Departamento de Aviação Civil - DAC, para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades no funcionamento da mencionada empresa.	6/12/2005 Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) Realizada Audiência Pública com os seguintes representantes Engenheiro Antônio Flávio Torres Martins Costa - Diretor Técnico da VARIG; Coronel Aviador Sr. Jonas Ferreira Sant'anna - Chefe do Subdepartamento Técnico Operacional do DAC e Tenente-Coronel Engenheiro Robson Fernandes Ramos - Chefe da Divisão de Planejamento do Subdepartamento de Serviço Aéreo do DAC.
Requerimento Nº 98/2005	DEPUTADO Nelson Bornier	Requer seja convidado para prestar esclarecimentos a esta Comissão o	23/11/2005 Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Aprovado, com

	representante Opportunity providências.	legal e	do dá	Banco outras	alteração. ALTERAÇÃO: Excluído o convite ao representante legal do Banco Opportunity S/A.
--	---	---------	-------	--------------	---

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL –

Setor de Administração Federal Sul, Qd. 04, Conj. C, Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala

305 – Brasília/DF - CEP 70050-900 - **E-mail:** 5camara@pgr.mpf.gov.br – **Site:**

www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm - **Fone:** (61) 3031 6064; - **Fax:** (61) 3031 6123



5ª CÂMARA INFORMA

Nº47

1ª QUINZENA/JANEIRO/2006

BOLETIM DA 5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF

PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

INSTAURAÇÕES DE PA's

VERBAS PÚBLICAS - RJ

PA: 1.30.005.000104/2005-01

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Patrimônio Público – Procedimento instaurado para acompanhar a correta aplicação de verbas públicas federais por parte dos Municípios de Niterói, São Gonçalo e Maricá, bem como pelas Organizações Não Governamentais.

Comunicação: Ofício/PRM/ Niterói/ WD/ Nº 553/05–Niterói/RJ.

DESCUMPRIMENTO DE

DETERMINAÇÃO

JUDICIAL

PA: 1.30.005.000131/2005-75.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Patrimônio Público – Procedimento instaurado para apurar, em tese, descumprimento de determinação judicial nos autos do processo nº 2002.5102003604-3 (Ação Civil Pública), em curso na 3ª Vara Federal de Niterói.

Comunicação: Ofício/PRM/ Niterói/ WD/ Nº 013/06–Niterói/RJ.

ABANDONO DE OBRAS

PÚBLICAS

PA: 1.30.005.000126/2005-62.

Oficiante: Dr. Wanderley Sanan Dantas.

Objeto: Patrimônio Público – Procedimento

instaurado para apurar abandono de obras públicas em 7 (sete) escolas situadas no município de São Gonçalo/RJ, com suposta celebração de convênio com a União.

Comunicação: Ofício/PRM/ Niterói/ WD/ Nº 553/05– Niterói/RJ.

**CONTRATAÇÃO DIRETA
DE EMPRESA**

Portaria: 01/2006

Oficiante: Dr. Angelo Augusto Costa.

Objeto: Instaurar procedimento de investigação preliminar a fim de apurar a regularidade da contratação direta da empresa Cobra Tecnologia S/A pelo Município de Jacareí e a possível utilização de recursos provenientes do BNDES nessa finalidade.

Comunicação: Ofício PRM/ SJCampos nº 30/2006– São José dos Campos/SP.

PA's ORIUNDOS DE REPRESENTAÇÕES DO TCU

**CONTAS IRREGULARES
DE EX-PREFEITO
DE DUMONT/SP**

PA: 1.00.000.012782/2005-97.

Oficiante: PRM Ribeirão Preto/SP

Objeto: Embargos de declaração opostos por Prefeito de Dumont/SP, contra o Acórdão nº 512/2005-1ª Câmara, que tratou do recurso de reconsideração contra o Acórdão nº 636/2002-1ª Câmara, que, por seu turno, julgou irregulares as contas do recorrente em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao município por meio do Convênio nº 242/1991, cujo objeto era a expansão das atividades médico-assistenciais.

Comunicação: Ofício nº 297/2006 / MPF/PR/SP/SOTC/ Coordenação – São Paulo/SP.

**COOPERATIVA MISTA DOS
TRABALHOS RURAIS**

PA: 1.00.000.011933/2005-90

(Reautuação: 1.26.002.0000001/2006-76)

Oficiante: PRM Caruaru/PE.

Objeto: Embargos de declaração interpostos por agente em face do Acórdão nº 693/2005-TCU-2ª Câmara, que julgou irregular a prestação de contas dos recursos repassados mediante o Convênio nº 028/96, celebrado com a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais de Belo Jardim/PE-cobel.

Comunicação: Ofício 001/2006/MPF/PRM/CRU – Caruaru/PE.

RECOMENDAÇÕES

CONCESSÃO DE CANAL

EDUCATIVO -

BOTUCATU/SP

Recomendação: 001/2006.

Ref. P.A.: 1.34.003.000172/2005-32.

Oficiante: Dr. Fábio Bianconcini de Freitas.

Extrato: Recomendou ao Ministro de Estado das Comunicações, com o escopo de prevenir responsabilidades e visando a salvaguarda do princípio da legalidade e a defesa do patrimônio público, a não celebração do contrato de concessão com a Fundação Cultural e Educativa de Rádio e Televisão Lanhoso de Lima, em Botucatu/SP, Canal 55, pois as normas que a Administração se baseou para dispensar a licitação para outorga do referido canal afrontam explicitamente os artigos 175 e 223 da CF.

Comunicação: E-mail.

CONCESSÃO DE CANAL

EDUCATIVO -

BAURU/SP

Recomendação: 002/2006.

Ref. P.A.: 1.34.003.000171/2005-98.

Oficiante: Dr. Fábio Bianconcini de Freitas.

Extrato: Recomendou ao Ministro de Estado das Comunicações, com o escopo de evitar o ajuizamento de eventual Ação Civil Pública, de prevenir responsabilidades e visando a salvaguarda do princípio da legalidade e a defesa do patrimônio público, que proceda o cancelamento do ato de outorga à Fundação Prevê de Bauru/SP da execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins

exclusivamente educativos, na cidade de Bauru-SP (Canal 56-E), pois as normas nas quais se baseou a Administração para dispensar a licitação para a outorga do referido canal afrontam explicitamente os artigos 175 e 223, ambos da CF.

Comunicação: E-mail.

SOLICITAÇÃO

A 5ªCCR solicita aos membros com atuação no **Ofício do Patrimônio Público e Social** que insiram, na Base de Dados, as **Portarias de instauração de Procedimentos, Inquéritos Cíveis Públicos, as Recomendações, as Ações Cíveis e todos os outros elementos elencados em “Tipo do Documento” conforme os tópicos “Orientações de Uso” e “Ajuda” localizados no link “Base de Dados”.**

Todas as informações inseridas nessa base serão migradas para o Sistema Unificado de Informações do MPF, logo, não haverá duplicidade de alimentação quanto aos dados lá inseridos.

Na impossibilidade de alimentar a Base de Dados, solicita-se que os documentos supracitados sejam enviados por e-mail para:

5CAMARA@PGR.MPF.GOV.BR

INFORMATIVO

Visando a produção do Informativo, solicita-se aos membros, e aos representantes da 5ªCCR nos estados e nas PRMs, remeterem as informações julgadas pertinentes, para o seguinte endereço:

coordenadora5camara@pgr.mpf.gov.br

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL –

Setor de Administração Federal Sul, Qd. 04, Conj. C, Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala

305 – Brasília/DF - CEP 70050-900 - E-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br – Site:

www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm - Fone: (61) 3031 6064; - Fax: (61) 3031 6123

ANEXO I

PROJETOS DE LEI, PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, MEDIDAS PROVISÓRIAS E REQUERIMENTOS IDENTIFICADOS PELA ASSESSORIA PARLAMENTAR

A 5ªCCR condensou os Projetos de Lei, PEC's, Medidas Provisórias e Requerimentos remetidos pela Assessoria Parlamentar.

Espera-se receber sugestões e críticas sobre referidos projetos. Abaixo, é possível acompanhar tal relação:

Endereços: www.camara.gov.br
www.senado.gov.br

Número	Autor	Assunto	Situação
Projeto de Lei 147/05	SENADOR José Sarney	Autoriza a União a doar ao Estado do Amapá as terras devolutas sob seu domínio localizadas no território desse Estado.	Aguardando designação do relator na CCJ.
Projeto de Lei 344/04	SENADOR Rodolpho Tourinho	Dispõe sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros pela Administração Pública Federal.	20/07/2005 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador Demóstenes Torres, com voto pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Proposta de Emenda à Constituição 15/04	DEPUTADO Edison Andrino	Altera o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal. (Excluindo dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de Município).	Promulgada e transformada na Emenda Constitucional nº 46.
Proposta de Emenda à Constituição 603/98	DEPUTADA Laura Carneiro	Revoga o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	4/11/2003 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos Termos do Paragrafo 2º do Artigo 202 do RI.
Proposta de Emenda à Constituição 43/2000	SENADOR Júlio Eduardo	Modifica a redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.	27/04/2005 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.
Projeto de Lei 687/99	SENADOR Paulo Souto	Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-lei 2848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992, que " dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública	22/01/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO Recebido na CCJ. Aguardando Instalação da Comissão.

		direta, indireta ou fundacional e dá outras providências", para tipificar novas condutas, e dá outras providências	
Projeto de Lei 284/01	SENADOR Lúcio Alcântara	Altera a Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	31/03/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Encaminhado ao Gabinete do Relator, Senador Jefferson Peres, para prosseguimento da tramitação. (Tramita em conjunto com o PLS nº 142, de 1999)
Projeto de Lei 257/02	SENADOR JEFFERSON PERES	Altera as Leis nºs 8429, de 2 de junho de 1992, e 1079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como ato de improbidade administrativa e como crime de responsabilidade, a utilização da publicidade oficial para promoção pessoal.	19/03/2003 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador Luiz Otávio, com voto pela aprovação do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Projeto de Lei 420/03	SENADOR Marcelo Crivella	Altera o artigo 15 da Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	31/03/2004 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador José Maranhão, com voto pela aprovação do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Projeto de Lei 537/03	SENADOR Demostenes Torres	Altera o artigo 23, e revoga os seus incisos I e II, da Lei nº 8429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito, para estabelecer prazo prescricional a ser contado da data do ato ou fato praticado.	03/06/2004 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador Álvaro Dias, com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Projeto de Lei 129/04	SENADOR Pedro Simon	Acrescenta incisos ao artigo 11 da Lei nº 8429, de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	13/06/2005 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o relatório do Senador Fernando Bezerra, com voto pela rejeição do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.
Projeto de Lei 3854/00	DEPUTADO Paulo José Gouvêa	Acresce parágrafo ao art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	14/4/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Mauro Benevides (PMDB-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo

Projeto de Lei 5139/01	DEPUTADO Osmar Serraglio	Altera os artigos 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa.	31/5/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Nelson Trad (PMDB-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa
Projeto de Lei 345/03 e Projetos de Lei apensados 3736/00 e 2585/03	SENADO FEDERAL	Regulamenta o § 7º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer os requisitos e as restrições aos ocupantes dos cargos públicos que específica, considerados facilitadores de acesso a informações privilegiadas no âmbito da Administração Pública Federal.	14/4/2004 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Daniel Almeida (PCdoB-BA)
Projeto de Lei 1361/03	DEPUTADO Francisco Turra	Altera a redação do art. 20 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	13/7/2004 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer da Relatora, Dep. Juíza Denise Frossard, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com Subemenda, e pela inconstitucionalidade do PL 1448/2003, apensado.
Projeto de Lei 1467/03	DEPUTADO Chico Alencar	Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências."	23/12/2004 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Bosco Costa (PSDB-SE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.
Projeto de Lei 1523/03	DEPUTADO Carlos Sampaio	Estabelecendo a possibilidade da ação civil pública proposta pelo Ministério Público para as ações de improbidade administrativa, ou pela pessoa jurídica ou qualquer cidadão através de ação popular.	21/10/2004 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. José Eduardo Cardozo, pela inconstitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.
Projeto de Lei 2511/03	DEPUTADO Neucimar Fraga	Altera o inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, e dá outras providências.	19/4/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. João Almeida (PSDB-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela rejeição.
Projeto de Lei 3981/04	DEPUTADO Chico Alencar	Altera os arts. 11 e 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências".	22/7/2005 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Apensação do PL 5621/2005 a esta proposição.

Projeto de Lei 4017/04	SENADO Antonio Carlos Magalhães	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências, para dispor sobre viagens oficiais.	25/8/2004 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.
Projeto de Lei Complementar 178/04	DEPUTADA Luciana Genro	Altera a redação do art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional" e dá outras providências.	20/6/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Roberto Magalhães (PFL-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo; e pela inconstitucionalidade do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Projeto de Decreto Legislativo 1734/05	DEPUTADO Aroldo Cedraz	Aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.	4/8/2005 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Sigmaringa Seixas (PT-DF)
Requerimento 71/05	DEPUTADOS Nelson Bornier Carlos Willian	Requer sejam convidados o ex-Secretário da Receita Federal - Senhor Everardo Maciel, o ex-Secretário Adjunto da Receita Federal - Senhor Paulo Baltazar, o Auditor Fiscal da Receita Federal - Senhor Sandro Martins, o Promotor do Ministério Público - Senhor Lauro Cardoso, o Representante da Empresa SBS Consultoria Tributária - Senhor Jorge Vitor Rodrigues, o Advogado a Empresa Fiat S/A do Brasil - Senhor Alberto Andrade e o Presidente da Empresa Fiat S/A do Brasil, para prestarem esclarecimentos sobre acusação de sonegação de fiscal.	10/8/2005 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Aprovado, unanimemente, o requerimento, com alteração. ALTERAÇÃO: transformado o Requerimento em apresentação de Proposta de Fiscalização e Controle - PFC.
Requerimento 282/05	DEPUTADO Eduardo Valverde	Requer que esta Comissão convide os representantes do Departamento de Nacional de Produção Mineral - DNPM, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, do Ministério Público Federal em Rondônia, da Empresa Metal MIG da Federação Nacional dos Garimpeiros e da Cooperativa dos Garimpeiros, para expor a situação dos garimpos existentes na Floresta Nacional do JAMARI em Rondônia.	8/6/2005 Comissão de Minas e Energia (CME) Aprovado unanimemente o requerimento.
Medida Provisória 249/05 - Revogada pela MP 254/05	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o	16/8/2005 Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Pedro Canedo (PP-GO), para proferir parecer em Plenário, pela Comissão Mista do Congresso Nacional, a esta Medida

		parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências.	Provisória.
Proposta de Fiscalização e Controle 89/2005	DEPUTADO João Alfredo	Propõe que a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados fiscalize a privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC), Banco do Estado do Piauí (BEP) e Banco do Estado de Santa Catarina (BESC)	18/8/2005 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebimento pela CFT.
Proposta de Fiscalização e Controle 110/2005	DEPUTADO Alexandre Santos	Propõe que a Comissão de Viação e Transportes, através da AGU, CGU, TCU e MPF, realize atos de fiscalização, no que concerne aumentos dos pedágios das rodovias federais.	29/11/2005 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Recebimento pela CVT.
Projeto de Lei 6101/2005	SENADOR Paulo Octavio	Dispõe sobre a venda direta de lotes de terreno da União, por interesse social, aos ocupantes de boa-fé, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	17/11/2005 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Milton Cardias (PTB-RS)
Projeto de Lei 6228/2005	DEPUTADO Carlos Souza	Altera o inciso III do parágrafo único do art. 163 e o § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 – Código Penal,	7/12/2005 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Recebimento pela CCJC.
Proposta de Fiscalização e Controle 109/2005	DEPUTADO Alexandre Santos	Propõe que a Comissão de Viação e Transportes, através da AGU, TCU, e o MPF, exerçam fiscalização sobre a concessão de rodovias federais.	29/11/2005 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Recebimento pela CVT.
Projeto de Lei Nº 46/2004	SENADOR Cristovam Buarque	Altera o artigo 6º da Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII da Constituição Federal, e estabelece os critérios pelos quais uma propriedade pode ser considerada produtiva.	19/10/2005 CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Em reunião realizada nesta data, foi lido e aprovado requerimento de audiência pública, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa (com adendo do Senador Gilberto Goellner), para instruir a matéria. Juntado o original do Requerimento nº 30/2005-CRA. (fls. 23/24).
Requerimento Nº 146/2005	DEPUTADO Eduardo Valverde	Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convide a Diretoria da empresa VARIG e representantes do Departamento de Aviação Civil - DAC, para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades no funcionamento da mencionada empresa.	6/12/2005 Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) Realizada Audiência Pública com os seguintes representantes Engenheiro Antônio Flávio Torres Martins Costa - Diretor Técnico da VARIG; Coronel Aviador Sr. Jonas Ferreira Sant'anna - Chefe do Subdepartamento Técnico Operacional do DAC e Tenente-Coronel Engenheiro Robson Fernandes Ramos - Chefe da Divisão de Planejamento do Subdepartamento de Serviço Aéreo do DAC.
Requerimento Nº 98/2005	DEPUTADO Nelson Bornier	Requer seja convidado para prestar esclarecimentos a esta Comissão o representante legal do Banco	23/11/2005 Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Aprovado, com alteração. ALTERAÇÃO: Excluído o

	Opportunity e dá outras providências.	convite ao representante legal do Banco Opportunity S/A.
--	---------------------------------------	--

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL –

Setor de Administração Federal Sul, Qd. 04, Conj. C, Ed. Sede da Procuradoria-Geral da República, Bloco B, Sala 305 – Brasília/DF - CEP 70050-900 - **E-mail:** 5camara@pgr.mpf.gov.br – **Site:** www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm - **Fone:** (61) 3031 6064; - **Fax:** (61) 3031 6123